

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Ana Clara Serpa Cardoso

A influência da esquerda católica no Serviço Social e seu impacto na aproximação à tradição marxista e na organização e mobilização das camadas populares: uma análise das décadas de 1950-1970

**Juiz de Fora
2023**

Ana Clara Serpa Cardoso

A influência da esquerda católica no Serviço Social e seu impacto na aproximação à tradição marxista e na organização e mobilização das camadas populares: uma análise das décadas de 1950-1970

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa.Dra. Maria Lúcia Duriguetto.

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Cardoso, Ana Clara Serpa.

A influência da esquerda católica no Serviço Social e seu impacto na aproximação à tradição marxista e na organização e mobilização das camadas populares: uma análise das décadas de 1950-1970. /

Ana Clara Serpa Cardoso. -- 2023.

119 f.

Orientadora: Maria Lúcia Duriguetto

Coorientadora: Carina Berta Moljo

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2023.

1. Esquerda Católica. 2. Serviço Social. 3. Marxismo. 4. Organizações e mobilizações populares. I. Duriguetto, Maria Lúcia , orient. II. Moljo, Carina Berta , coorient. III. Título.

ANA CLARA SERPA CARDOSO

A influência da esquerda católica no Serviço Social e seu impacto na aproximação à tradição marxista e na organização e mobilização das camadas populares: uma análise das décadas de 1950-1970

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social.

Aprovada em 19 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa Dra Maria Lúcia Duriguetto - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa Dra Isaura Gomes de Carvalho Aquino
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa Dra Graziela Scheffer Machado
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Juiz de Fora, 28/06/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lucia Duriguetto, Professor(a)**, em 21/07/2023, às 10:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carina Berta Moljo, Professor(a)**, em 21/07/2023, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Isaura Gomes de Carvalho Aquino, Professor(a)**, em 23/07/2023, às 14:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Graziela Scheffer Machado, Usuário Externo**, em 26/07/2023, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1343256** e o código CRC **374B265C**.

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial minha mãe, minha avó, meu avô, minha tia e meu padrasto, que estiveram durante todo o processo me apoiando das mais variadas formas, seja emocionalmente ou financeiramente para que eu conseguisse me dedicar na elaboração deste trabalho.

Aos meus amigxs e meu namorado, que compartilharam comigo as incertezas, ansiedades, conhecimentos e alegrias durante todo o meu percurso até aqui que, sem sombra de dúvidas contribuiu para tornar este processo um pouco mais tranquilo. Este trabalho tem um pouco de cada um de vocês.

A minha orientadora Malu, que mesmo com todas as dificuldades durante este período, esteve à disposição para sanar as minhas dúvidas e conduziu este processo de forma cuidadosa. Obrigada pela oportunidade de aprender com você. Aproveito aqui para também agradecer a professora Carina, pela acolhida e excelente supervisão de estágio de docência, pela participação como membro da banca de qualificação e posteriormente como minha co-orientadora, nossos encontros foram ricos em aprendizados fundamentais para a construção deste trabalho.

À professora Graziela Scheffer, que nos concedeu a sua brilhante presença na banca de qualificação e agora na banca de defesa. Suas contribuições acadêmicas foram essenciais para dar prosseguimento a este trabalho. E também, ao aceite da professora Isaura Aquino em estar na banca de defesa, que com toda certeza irá contribuir com reflexões e apontamentos para este trabalho.

Aos integrantes do grupo de pesquisa: “A relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais no Brasil nas décadas de 1970-1980: reflexões sobre a questão da natureza ideo-política profissional”, que estiveram comigo durante todo o mestrado, com quem tive o prazer de aprender, realizar trocas e que me estimularam a debater sobre essa temática. Vocês se tornaram amparo durante a pandemia de COVID-19 para que eu não desistisse dessa pesquisa.

E claro, a militância por me apresentar um projeto político que conduz a minha trajetória pessoal e profissional. E a Universidade Pública brasileira, por permitir a

minha formação profissional de forma gratuita, laica e de qualidade. Foi estes espaços que contribuíram diretamente para a minha construção enquanto sujeito.

RESUMO

Pretendemos, neste trabalho, apresentar a relação da esquerda católica brasileira e da Ação Popular para a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista e das organizações e mobilizações populares. Buscaremos demonstrar como os setores leigos da Igreja Católica, principalmente a JUC, vão, gradualmente, adquirindo traços políticos de esquerda - devido à conjuntura política de 1950/1960 - que irão rebater diretamente na profissão. Através de depoimentos e relatos de profissionais que vivenciaram o período de 1950 a 1970, o trabalho busca demarcar de que forma essas experiências impactaram na formação profissional destes segmentos profissionais para a superação do Serviço Social tradicional.

Palavras-chaves: esquerda católica; serviço social; marxismo; organização e mobilizações populares.

ABSTRACT

In this paper, we intend to present the relationship between the Brazilian Catholic left and the Popular Action for the approximation of Social Work with the Marxist tradition and with popular organizations and mobilizations. We will try to demonstrate how the lay sectors of the Catholic Church, mainly the JUC, gradually acquired left-wing political traits - due to the political conjuncture of 1950/1960 - that would have a direct impact on the profession. Through testimonies and reports of professionals who lived through the period from 1950 to 1970, the paper seeks to demarcate how these experiences impacted the professional training of these professional segments to overcome the traditional Social Work.

Keywords: Catholic Left; social work; Marxism; organization and popular mobilizations.

Lista de abreviaturas e siglas

AC - Ação Católica

AI-5 – Ato Institucional nº. 5

AP - Ação Popular

APML- Ação Popular Marxista Leninista

ACB - Ação Católica Brasileira

APML – Ação Popular Marxista Leninista

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEAS- Centro de Estudos e Ação Social

CEB'S - Comunidades Eclesiais de base

CNBB- Comissão Nacional dos Bispos

CONSIR- Comissão Nacional de Sindicalismo Rural

CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPC - Centro Popular de Cultura

DA- Diretório Acadêmico

DB – Documento Base

DC - Desenvolvimento de Comunidade

DCE - Diretório Central dos Estudantes

DI's: Dissidências comunistas

DN – Direção Nacional

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

DRT- Delegacia Regional do Trabalho

ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social

FACE - Faculdade de Ciências Econômicas

IBAD- Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

JAC - Juventude Agrária Católica

JEC - Juventude Estudantil Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

JOC - Juventude Operária Católica

JK - Juscelino Kubitschek

MEB- Movimento de Educação de Base

MCP- Movimento de Cultura Popular

OLAS - Organização Latino-Americana de Solidariedade

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PRT - Partido Republicano Trabalhista

UCMG- Universidade Católica de Minas Gerais

UEE's - União Estadual dos Estudantes

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UNE - União Nacional dos Estudantes

RADN - Reunião Ampliada da Direção Nacional

RN - Reunião Nacional

RNE – Reunião Nacional Extraordinária

RP – Resolução Política

SNI – Serviço Nacional de Informação

SNRU - Seminário Nacional de Reforma Universitária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. Retorno ao passado: a história da esquerda católica e da Ação Popular	16
1.1 Origens da esquerda católica	17
1.2 A politização da JUC e a ascensão da Ação Popular	29
1.3 Ação Popular na capital mineira	49
2. Os caminhos se cruzam: o vínculo entre a esquerda católica e o Serviço Social	60
2.1 A relação do Serviço Social com a esquerda católica	60
2.2 A influência da esquerda católica e da Ação Popular para a vertente de intenção de ruptura	76
2.3 Relatos e Memórias: dando voz às assistentes sociais da AP	82
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como intuito contribuir para uma maior compreensão de como se desenvolveu a relação entre Serviço Social, “Esquerda Católica” e nela, particularmente, a Juventude Universitária Católica e a Ação Popular entre 1950 a 1970, haja vista o conhecimento da influência da chamada esquerda católica para a aproximação da profissão ao marxismo¹. Durante a minha graduação participei ativamente de atividades extracurriculares como o movimento estudantil, projetos de extensão, pesquisa e monitoria que, de fato, me apresentaram a riqueza de conhecimento que a Universidade Pública é capaz de proporcionar. Inclusive, é importante sinalizar que o interesse de pesquisa pela temática se desenvolveu ainda na graduação por meio da inserção em um grupo de pesquisa² em que a tematização da influência da esquerda católica no Serviço Social se processava como uma mediação para a apreensão da relação do Serviço Social com os movimentos sociais no Brasil na década de 1960 a 1970.

O termo “esquerda católica” foi formulado pelos conservadores para designar os grupos que, por sua excessiva politização, não poderiam ser compreendidos como católicos ao lado dos demais. (SILVA; BAPTISTA, 2020, p. 7). Ao propor debruçar especificamente nessa mediação através da esquerda católica brasileira em um lapso de tempo determinado é por entender que a partir da inserção dos profissionais de Serviço Social dentro dessas organizações cristãs mediados pela Igreja Católica - instituição de extrema relevância no surgimento da profissão - que se possibilitou um primeiro contato de segmentos da categoria com organizações estudantis, sociais, de bairro e de cultura popular fundamentado em referências teóricas da tradição marxista e da esquerda católica. O intuito é demonstrar que é essa inserção, aliada a outros fatores, que mais adiante, entre 1970 e 1980, se apresentam como decisivos para a ruptura do Serviço Social tradicional no plano

¹Intelectuais de referência do Serviço Social, como Iamamoto (1984; 2013) e Netto (2015) apontam a influência dessa relação em diversos trabalhos em que abordam os fundamentos teóricos e metodológicos da profissão.

²O grupo de pesquisa é desenvolvido na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora intitulado: “A relação do Serviço Social com os movimentos e lutas sociais no Brasil nas décadas de 1970-1980: reflexões sobre a questão da natureza ideo-política profissional”, coordenado pela professora Dra Maria Lúcia Duriguetto.

teórico e político, e contribui para a construção do atual projeto ético-político do Serviço Social brasileiro.

Ressalta-se, aqui, como as mudanças introduzidas pela Igreja advinda do surgimento da esquerda católica brasileira, sobretudo da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Ação Popular (AP), impactaram diretamente nas bases ideológicas da profissão e cujos impactos em segmentos profissionais são muito pouco explorados pelos estudiosos e pesquisadores. Analisar esta gradual mudança - tanto de alguns setores da Igreja Católica quanto de segmentos profissionais - de um pensamento conservador pautado nos dogmas católicos para uma aproximação à vertente marxista e a um cristianismo de esquerda que possibilita uma compreensão da necessidade de conhecimento da realidade e de uma ideologia anticapitalista, nos mostra como elas se relacionam e como a primeira influenciou diretamente nas mudanças da última.

No que diz respeito ao Serviço Social, revisitar essa trajetória no sentido de aprofundar como se estabeleceu essa interlocução contribui para compreender elementos fundamentais que se desdobraram na realidade brasileira e que rebateram diretamente na profissão, dando voz aos sujeitos protagonistas deste período que conectaram o Serviço Social à militância política na Juventude Universitária Católica (JUC) e na Ação Popular, abrindo vias de diálogo com o marxismo. Como aponta Closs; Scheffer; Zacarias; Mizoguchi (2021):

A partir da pesquisa realizada foi possível demonstrar a relevância, em termos das bases de fundamentação e valores profissionais, da inserção política de estudantes e assistentes sociais na AP, considerando a forte incidência política dessa organização no meio universitário bem como em ações de resistência à ditadura, com significativa incidência nacional, cuja recuperação em termos da memória profissional é pouco estudada no que se refere à renovação profissional. (p. 73)

Portanto, evidenciar de que forma o desenvolvimento da esquerda católica brasileira, nas décadas de 1950 a 1970 influenciou a organização e mobilização das camadas populares e possibilitou ao Serviço Social contato com esses grupos e sua realidade através das experiências de trabalho de base contribui não apenas para uma maior compreensão acerca da história da profissão, o que é essencial visto a conjuntura que vivemos de disputa de projetos societários que se desdobram dentro

da categoria profissional, como também, para um maior aprofundamento sobre a dimensão política da profissão, no que diz respeito às determinações necessárias para a construção e o fortalecimento do atual projeto ético-político profissional.

O objetivo central do trabalho é evidenciar as transformações teóricas e políticas no interior da esquerda católica e suas influências no Serviço Social. Para isso, é necessário resgatar o surgimento da esquerda católica brasileira, compreender as particularidades do contexto de surgimento da Ação Católica e, posteriormente, da Ação Popular e suas transformações teóricas e políticas. É necessário, também, situar o contexto de surgimento da profissão e sua relação com a Igreja Católica para dessa forma conseguir apontar os impactos e rebatimentos desta articulação no âmbito da formação profissional e dos seus processos de formação política. Este trabalho busca validar a hipótese que a esquerda católica brasileira, principalmente via JUC e posteriormente através da AP, foi uma das mediações fundamentais que possibilitaram a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista e as formas de organização e resistência das camadas sociais subalternas no cenário nacional.

A análise do nosso objeto será realizada por meio do método materialista histórico dialético, por entendermos que nenhum fenômeno pode ser desvelado criticamente se não ultrapassarmos sua aparência fenomênica e apreendê-lo na dinâmica concreta das relações sociais atravessadas por antagonismos e contradições. Em outras palavras, buscaremos apreender nosso objeto em uma perspectiva de totalidade.

Visando aprofundar o conhecimento sobre a temática apresentada nesta pesquisa, propomos como metodologia para investigação a análise teórica através da investigação bibliográfica e documental. O objetivo é realizar um levantamento nos repositórios online de dissertações, teses e documentos históricos já disponíveis sobre a temática em programas de pós - graduação de diferentes universidades, como: da História, das Ciências Sociais, da Ciência Política, da Educação e do Serviço Social para conseguir apresentar o debate de forma coerente e buscar confirmar a relevância da relação e da influência que a esquerda católica teve para a aproximação do Serviço Social com as camadas populares, e como isso, foi fundamental para que alguns profissionais lançassem uma discussão

crítica nos debates que eram realizados sobre o direcionamento teórico, prático e político dentro da categoria.

Além do resgate histórico de como se desenvolveu essa relação, também buscarei apresentar através da história oral das assistentes sociais que vivenciaram o período, de como se estabeleceu e qual foi a importância da militância - principalmente na Ação Popular - para o Serviço Social e para sua prática profissional. A intenção, inicialmente, era apresentar como se desenvolveu a influência da JUC e, principalmente, da AP em Minas Gerais, através da realização de entrevistas com as assistentes sociais que foram militantes da AP no estado. Baseando-se neste intuito, foi realizada a sistematização de informações sobre a AP em Minas Gerais, pois, me ateria nos depoimentos das assistentes sociais mineiras. Infelizmente, devido ao contexto pandêmico, a dificuldade de agenda das possíveis entrevistadas e o tempo necessário para realizar a conclusão deste trabalho condicionaram a impossibilidade de mantermos a proposta inicial. Dessa forma, através da sistematização de depoimentos de pesquisas já realizadas com profissionais de todo país, na qual recorreremos através de teses, dissertações, artigos e às comissões da verdade, buscamos apresentar como se desenvolveu a influência da esquerda católica e da AP na formação profissional das assistentes sociais. Foi necessário optar por esta alternativa metodológica visto que, expondo os depoimentos das profissionais no cenário nacional, conseguiríamos validar a nossa hipótese de forma mais rica e com maior embasamento teórico. É devido à intenção anterior acima posta que havíamos feito uma sistematização do desenvolvimento da AP no estado de Minas Gerais, a qual optamos por mantê-la por ser um estado no qual lideranças importantes da organização foram gestadas bem como de assistentes sociais cuja contribuição ao Serviço Social foram e são fundamentais.

O trabalho foi elaborado em dois capítulos. O primeiro capítulo tem como enfoque realizar um resgate histórico do surgimento da esquerda católica, demarcando o papel ativo da JUC nos processos conjunturais do período e, posteriormente, a consolidação da Ação Popular como partido e os debates acerca da sua linha política, demarcando a sua relevância dentro das entidades e organizações de esquerda que lutavam contra a ditadura civil-militar, particularmente na capital mineira. Para este capítulo, nos referenciamos na produção de Beozzo

(1984), Ridenti (2002), Pires (2007), Duarte (2010), Bertolino (2010), Oliveira (2014), Sales (2018), entre outros.

Posteriormente, no segundo capítulo, desenvolvemos o debate acerca de como se desenvolveu o vínculo entre as organizações cristãs e o Serviço Social. Perpassaremos pelo debate dos fundamentos teórico-metodológicos da profissão demonstrando como o Serviço Social foi modificando suas bases teóricas e práticas desde seu surgimento, em 1930 no Brasil, através da mediação da esquerda católica brasileira. É apresentado as protoformas do Serviço Social, demonstrando como a “reação” da Igreja Católica afetará diretamente nos processos internos da profissão por um longo período de tempo, demarcando como a mobilização do movimento católico, principalmente por meio da Ação Católica, influenciou os estudantes a ingressarem no Serviço Social. Sinalizo, também, como a partir de 1950 o contato proporcionado pela JUC e, posteriormente, pela AP, foi fundamental para aproximação com o meio universitário, as organizações populares, e a tradição marxista e, com isso, para engendrar o vetor da erosão do Serviço Social tradicional. O intuito é demarcar o momento que a literatura marxista é impulsionada, a partir de 1960, no interior da profissão via militância política, principalmente por intermédio da esquerda católica e, posteriormente, com a influência da Ação Popular. As principais referências que perpassam este debate são Iamamoto e Carvalho (1984), Silva (1991), Martinelli (1991), Pinheiro (2010), Netto (2015), Batistoni (2017), Alves (2018).

Como apontado, através de depoimentos e entrevistas já realizadas, apresentamos como se estabeleceu as influências do marxismo e as experiências com mobilizações e organizações populares e qual foi a importância da militância, principalmente na Ação Popular, para segmentos profissionais do Serviço Social. Os trabalhos que utilizamos de referência foram Manfredini (1989), Silva (1991), Closs; Scheffer; Mizoguchi; Zacarias (2021), o documento organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social “Serviço Social: memórias e resistências contra a ditadura” (2017), as entrevistas realizadas pela Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora que teve como objetivo apresentar os diversos casos de violação dos direitos humanos

durante o período da ditadura no município (2014); Alves (2018), e o projeto de dissertação de Mizoguchi (2023).

É necessário estarmos sempre repensando a profissão e, portanto, debater uma das vias de aproximação do Serviço Social às organizações e mobilizações populares e à tradição marxista, é fundamental. É relevante demarcar e refletir sobre o papel desempenhado pelos segmentos profissionais daquele período ao repensar a profissão nas suas diferentes dimensões teórico-metodológica e ético-política sendo esta iniciativa o cerne que possibilitou a categoria se colocar em defesa dos direitos da classe trabalhadora. Ou seja, apontar alguns elementos presentes no desenvolvimento deste “repensar” para a crítica do Serviço Social tradicional representa uma contribuição na defesa intransigente do atual projeto ético político profissional.

Realizar o debate histórico da profissão e trazer as memórias daqueles que a vivenciaram, torna-se um combustível para a nova geração de assistentes sociais. Não é cabível pensar a profissão sem retornar às suas raízes e seus processos históricos no movimento da sociedade na qual estamos inseridas e, da mesma forma, deve-se impulsionar os estudos sobre as determinações que contribuíram para a aproximação dos segmentos profissionais à tradição marxista e aos processos de organização popular.

1. Retorno ao passado: a história da esquerda católica e da Ação Popular

Neste capítulo traçaremos, através de um resgate histórico, a origem da esquerda católica brasileira e seus desdobramentos, enfatizando como se desenvolveu o seu processo de politização através da Juventude Universitária Católica (JUC) até o momento do chamado “racha” com a hierarquia católica para a criação e consolidação da Ação Popular. A partir desse resgate, perpassaremos pelo desenvolvimento da Ação Popular e seus debates internos acerca da estratégia e linha política a ser utilizada para, em seguida, relatar como se desenvolveu essa organização política partidária no estado de Minas Gerais, sobretudo na particularidade de Belo Horizonte. Com a explanação do surgimento e caracterização do desenvolvimento da esquerda católica, apontaremos como se desenvolveu e quais foram os impactos das relações entre esta e o Serviço Social para a politização de segmentos estudantis e profissionais e a caracterização dos vínculos destes segmentos com os movimentos sociais, uma das principais determinações para o desenvolvimento da perspectiva crítica no Serviço Social brasileiro.

1.1 Origens da esquerda católica

A partir do século XIX, a Igreja Católica consolida um processo de reação à Modernidade, que se inicia com o movimento renascentista passando pelas reformas religiosas do século XVI e, por fim, culminando nas revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII. Para reagir às transformações desse processo histórico, que foram consideradas pela Igreja como “erros” da modernidade e de revoluções “sem deus”, a instituição adotou um projeto que foi chamado de Ultramontano (1800 a 1960). De acordo com Duarte (2010):

“[...] doutrina cujo objetivo principal era reafirmar a posição da Igreja Católica frente às recentes transformações políticas e sociais através de uma ação política que, por um lado, buscava enfatizar a autoridade papal, e que, por outro, impulsionava a aplicação de uma série de medidas voltadas para a recristianização do mundo. Tratava-se, mais especificamente, de

uma reação da Igreja, motivada pela rejeição ao processo de secularização da civilização moderna que se forjava fora dos marcos do controle católico” (p.7).

Merece destaque a adoção do projeto ultramontano, pois ele traz consigo duas grandes particularidades que irão se desdobrar como principais pilares de enfrentamento da Igreja com as transformações externas e internas, no período que aqui estamos propostos a analisar. Os dois momentos de destaque são: Em primeiro lugar, a figura de dois nomes: do pontificado de Pio VII (1800-1823) ao Pio IX (1846-1878) para a consolidação da doutrina; e em seguida, a sistematização proposta por Leão XIII (1878-1903) de uma política de intervenção católica na realidade da época que se encerra com o acirramento dos posicionamentos da Igreja acerca da modernidade e com o surgimento da Ação Católica, entre o pontificado de Pio X (1903-1924) e Pio XII (1939-1958).

No Brasil, a Igreja ficou subordinada ao Estado até a promulgação da República em 1889, com a publicação da primeira constituição federal. Tal constituição retira os privilégios que a Igreja tinha até então, e garante a neutralidade religiosa na sociedade. Com isso, a instituição entra em crise visto a falta de recursos econômicos somada a uma crescente secularização da sociedade brasileira. Pinheiro (2011, p. 70) aponta que “a igreja estabelece como objetivo principal recuperar seus prestígios na sociedade e reconquistar o Estado, sob as novas condições”.

É nesse combate à modernidade durante a vigência do catolicismo ultramontano que surge a Doutrina Social da Igreja, inaugurada com a publicação da encíclica *Rerum Novarum* em 1891 e enfatizada, também, através de várias encíclicas posteriores. Essa doutrina, até a década de 1960, mantinha as principais características do projeto ultramontano, como: a condenação ao capitalismo e ao comunismo e, sobretudo, a valorização da Idade Média³ como paradigma a ser alcançado.

³A Idade Média era enxergada pela Igreja Católica como uma “Idade do Ouro”, já que, esse período foi marcado pelos valores cristãos e pela hegemonia católica posteriormente “destruída” pela sociedade moderna do século XIX e pelas “ameaças” comunistas.

As encíclicas sociais como a *Rerum Novarum*, em linhas gerais, podem ser classificadas como instrumentos utilizados pelos católicos conservadores em resposta aos problemas gerados por essa modernidade que, por sua vez, deveriam ser resolvidos no plano caritativo-assistencial (DUARTE, 2010, p. 8).

A *Rerum Novarum*, em suas passagens, contribuía para que não houvesse uma organização dos trabalhadores, e colocava os “problemas sociais” como algo natural, apelando para que os homens aceitassem com paciência a condição a qual eram submetidos. Apostava-se, a todo o momento, em um projeto de conciliação de classes. A crítica realizada ao capitalismo não estava na propriedade privada e sim no liberalismo econômico e na concorrência, pois, para a instituição, eram estes fatores que afastam a humanidade da “vida cristã”.

O Papa Leão XIII não apenas negava a abolição da propriedade privada como um meio para a resolução da chamada “questão social”, como também julgava que o seu fim agravaria ainda mais a precária vida dos trabalhadores, já que, desta forma, lhes seria negada a possibilidade de ascensão social (DUARTE, 2010, p.9).

No Brasil, durante o papado de Pio X (1903-1924), após a I Guerra Mundial, surgem alguns movimentos e instituições como o Partido Comunista Brasileiro⁴, o Movimento Tenentista⁵ e a Semana de Arte Moderna de 1922⁶. Em contrapartida, no mesmo ano, é fundado na capital brasileira o Centro Dom Vital, sendo este considerado como a primeira iniciativa leiga brasileira com o intuito de atrair a intelectualidade católica e os jovens numa tentativa de contornar a perda de poder da Igreja e disseminar seus dogmas. A figura de Dom Leme, importante liderança católica do período, afirma que falta na Igreja uma elite intelectual capaz de fazer face aos adversários positivistas e secularistas, além de uma formação dogmática dos cristãos, os quais ignoravam os ensinamentos religiosos. Ou seja, a elite católica, através do Centro Dom Vital, teria o intuito de moldar a consciência dos

⁴Partido marxista-leninista fundado em 1922. O PCB é o partido político mais antigo do Brasil, tendo sua história marcada pela defesa sistemática e incansável dos interesses da classe trabalhadora, participando ativamente dos principais acontecimentos políticos e culturais do nosso país desde 1922. Disponível em: <https://pcb.org.br/porta12/29236>, acessado em 20/04/2023.

⁵Movimento militar brasileiro de cunho político, com forte atuação durante o período de 1920 a 1930. Posicionava-se contra o regime político da Primeira República e influenciou diretamente para o desgaste do mesmo.

⁶Manifestação artística, política e cultural que propôs a necessidade de se recorrer a uma nova estética explorando a brasilidade.

cristãos. A direção do Centro será confiada a Jackson de Figueiredo⁷ até 1928 quando a função é assumida pelo católico Alceu Amoroso Lima⁸.

Durante as primeiras décadas do século XX, a Igreja Católica continua defendendo os postulados do projeto ultramontano de luta contra o mundo moderno e é também nesse século que a instituição possui seu clímax. Destaca-se, nesse período, o pontificado de Pio XI (1924-1939), que enfatiza dois princípios deste projeto conservador, sendo eles: a recristianização da sociedade e o anticomunismo. O anticomunismo teve maior força na medida em que se expandia a influência do Partido Comunista, sobretudo a partir de 1935 com o “levante comunista”⁹ que contribuiu para que se constituísse na pauta da Igreja o combate ao comunismo ateu. Na visão dos fiéis, esse pontificado de Pio XI ganhou notoriedade devido ao contexto político e social entre 1920-1930, que solicitava da instituição um posicionamento de enfrentamento bem demarcado como o que Pio XI estava propondo.

No Brasil, os valores religiosos estabeleceram a base principal da mobilização anticomunista, aliando-se às forças armadas e aos políticos conservadores. De acordo com Motta, “para as lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável da Igreja, um desafio à sobrevivência da religião ao qual só podiam responder com luta”. (MOTTA, 2002, p.18 apud BERTOLINO, 2010, p.46)

Portanto, com a ascensão de Pio XI (1924-1939), o comunismo se torna, juntamente ao lado das críticas ao modernismo e ao capitalismo, o novo inimigo da hierarquia. O papado de Pio XI foi marcado pela era monopólica do capitalismo, que acarretou desdobramentos a nível mundial, como: eclosão da primeira guerra mundial (1914-1918); crise financeira de 1929 juntamente com a expectativa de

⁷Jackson Figueiredo foi o responsável por organizar o movimento católico leigo. Através do Centro e da revista “A ordem” combateu o liberalismo, o comunismo e a revolução de modo geral.

⁸Pinheiro (2011) aponta o percurso de Alceu Amoroso Lima em três fases. A primeira entre 1928-1938 ele é tomado pelo espírito reacionário e antiliberal de Jackson Figueiredo. A segunda fase a partir do contato com alguns pensadores da esquerda católica como Maritain passa a pensar a sociedade como uma realidade histórica que luta pelo humanismo e pela liberdade. Na terceira e última fase, ele confronta o papel do indivíduo na sociedade. De acordo com Pinheiro (2011) “Alceu aprendeu com Maritain a pensar sobre as sociedades pluralistas e democráticas; com Mounier a pensar no socialismo e no engajamento social do cristão; e de Lebrét ele absorveu certas ideias de transformação econômica”.

⁹ Dirigido pela Ação Nacional Libertadora e o Partido Comunista Brasileiro, o levante tinha como objetivo retirar Getúlio Vargas do poder.

consolidação e expansão da Revolução Bolchevique de 1917. No Brasil, neste contexto, a Era Vargas (1930-1945) fortalece o modelo de substituição de importações¹⁰ proporcionando um acelerado desenvolvimento da burguesia industrial e financeira. Sá (2015) enfatiza:

Essa burguesia dos anos trinta desde cedo teve que lidar com os movimentos grevistas e reivindicatórios das classes pouco privilegiadas socialmente, fator que favoreceu um novo pacto social: uma aliança inédita com os antigos detentores do poder (oligarquias), com classes médias e com as classes trabalhadoras, cooptadas por ações sociais, que eram duramente reprimidas quando se colocavam contra a polícia de Estado de Vargas. Em contrapartida, a fim de estabelecer um maior domínio estatal sobre a classe trabalhadora, este vai reconhecer direitos aos trabalhadores notadamente com a Consolidação das Leis trabalhistas na década de 40. O “getulismo” surgia como força nova e influente baseada no mito da personificação de Getúlio Vargas, que governava soberano sobre o conjunto da sociedade e arbitrava o “compromisso social” ancorado nas classes dominantes. (SÁ, 2015, p.37)

Portanto, neste contexto de efervescência social e de mobilização das organizações políticas necessitava-se de maior firmeza e expansão do projeto da Igreja e, para isso, a mesma investiu na atuação do laicato através de trabalhos de formação e organização de círculos de estudos e cursos para difundir o cristianismo.

“Se, antes do pontificado de Pio XI, o marxismo apresentava-se como um instrumento de análise e compreensão da realidade social, no contexto dos entreguerras, a Revolução Russa demonstrava a viabilidade de superação do capitalismo e de concretização de uma sociedade comunista, a ser criada através da luta da classe trabalhadora. O laicato católico, nesse sentido, tornava-se um importante aliado para a realização do projeto da Igreja de recristianização do mundo, laicizado, segundo o catolicismo ultramontano, não só pelo capitalismo, mas também pelo comunismo” (DUARTE, 2010, p.11).

Neste ritmo de seguir com força ainda maior na promoção do projeto conservador do catolicismo ultramontano, foi fundada em 1935, sob a égide do Centro D. Vital, a Ação Católica Brasileira (ACB).

“Nota-se que a Ação Católica surge como um movimento de leigos que deveriam atuar sob a direção de sacerdotes especializados, seguindo as orientações expressas nos documentos pontifícios. Cabe também registrar que, embora a proposta do Papa Pio XI acerca da participação do laicato representasse uma ampliação das bases de ação política dos católicos, esta ampliação deveria seguir critérios bem definidos, o que incluía, principalmente, o reconhecimento e o respeito à hierarquia interna da Igreja. Desta forma, não se supunha que os membros da Ação Católica assumissem práticas autônomas e posicionamentos ideológicos independentes e a despeito da ortodoxia católica.” (DUARTE, 2010, p.12).

¹⁰ Industrialização voltada para dentro, visando o mercado interno, o aumento de exportação e a diminuição de importações.

É importante sinalizar que as iniciativas de organização dos jovens católicos são anteriores à fundação da ACB, contudo, esta foi a que se manteve por mais tempo e com maior influência. A participação organizada do laicato do Brasil via Ação Católica Brasileira foi essencial para a difusão dos dogmas católicos na vida individual, familiar e social durante aquele período. Os jovens católicos, por meio das suas ações nas casas das famílias católicas, reforçam a já degradada situação social à qual estava submetida a classe trabalhadora naquele período, ao naturalizar as condições sociais que os indivíduos por eles atendidos se encontravam.

Com a entrada do papado de Pio XII (1939-1958) se desdobram muitas transformações no interior da Igreja e na conjuntura política, social e econômica do Brasil. É neste contexto que se deflagra a II Guerra Mundial (1939-1945) e que há um rompimento importante entre a hierarquia católica e a intelectualidade leiga católica com a extrema direita. Esses fatores cada vez mais despertaram a consciência dos leigos para as condições do povo e para os problemas sociais brasileiros. De acordo com Sá (2015, p.18) “vai se delineando, assim, a base para a atitude progressista cristã que permeia a ACB e algum de seus setores pelos anos que virão”. É possível notar as diferenças organizativas e políticas no decorrer dos anos de desenvolvimento da ACB.

Beozzo (1984) afirma que a primeira fase da ACB vai até 1943, em que suas atividades se restringiam a peregrinações, missas, congressos, etc. A segunda fase, entre 1943 a 1950, a instituição enxerga a necessidade de expansão do trabalho dos laicatos na sociedade e promove uma reestruturação interna na ACB, aderindo ao modelo francês de organização, o qual fraciona e diversifica a organização em ramos de atuação – segundo as faixas etárias e o meio social dos jovens. Dessa forma, foram criadas as chamadas “alas especializadas” da organização: a Juventude Agrária Católica (JAC), a Juventude Independente Católica (JIC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC).

A divisão nessas “frentes de especialização” comprova o interesse especial da ACB e, conseqüentemente, da hierarquia da Igreja, sobre a juventude brasileira. Esse foi um movimento estratégico da Igreja para cooptar a juventude e mantê-la sobre a sua égide de controle e doutrinação, especialmente a juventude universitária que em poucos anos formaria parte da elite acadêmica – quiçá dirigente – do país. Ter a juventude universitária

sob seu controle e a seu serviço contribui, também, para a manutenção das pautas caras à Igreja dentro das universidades, além de ser uma excelente forma de combater o comunismo e a laicização em curso, sobretudo, nos meios acadêmicos. (DUARTE, 2010, p.3)

A experiência de alguns desses grupos ultrapassou o âmbito estritamente eclesiástico, evoluindo para uma visão cristã renovadora, em que se aproximaram da política e do movimento estudantil, chegando a disputar entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) – tendo como exemplo a JUC que conquistou a direção desta entidade em aliança com estudantes de tendências comunistas.

Foi somente a partir dessa reorganização da ACB que a JUC evoluiu, modificando essencialmente seu envolvimento nas universidades e aproximando-se mais das posições das esquerdas políticas do país, passando a se preocupar com os problemas sociais, políticos, econômicos e educacionais. Com isso, a Igreja Católica, pela primeira vez, adquiriu uma forma orgânica incorporando milhares de leigos que, a partir do trabalho junto aos novos movimentos sociais (estudantis, de favela, dos camponeses e operários) contribuíram com a formação de uma esquerda cristã que ultrapassou o limite da estratégia reformista de mudanças graduais na instituição. (BERTOLINO, 2010, p.48)

O objeto de estudo deste trabalho assenta-se neste debate da Juventude Universitária Católica tanto pela expressão do que foi essa organização para a “esquerda católica” quanta suas influências teórico-políticas e rebatimentos prático-interventivos que a organização teve no Serviço Social brasileiro, em particular nos segmentos estudantis e profissionais em que nela militaram.

Como sinaliza Ridenti (2002, p.2), a preocupação inicial era dar formação aos membros da JUC, aprofundando fé e espiritualidade. Ou seja, a JUC inicia suas atividades voltadas para a formação doutrinária do estudante universitário, criando uma identidade que coloca a organização como representação oficial da Igreja Católica no meio universitário. O mundo passava por profundas transformações, e a quantidade de alunos que frequentavam as universidades buscando por conhecimento dos novos valores crescia nos anos de 1950.

“[...] o sentido da atuação da JUC deveria consistir, basicamente, em impregnar o espaço social dos princípios cristãos, ameaçados pela Modernidade e pelo comunismo “intrinsecamente mal”, segundo a Igreja Católica. Dito de outra forma, o objetivo da JUC consistia em influenciar o sistema educacional brasileiro, instaurando a presença cristã organizada e eficaz no meio universitário, e afastando os estudantes da “influência” comunista” (DUARTE, 2010, p.20).

Como uma ala especializada da ACB, a JUC contava com a atuação de assistentes eclesiásticos (padres que representavam a Igreja Católica) e que

deveriam estabelecer as diretrizes para os debates teóricos entre os estudantes universitários. Os assistentes eclesiásticos tinham um papel muito importante, pois eram eles quem asseguravam, do ponto de vista jurídico, a presença oficial da Igreja nesses espaços. A juventude começa, então, suas primeiras ações na sociedade brasileira como os “eleitos de cristo” e, ainda neste período inicial, o principal objetivo e preocupação era dar uma formação para os jovens católicos impregnando as universidades dos dogmas e valores católicos utilizando-se de um método denominado de “ver, julgar e agir”.

O método *ver, julgar, agir* foi incorporado criativamente pelos católicos brasileiros para tomar posição frente aos problemas sociais. Originalmente desenvolvido pelo padre belga José Cardijn, o método envolvia “partir da realidade em que os leigos estão inseridos (ver); analisar esta realidade à luz da fé (julgar); agir em sentido transformador dessa realidade (agir)”. (RIDENTI, 2002, p.9)

Ao longo dos anos de 1950 e no início da década de 1960, os militantes começaram aos poucos a disputar importantes meios de luta da causa estudantil, fato que proporcionou um amadurecimento interno da organização e uma alteração também das visões de mundo dos seus membros. A conjuntura política e econômica entre esses anos demonstrou um aumento significativo da entrada de capital estrangeiro no país, propiciado principalmente pelo governo de Juscelino Kubitschek com o “Plano de Metas”¹¹. A entrada de JK ao poder (1956-1961) marca o esgotamento do modelo de substituição de importações¹² e instala a “era do capitalismo dependente associado”. Foi durante o governo de JK que o programa de desenvolvimento de comunidade (DC)¹³ foi criado de forma estratégica, principalmente para atuar nas áreas rurais com o intuito de modernização da agricultura. De acordo com Sá (2015), “o alto grau de industrialização e modernização pelo qual passava o país, desemboca no apogeu e decorrente esgotamento do modelo nacional - desenvolvimentista e populista do governo Kubitschek”. O resultado social desse desenvolvimento acelerado foi drástico: houve o aumento da concentração de terra, aumento da concentração de renda, desvalorização da força de trabalho e, conseqüentemente, o aumento da taxa de exploração da classe trabalhadora.

¹¹Com o lema “50 anos em 5”, o plano de metas era um programa que visava crescer e melhorar a infraestrutura brasileira através do estímulo de desenvolvimento da indústria.

¹² Aumento da produção interna e diminuição das importações.

¹³Veremos mais à frente neste trabalho a importância do DC para o Serviço Social e como seu caráter foi se alterando a partir das condições históricas e políticas. Neste período, a filosofia proposta pelo DC casava totalmente com o perfil profissional modernizador majoritário dentro da profissão.

Neste contexto, os militantes da JUC começam a buscar uma dimensão histórica para suas ações proporcionando um gradativo avanço de leitura política ao se atentar às transformações sociais e políticas que vinham ocorrendo no Brasil. Dessa forma, neste período se inicia juntamente ao processo de monopolização da economia capitalista brasileira, o deslocamento dos interesses jucistas da prática meramente doutrinária ao engajamento na política estudantil, passando a participar ativamente não apenas de debates relativos às necessidades imediatas dos estudantes como também daqueles sobre a realidade social e política do país. Reagindo à essas transformações socioeconômicas, os estudantes em geral projetavam-se politicamente, principalmente após a retomada da UNE¹⁴. De acordo com Oliveira (2014, p.16):

A Juventude Universitária Católica (JUC) vai gradativamente participando da vida acadêmica e dos espaços de poder dentro destas instituições. Vai gradativamente ganhando espaço e representatividade entre os estudantes. (OLIVEIRA, 2014, p.16)

Pinheiro (2011, p.26) aponta, também, que a JUC, no seu desenvolvimento, prepondera uma visão que inclui a universidade na totalidade dos “problemas sociais”, criticando a formação individualista em face do subdesenvolvimento da sociedade brasileira. Pode-se notar que existem alguns fatores que contribuíram para essa politização: o primeiro é a conjuntura nacional e a inserção/contato desses militantes com a realidade social e o segundo é a aproximação ao debate marxista (mesmo que de forma vulgar) dentro das universidades por meio dos grupos de estudos e pelo convívio com outras correntes de pensamento. Os conflitos internos que desdobravam dentro da Igreja Católica também propiciaram – principalmente via pensadores da corrente francesa¹⁵- o aprofundamento teórico de leituras e de diferentes debates.

¹⁴ Até meados de 1950, o movimento estudantil sofreu um grave declínio e, em 1956, acompanhando as transformações socioeconômicas, os estudantes projetavam-se politicamente disputando a entidade que é retomada com sua direção pela esquerda. A União Nacional dos Estudantes a partir de 1960, com a efervescência política, se coloca a nível nacional como entidade ativa visando mobilizar os estudantes. Debate que veremos mais à frente neste trabalho.

¹⁵Löwy (2000, p. 53) aponta que embora houvesse socialistas cristãos ligados à igreja em várias partes do mundo, é na cultura católica francesa (e por influência direta desta, também na América Latina) que reside a mais ampla e extensa tradição anticapitalista e de esquerda. Esse elemento apontado por Löwy nos conduz a uma questão intrigante, que é justamente buscar perceber onde se dá a influência direta ou indireta do marxismo e do elemento de transformação social encarnado pelo socialismo/comunismo nesse ideário desencadeado pela tradição francesa na América Latina e, sobretudo, no Brasil (ainda mais especificamente no contexto que leva ao surgimento e atuação da AP).

Eles eram influenciados pela discussão teórica no interior da própria Igreja, em particular pelas obras de Jacques Maritain, Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin; ficaram marcados pelo pontificado progressista do Papa João XXIII a partir de 1958; além de confrontar-se com as desigualdades gritantes da sociedade brasileira e com o ascenso na mobilização política de trabalhadores urbanos e rurais, numa dada evolução da conjuntura política nacional – nos anos liberais do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) – e internacional, notadamente com a vitória da Revolução Cubana em 1959. A JUC agia em meio a circunstâncias históricas que marcaram os anos 50 e 60. Em âmbito internacional, foram vitoriosas ou estavam em curso inúmeras revoluções de libertação nacional, algumas marcadas pelo ideário socialista ou terceiro mundista, por exemplo, a revolução cubana de 1959, a independência da Argélia em 1962 e outras, além de lutas anticoloniais na África e na Ásia etc. Também era contestado o modelo soviético de socialismo, considerado burocrático e acomodado à ordem internacional estabelecida pela guerra fria, algo que também se fazia sentir no plano interno: começavam a surgir novas referências na esquerda – inclusive de cristãos, católicos na maioria, mas também protestantes –, que ameaçavam a hegemonia do pró soviético e clandestino PCB. Delineava-se a polarização social que levaria ao golpe de 1964 (RIDENTI, 2002, p.5).

A partir da segunda metade dos anos 50, a JUC experimentou uma guinada política, engajando-se em diferentes lutas e espaços ocupando uma posição de liderança diante dos demais setores da ACB e adentrando no movimento estudantil com força principalmente através da UNE. Percebe-se, que o viés católico começa a mesclar com a luta revolucionária e a organização começa uma nova fase de atuação no cenário nacional, tornando-se de fato um movimento social organizado a nível nacional com congressos e seminários.

O momento decisivo dessa virada foi à conferência nacional da JUC em 1959, quando o movimento assumiu uma responsabilidade explícita pela ação política como parte de seu compromisso evangélico. (BUONICO, apud MAINWARING 1986, p. 84).

Ainda no governo JK, como apontado, a UNE havia retomado a sua posição política de esquerda o que facilitou uma maior mobilização estudantil, já que o presidente não intervinha nas ações estudantis, o que propiciou um maior diálogo entre Kubitschek e a entidade. O principal confronto entre o governo e os estudantes se deu exatamente no aspecto ideológico, sobretudo sobre a ambiguidade de sentido na palavra “nacionalismo”.

Para o governo JK, o enfoque “nacionalista” admitia a participação do capital estrangeiro em todos os tipos de empreendimentos, inclusive na Petrobrás. Em contraposição, o movimento estudantil (liderado pela UNE) defendia que ser nacionalista era afirmar a soberania nacional no campo econômico, defender a Petrobrás e monopólio estatal do petróleo, ser contra os EUA e a política exercida pelo mesmo na América Latina. (BERTOLINO, 2010, p.70)

A partir de 1956, em função do processo de industrialização e monopolização da economia brasileira juntamente com as diferenças apontadas anteriormente, o movimento estudantil tornou-se base de oposição ao governo JK. Esse processo de industrialização trouxe consequências diretas para a universidade brasileira, que buscou atuar atendendo as demandas da classe média liberal que, naquele momento, compunha majoritariamente o ensino superior. Ou seja, o ensino superior passou a ser apresentado como fator de exclusão, pois só um grupo bastante restrito tinha acesso. Formou-se uma frente constituída de nacionalistas, trabalhistas, comunistas, socialistas e cristãos da JUC que haviam chegado à diretoria da UNE, em 1956 – o conhecido grupão da UNE- que, aos poucos, foi perdendo espaço para a liderança católica representada pela JUC e, no início da década de 1960, para a AP. Esse cenário de entrada maciça de estudantes provenientes da classe média propiciou uma radicalização do meio estudantil. Martins Filho (1987) aponta:

Nesse contexto, as bandeiras udenistas perderam terreno para as correntes nacionalistas e de esquerda, que passaram a dar respostas às insatisfações observadas no meio universitário, tais como “más qualidades de ensino, altas taxas nas escolas particulares, necessidade de vagas, autoritarismo e obsolescência pedagógica, etc.” (FILHO, 1987, p.42)

A partir das experiências, o movimento da JUC ganha consistência definindo melhor seu campo de ação, seu método e sua temática de estudo. Com isso, começa a se elaborar uma construção de linha política interna dentro do movimento, sendo a primeira denominada *ideal histórico* – instrumental teórico de muita relevância para a JUC elaborado pelo filósofo Maritain. A partir desse momento, algo que chama atenção é a escrita dos documentos internos da organização que trazem consigo termos marxistas utilizados ao lado de expressões do nascente humanismo cristão, apontando para a necessidade de intervenção ativa na realidade. Este *ideal histórico*¹⁶ concreto era uma linha de ação mais coletiva e generalizada, tendo como objetivo sinalizar a necessidade da luta pelos militantes abrindo espaço para ações revolucionárias mais atuantes.

A História continuava a ser vista como desígnio de Deus, mas a atitude deixava de ser passiva. Ao invés de acatar a ordem supostamente natural da sociedade existente, tratava-se de agir em nome de Deus para

¹⁶No fim de 1950, a JUC busca por uma dimensão histórica para sua ação. Para isso, sua principal influência foi o filósofo Jacques Maritain. Pode-se apontar que essa mudança de orientação da JUC posteriormente foi concretizada ao nível teórico por meio do ideal histórico.

transformar as estruturas, criar uma ordem socialmente justa, baseada nos princípios cristãos. Agora, a ação dos universitários católicos colocava em segundo plano seu ideal inicial, de recrutar e salvar almas no meio acadêmico, inserindo-as na Igreja. A universidade passava a ser abordada como um meio complexo, no interior de uma sociedade mais abrangente, o que implicava estender a atuação da JUC para fora dos muros acadêmicos. (RIDENTI, 2002, p.5)

Estes debates mais aprofundados, essa tímida “virada à esquerda” e as mudanças nas diretrizes expressas nos documentos oficiais tornam público o impasse da organização com a hierarquia da Igreja Católica, sendo considerados pela mesma como afronta direta à vida e aos princípios religiosos. É importante sinalizar, que apesar de colocar a necessidade através do *ideal histórico* de ações revolucionárias para transformações da realidade, fica nítido que a JUC não havia definido estratégias radicalizadas de resistência, ou seja, o ideal era utópico como a própria época permitia. Outra questão importante nesse momento, é que apesar de propor alterações marcantes no interior da organização, que culminaram em tensões com a Igreja, a organização não avançava, pois ainda estava presa às raízes e às ordens da instituição.

Mesmo com a dificuldade apontada acima de se desvincular com a Igreja Católica, a organização estabelecia alianças com campos progressistas como a União Nacional dos Estudantes, os Centros Populares de Cultura (CPC's), o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB) entre outros em apoio às esquerdas revolucionárias¹⁷. Dois episódios citados anteriormente foram fundamentais para essa inserção da JUC em novos espaços, foram eles: a ascensão do Papa João XXIII em 1958 e a Revolução Cubana em 1959.

A entrada de João XXIII (1958-1963) contribuiu para uma reformulação mundial da Igreja Católica ao incorporar ideias mais avançadas que os seus antecessores, além de evitar fortes ataques ao comunismo. As novas orientações contribuíram para o fortalecimento dos grupos católicos progressistas em direção aos setores populares, pois se propagava que a Igreja não deveria mais ficar acima do mundo, mas sim, atuar como força para ajudar a transformá-lo.

Durante sua curta passagem na direção da Igreja, com seus gestos surpreendentes e seus pronunciamentos inovadores, João XXIII inaugurou

¹⁷ Esses movimentos e organizações voltados para o fomento e a indução da cultura e educação popular serão abordados mais à frente.

uma grande sensibilidade em relação aos problemas contemporâneos, ao diálogo com outras ideologias e à preocupação pastoral com a situação de miséria das populações subdesenvolvidas. (SEMERARO, 1994, pág.35)

Já o segundo episódio de importância, o êxito da Revolução Cubana, levou ao surgimento de uma vigorosa renovação marxista que, juntamente ao mandato de João XXIII, resultou na renovação da Igreja e nas alianças práticas com os comunistas nos movimentos sociais, especialmente o estudantil.

A JUC, no final da década de 50 e início da década de 60, passou por uma evolução que, de certa forma, acompanhou a convulsão vivida pela América Latina e as transformações da própria Igreja a partir do papado de João XXIII. A JUC procurou orientar-se pelo pensamento dos católicos mais progressistas e participou da movimentação política estudantil. (SANFELICE, 1986, p.58)

Esse fator é questionado por diversos estudiosos da temática: “Essa forma de organização diferente da Igreja foi o que garantiu certamente sua luta revolucionária e o avanço de ideário?” A maioria dos intelectuais enxergam que o avanço no ideário do movimento e o contato com movimentos sociais, trabalhistas e comunistas foi um dos motivos que levou a esse processo de ressignificação da JUC no início dos anos 1960. De acordo com Buonico (2014), os militantes já não podiam se manter nas ações católicas, pois viam na militância a possibilidade de frutificar ações políticas e culturais inovadoras e diversificadas, aproximando a política da cultura e da vida cotidiana, buscando transformar suas indignações em lutas. A partir do que foi apresentado acima, nota-se o desenvolvimento do período de politização da JUC e o seu enfrentamento com a hierarquia católica brasileira, questões que veremos no item a seguir.

1.2 A politização da JUC e a ascensão da Ação Popular

O ano de 1960 foi o divisor de águas para a politização da JUC e os atritos com a hierarquia eclesiástica, tendo como marco o Congresso de dez anos da JUC ainda em 60. Em meio a um processo de maior aproximação ao movimento estudantil, é realizado este congresso nacional para debater estratégias e linhas de atuação, cujo tema foi: “A necessidade de um ideal histórico”. Merece destaque, de acordo com Bertolino (2010), os representantes de Belo Horizonte que apresentaram uma proposta prática deste ideal tendo como ponto principal a

“reforma agrária, de independência do capitalismo, cuja tática seria uma luta imediata contra a política dos monopólios”. Neste congresso, ocorreram avançados debates políticos que mencionam abertamente a condenação ao capitalismo e a necessidade de avançar em discussões sobre socialismo e comunismo. É claro que a leitura socialista não era a mesma defendida pelo PCB, mas também não representava o cristianismo defendido pela alta hierarquia da Igreja Católica.

A intensa participação política de amplos setores da sociedade no começo dos anos 60 fez com que setores vinculados à JUC começassem a participar da vida institucional do movimento estudantil. (OLIVEIRA, 2014, p.26)

Os ex-militantes jucistas, Lima e Arantes (1984), comentam:

A partir do engajamento da JUC no movimento estudantil que se criou a necessidade de definir objetivos políticos mais gerais para os cristãos. Assim, orientados pelo pensamento dos católicos mais progressistas, os jovens católicos participaram da movimentação política estudantil, convivendo com jovens marxistas”. (LIMA;ARANTES, 1984,p.54)

Ou seja, há um salto significativo no direcionamento da organização, que começa a voltar-se para o debate da “questão social” e da questão política chocando-se frontalmente com a hierarquia da Igreja.

Para dar prosseguimento aos estudos políticos, é também neste momento que começa a se organizar um grupo de esquerda que formará o setor político da JUC, tendo participação ativa tanto no movimento estudantil - principalmente das mobilizações contra a reforma universitária - quanto na sociedade. Em contrapartida a essas movimentações, a Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ao enxergar estes desdobramentos no interior da JUC se impõe utilizando como estratégia a propagação durante as pregações religiosas de difamações e mitos sobre o comunismo e os grupos revolucionários, inflamando orientações que fugiam do novo ideal proposto a ser defendido pela JUC.

O Congresso de dez anos discutiu e aprovou um documento denominado: “Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro” – considerado documento pioneiro do cristianismo de libertação da América Latina - em que diversos trechos demonstram que a condenação ao capitalismo é justificada tanto por motivos morais quanto por motivos estruturais. É importante enfatizar, que não se propunha um processo revolucionário, mas sim, uma passagem pacífica a um regime comprometido com o “desenvolvimento harmonioso”, aproximando-se do

que era proposto pelos filósofos franceses. Ridenti (2002, p.40) aponta que “a JUC encontrava no “ideal histórico” de Maritain uma das bases para o “engajamento cristão eficaz”, em sua luta dentro da Igreja, pela participação política ativa de todos os católicos – e fora dela, em busca de uma sociedade justa e cristã, acima dos sistemas capitalista e comunista”. Porém, o setor mais à esquerda da JUC, considerando sua experiência e atuação política no movimento estudantil, realizava críticas à concepção de ideal histórico como ultrapassada para a conjuntura vivenciada naquele período. Acirrando ainda mais os entraves com a Igreja, a luta guerrilheira vitoriosa da Revolução Cubana se torna, como já apontado, referência na identidade comunista desses jovens para a construção de uma organização que estivesse, de fato, livre dos dogmas da Igreja.

Nesta fase do início dos anos 60, de acordo ainda com Ridenti (2002), a vertente do personalismo de Mounier torna-se a mais influente dentro do movimento ao ser “uma terceira posição entre o ‘idealismo desencarnado’, desligado da realidade, e o marxismo, que supostamente não levava em conta os valores do indivíduo”. Nota-se que, aos poucos, principalmente pelo setor politizado da JUC, o ideal histórico se tornava ultrapassado para direcionar as ações da juventude e que, nos documentos da organização, a questão do humanismo já não era meramente a de fundo cristão, mas também influenciada por termos e análises de cunho marxista. É também nos anos 60, que se inaugura uma nova era na sociedade brasileira, o que incentivou ainda mais a crescente politização e esquerdização da JUC e de diversos setores sociais que dificultariam, ainda mais, o controle da hierarquia católica sobre suas organizações.

O esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista chegaria a seu ápice, trazendo consigo o acirramento das contradições sociais que resultaram em muita mobilização social. Após o fim do governo Kubitschek, Jânio Quadros se apresentou como candidato à presidência da república e venceu o pleito em outubro de 1960, assumindo a presidência em janeiro de 1961. O governo de Jânio teve vida breve, e em agosto de 1961, o então presidente renuncia “acreditando na possibilidade da execução de uma manobra política que supostamente levaria o Congresso Nacional a delegar-lhe poderes extraordinários” (DUARTE, 2010, p.30). Com sua renúncia, assume o cargo de presidente, após diversos embates internos, o seu vice João Goulart, que pelo fato de durante sua carreira política ter sido ministro do governo de

Getúlio Vargas e próximo aos sindicatos, era considerado pelos conservadores uma ameaça à ordem burguesa. A conjuntura nacional exigia uma tomada de postura mais clara dos movimentos sociais e partidários:

Nesse cenário, os movimentos sociais também foram ganhando corpo, as ligas camponesas, a sindicalização rural, o MEB, incendiavam o campo na luta pela reforma agrária. Nas cidades, a CGT, através de greves, mobilizou larga fatia do operariado e, via de regra, conseguia aumentos salariais de acordo com a taxa inflacionária. [...] As reformas de base promovidas pelo presidente João Goulart pareciam ter apanhado um espírito renovador nas instituições e movimentos sociais. Enquanto setores reformistas da CNBB, majoritários então, incentivaram para que reformas prometidas pelo governo fossem efetuadas, um setor integrista, minoritário, recusava as reformas (principalmente a reforma agrária) e denunciava a esquerdização da Ação Católica. (BARBOSA, 2007, pgs.59-60)

Neste período, a efervescência dessas séries de iniciativas educativas foram fundamentais para a formação daqueles militantes. O movimento de massas em curso foi o maior até então registrado no país. No campo, lançava-se as palavras de ordem: “terra para quem nela trabalha” e “reforma agrária na lei ou na marra” já no meio operário, as greves contra o arrocho salarial também ganhavam força. Merece destaque, neste momento, o Movimento de Educação de Base (MEB) relevante para a construção das formulações educativas de Paulo Freire. O MEB¹⁸ criado em março de 1961, nasce das experiências das ligas camponesas¹⁹ e foi um organismo vinculado à CNBB. Obteve participação ativa da JUC na sua elaboração, tendo como meta despertar e apoiar as iniciativas locais, com vistas à transformação social. Com isso, a juventude se aproximou dos diferentes setores da sociedade, sobretudo, o operário e o camponês, para além do movimento estudantil. Juntamente, a nova direção da UNE voltada para temas como educação e cultura atuou também na alfabetização através do MEB e do Movimento de Cultura Popular (MCP), este último de origem intimamente ligada à UNE.

É importante ressaltar, que as mobilizações de 1961 são significativas e contam com a participação dos estudantes brasileiros principalmente via

¹⁸De acordo com as fontes de estudo, os integrantes leigos do MEB eram quase todos da ACB e a esquerda católica possuía a finalidade de realizar a alfabetização dos alunos, no entanto, passaram a exercer uma prática educativa que incentivava a consciência crítica e a politização nas comunidades. O MEB ganhou expressão em todo o Nordeste e estimulou a conscientização dos trabalhadores quanto aos seus direitos e sindicalização, assustando os conservadores. Algumas cartilhas como uma elaborada no início de 1964: “Viver é lutar” são censuradas pela polícia do Rio de Janeiro por serem consideradas subversivas. Durante o governo de Jango, o MEB caracterizou-se como um programa do DC que passa a conferir um caráter político, crítico e classista – denominado DC heterodoxo - diferente do que foi no seu surgimento no governo JK, o denominado DC ortodoxo (AMANN, 2009).

¹⁹Criadas pelo PCB foi um movimento de luta pela reforma agrária.

organizações católicas, contribuindo ainda mais para a politização dos seus militantes. As principais pautas daquele momento eram pela defesa das reformas de base²⁰, reforma educacional e universitária. Em 1961, a UNE promoveu, em Salvador, o I Seminário Nacional de Reforma Universitária (I SNRU), com presença ativa da esquerda católica que apresentou o documento chamado Declaração da Bahia, que abordava a temática da reforma universitária em três eixos: a realidade brasileira, a universidade no Brasil e a reforma universitária.

Apresentava propostas e críticas para as questões debatidas, tais como: exame vestibular, programa e currículo, sistema de aprovação, administração da universidade, participação do corpo discente na administração da Universidade, autonomia e funcionamento da universidade, mercado de trabalho, cátedra vitalícia, tempo integral e função da universidade (BERTOLINO, 2010, p. 67)

Este documento deixa clara a ascensão de uma corrente radicalizada da JUC dentro do movimento estudantil. Com isso, a Igreja percebendo os rumos e as alianças dos jucistas dentro do movimento estudantil, reagiu publicando um documento intitulado “Diretrizes da Comissão Episcopal da ACB e do Apostolado dos leigos para a JUC”, alertando a “excessiva politização nas fileiras da JUC”. Além disso, o documento apontava o MEB e o sindicalismo rural, ligados à Igreja, como campo de atuação seguro para atuação dos jucistas, enquanto as ligas camponesas e os movimentos de cultura popular “ideologicamente mais duvidosos”.

À medida que a JUC sentia a necessidade de uma intervenção política organizada, de definições políticas sociais claras e de ação política clara, a organização começou a ter problemas com a estrutura, com a hierarquia da Igreja. A JUC começou a ter uma maioria de esquerda. E isso correspondia a um enfrentamento da hierarquia da Igreja, que não topava isso. Dentro da Igreja, por sua vez, se desenvolvia também essa diferenciação. Quer dizer, havia a hierarquia, que não admitia que se fosse tão longe, mas havia a parte progressista da Igreja que dava todo apoio e estava totalmente integrada com a esquerda da JUC. Depoimento de Gilse Cosenza (CMPH-PUC/MG apud BERTOLINO, 2010, p.210)

²⁰De acordo com Duriguetto; Batistoni e Maia (2021, p.36) “as reformas de base são propostas pelo governo João Goulart, cujos móveis de sustentação reivindicativa abrangiam o sindicalismo urbano e rural, as ligas camponesas, partidos de esquerda, organizações e movimentos da esquerda católica, movimento estudantil, artistas e intelectuais. É neste contexto que se criaram e se desenvolveram importantes e expressivos movimentos/organizações de alfabetização, educação e cultura popular no Brasil, sobretudo no Nordeste, em que se destaca o Movimento de Cultura Popular (MCP) criado em Recife, em 1960; o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) – desenvolvidos em vários estados, a partir de 1961; e as Campanhas de alfabetização e educação popular “De pé no chão também se aprende a ler, ativadas em Natal, em 1961, e de Educação Popular da Paraíba (Ceplar), em 1962”.

Ainda em 1961, com o XXIV Congresso da UNE a esquerda jucista elegeu o militante Aldo Arantes para presidência da entidade, conseguindo aliar todas as forças progressistas do movimento estudantil naquela eleição. Esse evento foi assinalado como marco de declínio da “direita” no movimento estudantil. A reação da Igreja foi a expulsão do militante da JUC. Ainda na gestão de Aldo Arantes, ocorreu o II SNRU, cujas conclusões foram reunidas na Carta do Paraná: a) fundamentação teórica da reforma universitária; b) análise crítica da universidade brasileira; c) síntese final, esquema tático de luta pela reforma universitária” (FÁVERO, 1994, pág.40). As experiências do I e II SNRU contribuíram bastante para ampliar os horizontes jucistas e de outros estudantes que se tornaram o núcleo de criação da AP. O momento histórico fortaleceu o prestígio da UNE e do movimento estudantil, sobretudo após a Campanha pela legalidade com o despontar do Centro Popular de Cultura (CPC)²¹ e da proposta da UNE-volante.

A ideia de UNE-volante foi proposta no contexto de deflagração de greve geral dos estudantes pela reforma universitária e lançada desde as transmissões radiofônicas da cadeia de legalidade. Pretendia ser forma viabilizadora da integração nacional estudantil. Nesse sentido, o prestígio da UNE chegou aos estudantes de todo o Brasil através das caravanas volantes. Com efeito, a “UNE-volante” foi a ação tática encontrada pelos estudantes, que procurou através da “caravana pela bandeira de 1/3”, concretizar o amplo processo de mobilização e agitação, dando conhecimento aos estudantes de todo o Brasil das propostas do “Seminário de Curitiba”, tais como o problema da reivindicação estudantil e a mensagem da Reforma Universitária. (BERTOLINO, 2010, p.80)

No curso destas mobilizações do início dos anos de 1960, impulsionada por essa conjuntura de aumento da conflitividade social, principalmente com as bandeiras puxadas pela UNE²², pelos movimentos sociais, movimentos de educação

²¹Um dos movimentos mais inovadores do período. No acervo do site “Memórias da ditadura”, o CPC é conceituado como uma entidade ligada à UNE, mas com autonomia em relação à entidade. Surgiu por volta de 1962, como um braço de agitação cultural, para consolidar uma consciência nacionalista e revolucionária junto às massas estudantis e trabalhadoras. O CPC foi extinto junto com a UNE, em 1964, mas manteve seu núcleo de ação no Grupo Opinião, formado após o golpe. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/saibamais/centro-popular-de-cultura-cpc/> - acessado em 16/04/2023. De acordo com o depoimento prestado pela assistente social Maria Josefina Becker (CLOSS, SCHEFFER, MIZOGUCHI, ZACARIAS, 2019, p.32) o CPC surge da consciência dos estudantes sobre a necessidade de “aproximação” com o povo e da importância de contribuir para a sua conscientização e politização. Para isto, criaram-se canções, pequenas peças de teatro, com destaque para a Canção do Subdesenvolvido, entre outras. O CPC da UNE percorreu o país e estimulou a criação de centros semelhantes em muitos estados.

²²Aldo Arantes militante da JUC eleito presidente de uma gestão considerada a mais marcante dos anos 60. Foram executados diversos movimentos nessa gestão como: a UNE-volante, o CPC da UNE, a greve do 1/3, todos estes neste contexto político. Um fator importante que instigou ainda mais a criação da AP foi o fato da hierarquia católica se posicionar contra o governo de Jango, no qual a UNE com grande inserção dos jucistas cumpria um papel de destaque em defesa da sua nomeação.

popular, movimento estudantil, das organizações agrárias e operárias e dos partidos políticos, o setor político da JUC²³, mencionado anteriormente, criou a Ação Popular (AP) em 1962.

Uma crise se explicita entre o movimento e a hierarquia, ao passo que uma nova organização independente se põe em processo, a Ação Popular, onde os ideais dos estudantes tornam-se cada vez mais distantes da doutrina tradicional da Igreja. Em 1962, a CNBB excluiu a JUC de seu domínio, gerando a revolta de seus membros. Em 1964, grande parte dos militantes filiou-se ao Partido Comunista do Brasil. Em 1966, o conselho nacional da JUC se reúne no interior de Minas Gerais e recomenda o engajamento de todos na luta pela transformação da sociedade brasileira, independente da entidade.” (ALVES, 1974, p.124)

O depoimento de Antônio Augusto Pereira Prates demarca as aflições internas dos militantes da JUC a respeito da ligação religiosa da organização e as ações contrárias àqueles dogmas católicos que vinham sendo desenvolvidas:

A gente fazia muita aliança nas eleições dos DA's, dos DCE'S, com os comunistas. Fazíamos muito. Nós sempre fizemos aliança contra a direita. A direita, naquela época, era uma direita mais ou menos organizada (...) num determinando momento esse movimento foi amadurecendo, e exatamente a hegemonia no movimento estudantil já estava tão grande que se pensou então que não fazia sentido um movimento de natureza confessional religiosa, a gente queria um movimento que tivesse nome e cara para atuar diretamente no movimento estudantil, na sociedade, em nome da justiça, de maneira revolucionária. Aí surgiu a ideia da Ação Popular. Porque a gente não queria atuar no religioso, porque aí seria discriminatório. O outro, não, seria um movimento que teria uma ideologia própria. (DUARTE, 2010, p. 90)

A criação da AP está articulada com a necessidade de um espaço de construção política que não estivesse atrelado diretamente à Igreja e não pode ser observada divorciada dos acontecimentos dos anos 1960, pois a sua origem está intimamente ligada à dinâmica dos movimentos sociais e, mais especificamente, às lutas travada pelo movimento estudantil no início da década em torno de suas pautas corporativas e as da reforma de base. Esta conjuntura política, apontada anteriormente que culminou para o surgimento e consolidação de diversos movimentos/organizações de educação e cultura popular no Brasil, rebateu diretamente na visão daqueles jovens que passaram a vivenciar e atuar nestes espaços.

²³Ridenti enfatiza em seu trabalho: “Ação Popular: cristianismo e marxismo” de 2002, que as origens para a criação da AP foram variadas. A formação contou principalmente com as lideranças surgidas na JUC a partir do movimento estudantil. Além disso, se somaram nessa construção evangélicos progressistas e estudantes da “esquerda independente” que não eram necessariamente cristãos. É importante sinalizar que a AP não é um desdobramento da JUC.

“Mesmo como cristãos, nós já tínhamos uma visão completamente diferente, quer dizer, como cristão tu não podes tolerar certas coisas. Embora nós tivéssemos padres excelentes e alguns bispos também excelentes, a nossa bronca com a hierarquia [da Igreja] era desde já. Nós éramos um movimento que vinha de baixo tensionando a hierarquia. [...] Então na AP, nós ainda éramos um grupo com raízes religiosas, mas já sem nenhuma ligação com a hierarquia. A partir do surgimento da AP como um grupo propriamente político sem nenhuma influência da hierarquia é que começamos a estudar de forma mais profunda a teoria marxista. Em seguida, quando entramos fundo no materialismo dialético, não há espaço para o idealismo lá dentro. Na AP, em dado momento, para alguns se tinha muito claro certa superação do cristianismo, como se já tivéssemos passado por essa ‘fase’ [...] Nós acabamos levando a ‘ponta de faca’ aquela história de que a religião é o ópio do povo.” (LOGUÉRCIO, 2015, p. 180).

O depoimento da assistente social Iza Guerra Labelle também demonstra:

A relação militante da Ação Católica, sobretudo os universitários militantes nos movimentos operários e camponeses, se deteriora, as divergências se acentuam, tornando-se impossível, para parte da JUC, continuar integrada à hierarquia da Igreja.” (CFESS, 2017, p.41)

É possível notar um salto político tanto nas falas dos próprios militantes a respeito da relação entre a organização e a Igreja como também sobre o debate teórico e ideológico da mesma. A respeito dessa última questão, cabe aqui um adendo: o debate teórico e ideológico da Ação Popular é muito extenso e possui percepções diferentes no campo do estudo da organização, porém, buscaremos apresentar os principais debates desenvolvidos no interior da organização, pois é de extrema importância para visualizarmos o processo de suas mudanças internas: de um surgimento baseado em um viés católico para uma organização de caráter revolucionário que se manteve como força política significativa no movimento estudantil e social até meados de 1972.

Nessa direção, no início de 1963 é realizada a constituição efetiva da AP com a realização do seu I Congresso e com a publicação do documento-base.

Com a aprovação do Documento-Base, foram definidos os objetivos e a linha política da AP, orientando a atuação desta organização até 1965. Definindo-se como uma organização revolucionária e defendendo o caráter socialista da revolução brasileira, a AP procura afastar-se como uma organização não apenas não-confessional, mas sobretudo revolucionária, foi traduzido em um documento pontifício ou aos autores do humanismo cristão francês. É notória, nesse sentido, a tentativa de formular uma “ideologia própria” a partir de múltiplas referências: do cristianismo ao marxismo” (DUARTE, 2010, p.34).

Portanto, neste momento a AP definia-se pelo “socialismo como humanismo”. Objetivando a concretização do que estava sendo postulado no documento base - que evidencia uma tensão entre a necessidade de superação do capitalismo pela via

revolucionária e o modelo de socialismo que conduziria essa via -, a AP manteve uma participação ativa no movimento estudantil, participou também do processo de organização sindical promovido pela Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA), da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e, também, das campanhas pelas reformas de base do governo Goulart. Nesse contexto, a AP passou por mudanças na sua organização interna. A prioridade a partir deste momento era concentrar sua militância no movimento operário e camponês e de se afirmar como uma organização revolucionária de massas.

Ao optar formalmente pelo socialismo e pela luta anti-imperialista por toda a América Latina, a AP superava a ideia polêmica e controversa de esquerda cristã. Mas mesmo assim, principalmente no período até 1964, a marca inconfundível da AP foi, até então, do humanismo cristão e de uma visão ainda utópica de transformação do mundo. Por fim, no documento base, a revolução no Brasil necessitava de um processo amplo de educação das massas, de participação nos movimentos estudantis e populares, de aliança com outras forças políticas e de trabalho aplicado nas organizações operárias e camponesas.” (BERTOLINO, 2010, p. 83).

Mesmo a organização se declarando não-confessional, ainda se nota uma grande influência do pensamento cristão e dos católicos progressistas, o que levou a uma divisão entre quem atuava propriamente no movimento social e quem se sentia mais à vontade na prática espiritual. O autor traz importantes depoimentos de militantes sobre o funcionamento e organização da AP:

“Comecei minha militância com 16 anos, na Ação Católica [...] A JEC, em 1963, era meio, não era totalmente clandestina, mas era escondida dos pais; ela tinha um ar de coisas que não podiam aparecer [...] A gente se encontrava no convento dos dominicanos no alto da Serra. [...] Você teria que fazer uma militância e trazer pessoas – usava o termo “nuclear pessoas” – você “nucleava” as pessoas para o movimento, para o catolicismo. [...] A gente tinha uma estratégia, que era toda discutida, uma técnica de abordagem das pessoas, uma técnica de dar testemunho. Tinha um método de análise, que era um método muito dialético, que chamava ver, julgar e agir. Então, a gente se reunia semanalmente nas células – não chamava células em termos do partido, mas chamava núcleos – e discutia, fazia uma revisão. A gente tinha como objetivo recrutar lideranças. [...] Existia uma efervescência no movimento secundarista muito grande, e a relação da JEC com a JUC era muito grande, porque eram os dominicanos que controlavam isso, basicamente. A ação católica existiu por causa dos dominicanos. Eles criaram a JEC, JUC, com o espírito muito francês¹ de participação. [...] A JEC não promovia nada para a massa. Ela era um movimento, tipo uma organização – a JEC e a JUC – uma organização que era supostamente de líderes, de vanguarda, mas não era para ser uma organização de massas. A JEC e a JUC eram movimentos que não pretendiam aparecer. Por exemplo, antes da Ação Popular surgir, nós já participávamos do movimento estudantil ativamente, como JEC e JUC. E já tinha ganhado a UNE com Aldo Arantes. Quer dizer, nós tínhamos uma

participação efetiva, mas não em nome do movimento. A gente tinha o movimento como retaguarda, que dava força, que estimulava e que organizava, e tinha até disciplina, certa disciplina organizacional de militância, por exemplo, na sua dirigência. Os dirigentes tinham certa autoridade sobre outras pessoas dentro do movimento. Era uma organização bem estruturada, bem organizada. A JEC, embora fosse um movimento confessional, que fosse feito exatamente para combater o comunismo, na verdade criava certa simpatia com o movimento comunista, que na época defendia os mesmos ideais. Então, a JEC sempre foi vista dentro da Igreja como um movimento com forte tom subversivo. Basicamente dentro da Igreja. [...] Num determinado momento, esse movimento foi amadurecendo, e exatamente a hegemonia no movimento estudantil já estava tão grande que se pensou então que não fazia muito sentido um movimento de natureza confessional, religiosa, a gente queria um movimento que tivesse nome e cara para atuar diretamente no movimento estudantil, na sociedade, em nome da justiça, de maneira revolucionária. Aí surgiu, a ideia da Ação Popular. Porque a gente não queria atuar com o religioso, porque aí seria discriminatório. O outro, não, seria um movimento que teria ideologia própria. (Augusto Pereira Prates, consultado no acervo do CMPH-PUC/MG apud BERTOLINO, 2010, p.85)

Segue:

“[...] A ação católica, de maneira geral, a JUC e a JEC eram os dois movimentos mais organizados na política estudantil. No movimento sindical, não, mas na política estudantil, sim. [...] Em 1963, quando a Ação Popular foi criada, foi no segundo semestre que ela passou efetivamente a existir e as pessoas passaram a se comportar e a ter uma estrutura, uma coordenação nacional da AP, as coordenações regionais, etc. Isso ainda tinha uma grande interferência da própria estrutura da Ação Católica, da JUC, da JEC ou da JOC, porque tinha diversos movimentos, e pessoas que participavam também da Ação Popular. Muitas pessoas tinham essa militância dupla, que não trazia problemas, porque de certo modo até deu à Ação Popular, durante um grande período, principalmente nessa primeira etapa, um grande suporte estrutural, porque ela expandiu e cresceu nacionalmente muito nas costas da própria Ação Católica. Era muito difícil a gente encontrar uma pessoa que era da Ação Popular sem ter passado pela JEC ou pela JUC. Era uma coisa muito rara de acontecer. (Depoimento de Fausto Brito, consultado no acervo do CMPH-PUC/MG apud BERTOLINO, 2010, p. 84).

A ofensiva conservadora crescia no período que premeditava o golpe, a imprensa aliada ao grupo capitalista e oposicionista ao governo Goulart propagava ataques aos grupos de esquerda, difamando as entidades (principalmente a UNE) e organizações como a JUC e a AP. Diversas calúnias eram veiculadas diariamente, e então era necessário que o presidente da entidade naquele momento, Vinícius Caldeira Brant se manifestasse:

Há tempos me perguntaram quem combate a UNE e por que combatem a UNE. Se verificarem o nosso trabalho nas decisões democráticas dos órgãos do movimento universitário, será fácil encontrar a resposta. Todos

aqueles que desejam manter o estado das coisas tal como está. Todos os que vêm na movimentação do povo e particularmente dos estudantes uma ameaça aos seus privilégios. E não é por acaso que poderosos instrumentos e uma enorme soma de recursos estão à disposição dos que combatem a UNE. É que por via das decisões democráticas internas do movimento estudantil esses elementos têm sido derrotados repetidamente. Dessa forma, não desejam mais debater. Pretendem combater o movimento universitário sem escolher as armas, sem dar atenção aos mais elementares princípios de decência.” (O diário, 13/01/1963, p.5)

Contudo, o cenário político e social foi totalmente alterado com a implementação do golpe civil-militar de 1964. Com a efetivação do golpe, os movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos e entidades de luta caíram na clandestinidade, muitas pessoas foram perseguidas, torturadas e exiladas.

O golpe civil- militar se desenvolveu através de um contexto amplo, em um processo que vinha se articulando de forma gradual com influência da conjuntura internacional em que, os centros imperialistas, sob a hegemonia norte-americana, patrocinaram durante os anos de 1960 golpes de Estado. É claro que a forma como se desenvolveu, no Brasil, está atrelada à nossa particularidade histórica, porém não podemos menosprezar a influência do contexto internacional. A partir dos anos de 1960, a economia brasileira apresenta uma dinâmica em que a industrialização pesada demonstrava a iminência de uma crise de acumulação caso não fosse repensada. O suporte político deste arranjo passa a sofrer uma grande erosão, e como demonstrado, com a entrada de Goulart houve uma ampla emersão de protagonistas políticos comprometidos com as camadas trabalhadoras, urbanas e rurais, o que colocava em xeque o segmento dos pequenos burgueses e o desenvolvimento econômico capitalista que os últimos almejavam.

“Durante o governo Goulart, portanto, a sociedade brasileira defrontava-se necessariamente com um tensionamento crescente. A continuidade do padrão de desenvolvimento iniciado anos antes colocava, pela sua própria dinâmica, alternativas progressivamente mais definidas, acentuadas pela crise previsível (desaceleração do crescimento) que se manifesta claramente a partir de 1962. No curso de 1963, as divisórias se mostram cristalina: ou o capital nacional (privado) consertava com o Estado um esquema de acumulação que lhe permitisse tocar a industrialização pesada, ou se impunha articular um outro arranjo político-econômico, privilegiando ainda mais os interesses imperialistas, que sustentasse a consecução do padrão de desenvolvimento já em processamento.” (NETTO, 2015, p. 40)

Netto (2015) aponta que a solução a ser encontrada se desenvolveu através de uma intensa movimentação política, em que o campo progressista vai perdendo suas forças e a direita brasileira, com as instâncias do aparelho estatal sob o seu controle, articula o golpe de dominação burguesa. “O que o golpe derrotou foi uma

alternativa de desenvolvimento econômico-social e político que era virtualmente a reversão do já mencionado fio condutor da formação social brasileira”. A partir daquele momento, o Estado brasileiro tinha como funcionalidade assegurar a reprodução do capitalismo dependente e associado, ser antinacional, antidemocrático, repressivo, e excludente de qualquer inflexão política que fosse contra a ordem colocada. Por isso, a Ação Popular se desarticulou por bastante tempo até conseguir se restabelecer e, assim, iniciar uma nova fase mais radicalizada. O impacto do golpe nos movimentos de massa teve, como consequência, mudanças teóricas e de estratégias políticas dentro de diversas organizações visando o enfrentamento ao governo autoritário.

A reorganização do movimento estudantil começou a ocorrer em 1965. No caso, a AP também procurou reorganizar-se, principalmente após as prisões e os exílios dos militantes. A AP havia conquistado a União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE-SP) e aos poucos as outras UEE'S foram retomadas pelos interventores. A partir de 1965 os debates acerca da tática a ser utilizada contra a ditadura começaram a ser discutidos no interior da AP com posições diretamente opostas entre os militantes, principalmente sobre a luta armada.

Internamente, houve uma reavaliação das posições políticas apresentadas no Documento Base, ficando clara a ênfase da necessidade da luta armada - debate levado principalmente pelos militantes da AP que foram exilados em países como Uruguai e Cuba.

Mesmo não gerando resultados práticos, os contatos em Montevideu e em Cuba influenciaram os debates sobre os caminhos políticos a serem seguidos pela Ação Popular no pós-golpe. Assim, em 1965, com o retorno de dirigentes e militantes do exílio, a reorganização do grupo se articula no sentido de definir quais seriam as linhas políticas adotadas pela AP a partir de então. Neste contexto, foi aprovada a Resolução Política de 1965 durante a Reunião Nacional Extraordinária, na qual também foi eleita a nova Direção Nacional AP, composta por Aldo Arantes, Herbert de Souza, Duarte Pereira, Paulo Wright e Sergio Motta (DUARTE, 2010, p.48).

Essa Resolução Política expressava a preocupação da organização em realizar uma revisão crítica da sua trajetória, o que implicava em descobrir os obstáculos ao desenvolvimento da organização e em diagnosticar as deficiências teóricas e práticas que deveriam ser superadas. Se desde a sua fundação a AP apresentava-se como uma organização revolucionária, a partir da segunda metade da década de 1960 verificava-se a necessidade da afirmação de uma identidade

marxista. Hugo Duarte (2010) traz alguns depoimentos dos militantes, como o de Alípio de Freitas, sobre o que foi para eles a Resolução Política:

“[...] visa definir uma linha política revolucionária para a nossa organização, linha política que nos cabe levar à prática, não em um amanhã sempre remoto, mas a partir de hoje, sem adiamentos. O que nos obrigará a arrancar nossa organização do seu atual estágio e dimensionando-a segundo as exigências de nossa opção original, fazê-la ingressar numa nova etapa de sua existência, etapa rigorosamente popular e revolucionária. [...] O roteiro desta resolução será, depois de breve revisão autocrítica do movimento, o de retomar o documento-base para reafirmar suas posições filosóficas, enriquecer suas análises históricas e, a partir daí, prolongando-se e completando-o, explicitar e definir a linha política e programática por ele apenas esboçada” (DUARTE, 2010, p.48).

Bertolino (2010) também faz apontamentos sobre o balanço realizado pela organização da sua primeira fase dentro da Resolução Política:

Prosseguindo com as críticas, demonstrava-se que o movimento estudantil dirigido pela AP não teria conseguido se inserir no “quadro estratégico de uma luta revolucionária brasileira global”. Ao trabalho de conscientização, alfabetização e cultura popular “faltava uma perspectiva propriamente política e, sobretudo estratégica”. Talvez por isso, o esforço de organização dos operários e camponeses “não avançavam nem rendiam satisfatoriamente”. Na área político-partidária e político-eleitoral a RP avaliava que “éramos conduzidos pelos acontecimentos, ao invés de conduzi-los e integrá-los tática e estrategicamente no processo de luta revolucionária”. A conclusão seria mais implacável: “Enfim, éramos arrastados na prática a uma radicalização desorientada e artificial do processo político” (BERTOLINO, 2010, p.139).

Diversas passagens da Resolução Política demonstram a influência do foquismo²⁴ na organização, ficando clara a ênfase da necessidade da luta armada através de guerrilhas, principalmente neste contexto do pós-golpe em que a organização discute alterações na sua prática pensando na possibilidade de confronto direto com o governo. Sinaliza Sales (2018, p.12)

Era necessário escolher uma forma de “luta insurrecional” que desse condições para que o povo pudesse “criar gradativamente o seu próprio poder”, “primeiro para vencer o inimigo, e logo como poder para construir a nova sociedade”. O tipo de luta que observava tais condições, segundo a Resolução, era a “guerra revolucionária” ou “guerra de guerrilhas”, “cuja eficácia já confirmada por várias experiências históricas e cuja estratégia, sistematizada a partir mesmo dessas diversas experiências, se adapta às condições em que se terá de desenvolver a luta revolucionária no Brasil. (SALES, 2018, p.12).

²⁴Modelo de guerrilha elaborado por Ernesto Che Guevara. O foquismo caracteriza movimentos que, influenciados por Cuba, acreditavam que seria possível fazer uma revolução socialista através da guerra de guerrilhas, sem a liderança de um partido comunista SALES (2007)ROLLEMBERG (1997). Esperava-se que, uma vez iniciados os combates, as massas acabariam por se aliar aos guerrilheiros, e estes conseguiriam aumentar o seu poder ofensivo até a tomada do poder. Assim, durante o processo de luta, a guerrilha seria a vanguarda política, estando todas as outras tarefas subordinadas.

Outro documento que revela essa influência são os “textos para debate”, que tinham como objetivo buscar uma definição ideológica e um caminho de luta contra a ditadura militar. Embora o Documento-base atribuísse devida importância ao estudo do marxismo, não ocorreu um aprofundamento sistemático a seu respeito sendo priorizado apenas com os “Textos para debate” e com o “Debate Teórico e Ideológico”. Duarte Pereira (2002, p.25) comenta sobre esse processo:

A passagem de uma fase para outra não foi determinada pela decisão arbitrária e caprichosa destes ou daqueles dirigentes, pela má vontade com estes ou aqueles militantes; decorreu, essencialmente, das mudanças reais no país e no mundo e das imposições que daí decorriam para quem queria persistir na militância e nos compromissos de lutar contra o regime militar, contra o imperialismo e por uma sociedade socialista. Este é o fio que muitos esqueceram: a ruptura com as ambiguidades reformistas da fase inicial da AP e a opção pela via revolucionária, inclusive pela luta armada imposta imediatamente pelo golpe de Estado e pelo regime ditatorial que se seguiu; a luta para mudar a composição social da organização e vinculá-la cada vez mais ao operariado, ao campesinato e às massas fundamentais de trabalhadores assalariados e autônomos, e não apenas a estudantes e a profissionais de nível universitário; em função dessas necessidades, a exigência de avançar na compreensão científica da sociedade brasileira e do mundo e na orientação programática, estratégica e tática da luta; e, nesse esforço, a compreensão das bases teóricas frágeis e idealistas do “humanismo cristão”, inclusive em suas formas mais elaboradas, mas ainda assim ecléticas e fundamentalmente idealistas, de pensadores como padre Vaz – é tudo isso que impeliu a AP para frente, para seus compromissos revolucionários e de classe amadurecidos, para sua assimilação progressiva do marxismo, e para sua aproximação das forças marxistas realmente existentes no mundo. (PEREIRA. 2002, p.25)

O texto para debate nº9 aponta também, para a necessidade de reinterpretação crítica da teoria do foco a partir do contexto brasileiro, sendo esta primordial para a tomada revolucionária e para isso necessitava de uma preparação revolucionária ativa.

[...] é preciso ter claro que, sem o foco, nunca se atingirá um nível de luta e organização que ameace de fato o poder dominante e garanta a continuidade e o crescimento da luta pela tomada revolucionária do poder. Por outro lado, porém, é preciso compreender que o êxito e a continuidade do foco não estarão assegurados se não existirem certas condições mínimas. Todo o problema está na definição dessas condições mínimas. Mas o caminho da revisão crítica parece já esboçado: primeiro, condições mínimas para criar o foco, entre os quais um início de partido revolucionário; depois o próprio foco ajudará a criar as condições máximas. (SALES, 2018,25)

Como o debate em pauta naquele momento entre 1966-1973 era o caráter da revolução brasileira, as formas de luta revolucionária e a necessidade de um partido revolucionário, a direção nacional da AP cria uma comissão militar que tinha a responsabilidade de ministrar cursos de armas e explosivos, além de comandos

regionais que organizam algumas ações militares, como o roubo de um banco no interior de Alagoas e a tentativa de sabotagem do processo eleitoral na Bahia, com a explosão de uma bomba no Fórum Ruy Marinho. Mesmo sendo favorável à luta armada, não há muitos registros de ações armadas realizadas pela AP, porém, uma delas teve grande repercussão: o atentado em julho de 1966 no Aeroporto dos Guararapes, em Recife²⁵.

Como consequência desse ato, foi determinada a dissolução dos comandos armados paralelos. O episódio de Recife é apontado por Marcelo Ridenti como um marco que demonstraria tanto o auge da influência do modelo guerrilheiro cubano na AP, como o momento no qual, por conta do seu fracasso, a organização começa a reavaliar seu posicionamento em relação a Cuba (DUARTE, 2010, p.88).

Mesmo com toda polêmica envolvendo a responsabilidade pelo atentado, não resta dúvida que o ato trouxe sérias consequências políticas para a AP. Apesar de toda influência da experiência cubana dentro da organização, é possível notar que não houve uma fase castrista²⁶ propriamente dita na trajetória da AP, pelo menos não da forma que a organização assumiu o maoísmo²⁷ como ideologia oficial a partir de 1968 – como veremos a seguir. O que ocorreu, de fato, foi uma presença marcante das idéias cubanas que não diminui, em nenhum grau, a importância do papel desempenhado na história da construção teórico-ideológica da organização.

A Ação Popular, após o atentado, ainda manteve contato com Cuba (durante aquele período) com o envio de Betinho e Paulo Wright como delegados na I Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)²⁸ realizada em Cuba, em 1967. A partir do momento que a organização informou sobre sua participação na OLAS, se desenrola os embates internos em torno do foquismo e do maoísmo – já havia dentro da organização alguns militantes defendendo a experiência maoísta – que culminou em um processo de grandes desgastes dentro

²⁵Em 25 de julho de 1966, estava marcada a recepção do ministro de guerras e sua comitiva no Aeroporto de Guararapes, localizado na região metropolitana do Recife. Próximo a hora marcada para a chegada do voo, explode uma bomba no saguão do aeroporto matando duas pessoas e deixando 14 feridos. Apesar de bem arquitetado, o plano organizado pela AP não contava com um imprevisto. Devido a uma pane no avião, o então candidato a presidente, Costa e Silva, alvo da missão, viajou de automóvel de João Pessoa a Recife e não sofreu nenhuma lesão. (DUARTE, 2010, p.88).

²⁶ Fase que utilizava como estratégia revolucionária a prática política de Fidel Castro.

²⁷O maoísmo está relacionado às ideias e práticas do líder revolucionário chinês Mao Tse-Tung. A partir dessa teoria, muitos grupos passaram a defender que a guerrilha rural deveria ser a tática preferencial aplicada nos processos revolucionários ocorridos em países do Terceiro Mundo, sob a forma de uma “guerra popular prolongada”, liderada por um partido comunista.

²⁸A OLAS tinha o objetivo de articular politicamente as forças revolucionárias de toda América Latina.

da organização sobre qual linha política adotada. Dessa forma, formou-se duas grandes correntes no interior da AP: a corrente 1 identificada pelo ideário chinês e a corrente 2 pelo ideário cubano.

O Informe sobre a participação na OLAS foi discutido pela direção da AP em reunião do Comando Nacional em janeiro de 1968, recebendo críticas por parte de alguns de seus membros em pelo menos dois de seus aspectos. Em primeiro lugar, ressalta-se o fato de os delegados não empreenderem uma clara autocritica sobre a defesa, feita na OLAS, da teoria de que na sociedade brasileira não haveria a presença de características feudais no campo, além da negação do papel revolucionário da burguesia, temas que não haviam sido resolvidos internamente na AP. O segundo ponto, dizia respeito à ausência de esclarecimento, no Informe, sobre o posicionamento da OLAS frente à proposta de aprovação do foco como linha militar, bem como do fidelismo como orientação política geral para a América Latina. (RIDENTI, 2002, p.35)

O novo comitê nacional da AP constituído em 1966 realizou uma ampla pesquisa sobre a situação da organização, fundamental para o processo que marcaria os anos seguintes. De acordo com a pesquisa, a organização era constituída majoritariamente por jovens de instrução superior, entre 20 e 30 anos (dos quais 55% estavam inseridos na política estudantil, enquanto que apenas 29% eram voltados para as ações consideradas “de massa”).

Vejamos os dados: em relação ao perfil dos militantes foi destacada a renovação da organização: 68% dos militantes que responderam à pesquisa haviam entrado na AP depois do golpe, sendo que 40% se integraram depois da RP, de julho de 1965. Podemos observar também que a AP ainda recrutava jovens na área da Igreja (Ação Católica), embora não fosse mais a principal. O cenário anterior ao golpe – MEB, sindicatos e ligas camponesas – continuava sendo o mecanismo fornecedor de quadros para a organização no setor camponês. A pesquisa revela que quanto a formação teórica, continuavam os índices de leitura de pensadores cristãos (33%), sendo inclusive superiores aos marxistas (29%) (BERTOLINO, 2010, p.144)

As principais deficiências notadas são a falta de compreensão sobre o que deveria ser uma organização revolucionária e a falta de formação teórica:

A maioria dos nossos militantes não estão ainda em condições de serem considerados quadros revolucionários, não só pelo baixo nível de opção e estilo de militância, mas também pelo baixo nível político, ideológico e teórico. Fica claro a falta de uma teoria revolucionária, tendo como consequência a impossibilidade de formação teórica dos militantes. Existe também grande confusão entre teoria e ideologia. Há, contudo, um aspecto positivo: muitos militantes já sentem necessidade de formação teórica. Isso tudo nos impõe a tarefa urgente de desenvolver-nos a teoria científica da Revolução Brasileira, que nos dará base para o aprofundamento da ideologia socialista e traçarmos concretamente a luta ideológica junto à massa. (BERTOLINO, 2010, p. 146).

A aproximação da AP ao maoísmo foi um processo gradual que culminou em muitos debates e entraves políticos no interior da organização. Diferente do que muitos autores apontam, o marco desse rompimento não foi o episódio de Recife, e sim uma aproximação gradual, visto que, após o ocorrido, ainda havia um peso grande daqueles que eram adeptos da corrente 2 dentro da AP. Em um documento elaborado por Jair Ferreira de Sá, de 1969, é possível acompanhar como foi se desenvolvendo a ofensiva das ideias de Mao-Tse-Tung dentro da organização e, na própria reunião do comando nacional em 1968, foi tomada uma importante decisão acerca da adesão ao maoísmo pela organização:

Na reunião do Comando Nacional, realizada em março de 1968, foi tomada uma importante decisão a respeito do significado que assumiria o maoísmo dentro da AP: “a definição formal, proposta pelo Comando Nacional, pelo marxismo-leninismo, reconhecendo no pensamento de Mao Tse-tung a terceira etapa do marxismo-leninismo”. Em abril, em outra reunião, demonstrando a adesão definitiva da AP ao maoísmo, e a crítica a que passaria a ser submetida a influência cubana, foi decidido a suspensão do envio de um grupo de militantes a Cuba. O motivo foi a ausência de um posicionamento claro do conjunto do “partido” sobre o “fidelismo e o foquismo”, com o risco de que os militantes voltassem influenciados pelas idéias cubanas, querendo “arrastar o partido para ações fidelistas clássicas, o que redundaria em atraso para a revolução brasileira”. Por fim, havia a possibilidade de uma viagem à China, opção que deveria ser priorizada. (RIDENTI, 2002, p.40)

O impacto da política da Revolução Cultural implicou que a organização colocasse em prática, a partir de 1967, o processo de “integração na produção”²⁹. A “integração na produção” objetivava, principalmente, a transformação ideológica dos quadros pequeno-burgueses da Ação Popular e visava a ampliação das frentes de trabalho político junto a camponeses e operários aspirando um contato mais direto dos militantes com as massas. De acordo com Duarte (2010), há relatos tanto positivos quanto negativos sobre o processo de integração pois, apesar de aproximar os militantes da realidade social, o deslocamento de suas áreas habituais de atividade resultou na quebra de vínculo dos militantes com a organização e em expressivos gastos financeiros com viagens e deslocamentos.

Este processo deslocava diferentes quadros de militantes por todo o Brasil. Ainda de acordo com o autor, o processo de integração de forma mais intensa começou no segundo semestre de 1968 e durante o decorrer de todo o ano de 1969,

²⁹ Mais a frente, buscaremos demonstrar como os militantes da ação popular estudantes ou formados em Serviço Social acumularam experiências fundamentais para a disputa interna profissional a partir deste processo de integração.

declinando a partir de 1970. É também, durante os anos de 1967 e 1968, que o maoísmo ganha força dentro da AP com a realização da I Reunião Ampliada da Direção Nacional (RADN) e com a elaboração do esquema intitulado de “seis pontos”. A aprovação do esquema de seis pontos marca a aceitação definitiva da organização ao maoísmo e a expulsão, aos poucos, dos membros da corrente 2. É importante ressaltar, que partes desses militantes expulsos fundaram o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) que, no começo de 1971, foi desestruturado pelos órgãos de repressão. Em contraponto, a própria AP, a partir de 1968, também via a necessidade de se consolidar como um partido revolucionário.

Com a saída desses militantes, a Ação Popular seguiu sua trajetória rumo à adesão oficial ao ideário maoísta. Em 1971, na sua III Reunião Ampliada, a organização passa a se chamar Ação Popular Marxista Leninista (APML), assumindo, assim, o formato de partido leninista. Em 1973, o grupo incorporou-se ao PC do B, tornando-se formalmente extinta a organização surgida no início dos anos 1960. Um grupo de militantes que discordava de questões teóricas e organizativas relacionadas com a incorporação, por sua vez, continuou organizado sob a sigla APML, que continuaria existindo até os anos 1980, quando se dissolve no Partido dos Trabalhadores (PT). (SALES, 2018, p.27)

Vale aqui registrar que essa incorporação ao Partido Comunista do Brasil também não foi uma questão consensual dentro da organização o que acarretou, novamente, discordância interna no que se refere às disputas em torno das concepções estratégicas, táticas e políticas.

A Terceira Reunião da Direção Nacional Ampliada (III RDNA), realizada em março de 1971, demonstra de forma evidente o aprofundamento das disputas internas, agora com campos bem delineados em relação à incorporação, ou não, ao PCdoB. Para Arantes e Lima (1984, p. 132), tratava-se de uma disputa entre a “maioria” – da quais ambos faziam parte e que era favorável a aproximação com o PCdoB – e uma “minoría” – formada a partir de contrários à aproximação e incorporação. As discussões ganharam aprofundamento científico nas análises, movimento que era resultante da necessidade de argumentos mais contundentes para a defesa das posições antagônicas. (SALES, 2018, p.28).

Como apontado, o grupo favorável à aproximação ao PCdoB, a “maioria”, divulgou a última circular interna da organização indicando a necessidade do procedimento de incorporação ao PCdoB, como exposto acima. A incorporação, consumada em 1973, não representou o fim da APML, que foi dissolvida anos mais tarde, em 1980.

É interessante debatermos aqui o porquê da Ação Popular (um grupo que era político cristão), ter adotado os modelos de guevarismo³⁰ (foquismo) e do maoísmo. Marcelo Ridenti levanta em “O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo” (2002) uma hipótese de que essa influência se deu primeiramente devido à afinidade do romantismo revolucionário presente nesses ideários, o mesmo que para o autor deu origem à organização. O autor aponta:

Vários traços românticos permitiram uma afinidade entre o cristianismo, por um lado, e o guevarismo e o maoísmo por outro: a identificação com o camponês, tomado como autêntico representante do povo; a negação da modernização conservadora da sociedade, do rápido processo de industrialização e urbanização que oprimia o povo; o combate ao dinheiro e à fetichização impostos pelo mercado capitalista; o sacrifício pessoal do militante em nome da causa popular; dentre outros. Evidentemente, apesar desses elementos comuns, cristianismo, guevarismo e maoísmo não eram a mesma coisa. A adesão da AP a cada um desses ideários, sucessivamente, expressou o desenvolvimento particular de um movimento social mais amplo em curso no Brasil, que dava base de existência material para esses ideários [...] (RIDENTI, 1998, p.19).

Essas passagens evidenciadas acima demonstram alguns pontos que o autor considera importante para analisar o porquê da adoção destes modelos. Além disso, é relevante colocar que tanto o modelo cubano quanto o chinês possuíam um prestígio devido aos papéis que cumpriram na revolução cubana e cultural e, portanto, era natural que a esquerda brasileira procurasse fontes de inspiração em revoluções vitoriosas da época. Então, é necessário indagar, porque somente a AP, dentre várias organizações inspiradas no guevarismo, caminhou para o maoísmo? “Partamos da resposta dada pelo próprio Betinho: só a AP teria se tornado maoísta, pois apenas ela surgirá da Ação Católica e os outros não (SOUZA,1978 apud RIDENTI, 1998, p.20). Ridenti (1998) afirma:

Assim, haveria uma identidade especial entre cristianismo e maoísmo, na forma como ele foi incorporado pela AP – além daquelas características já apontadas, que seriam válidas também para outras formas de romantismo revolucionário, como o guevarismo. Muito marcada por seu passado católico, a AP buscava superar o idealismo característico da sua primeira fase. Ora, dentro das correntes teóricas marxistas, naquele momento, destacava-se a de Althusser, que pretendia construir uma teoria científica da sociedade, liberta de quaisquer ideologias mistificadoras, inclusive aquelas da tradição marxista historicista e humanista. A adesão ao maoísmo, por intermédio de Althusser – comum a alguns grupos de origem católica na América Latina –, parecia resolver o problema ao optar pela suposta cientificidade do materialismo marxista, como negação da ideologia e do idealismo cristão que até recentemente ainda sobrevive na AP, mesclado com um historicismo marxista supostamente pequeno-burguês, cuja superação também era almejada. (RIDENTI, 1998, pág.28)

³⁰ Conceitos e critérios políticos marxistas desenvolvidos a partir das ideias e ações de Che Guevara.

Ridenti (1998) defende que o positivismo althusseriano não dissolveu o fundo religioso da AP e o maoísmo foi essencial para manter o ideário cristão, mesmo que só no consciente dos militantes presente na organização. Muito há em comum, mesmo que inconscientemente por parte dos militantes, entre o viés do maoísmo com algumas formulações e experiências de padres franceses como: o sacrifício cristão (que pode ser associado à “integração na produção”) e o culto à personalidade e o caráter sagrado atribuído aos escritos de Mao remetem à figura do Cristo Salvador.

Assim, conclusivamente, vimos que o maoísmo, tal como foi idealizado no Brasil na segunda metade dos anos 60, tinha uma série de características que o tornavam particularmente atraente para uma organização de origem católica, como a AP: uma formulação teórica que negava o idealismo, combatendo explicitamente as formulações humanistas, propondo a passagem da ideologia à ciência, do ilusório ao verdadeiro; uma proposta de igualitarismo pela integração dos militantes na produção, buscando romper com a origem pequeno-burguesa da maioria dos militantes e com as barreiras entre trabalho intelectual e manual; direito à rebelião, valorizando as ações populares num contexto de crise do marxismo tradicional; endeusamento da figura e dos escritos de Mao; dentre outras. (RIDENTI, 1998, p.31)

Portanto, a partir deste resgate histórico do surgimento da esquerda católica com as ações especializadas da Ação Católica, sobretudo com ênfase na JUC, - que devido ao avanço crítico de alguns militantes interessados em política, movimento estudantil e marxismo contribuem juntamente com outros setores para a criação da Ação Popular. Podemos notar a singularidade e ao mesmo tempo a heterogeneidade dos processos históricos dessa esquerda católica, o cunho humanista adquirido pela AP nos primeiros anos ganhou características marxistas importantes, mas nunca foi de fato destruído em suas bases como podemos observar durante todo o percurso histórico apresentado. Sobre a AP, o autor Thiago Vieira Pires (2015) traz uma excelente contribuição: “Talvez a posição mais acertada seja a que apareceu em todas as entrevistas que realizamos: “Existiram várias AP’s”. Ou seja, a história da organização carrega consigo um leque de significados políticos e sociais que podem ser notados pelos documentos e depoimentos daqueles que vivenciaram a experiência.

Apresentar o processo de politização da JUC e a criação da AP e seus desdobramentos internos é fundamental para compreendermos como se articulou esse processo e como se consolidou. No próximo item, buscaremos demonstrar as atividades desenvolvidas pela Ação Popular em Minas Gerais particularizando a

capital mineira que, como veremos adiante, foi centro de mobilizações decisivas e também é de onde saiu o núcleo de militantes engajados da JUC, o chamado setor político, que foi determinante na fundação e estruturação da AP e, também, para segmentos profissionais³¹ do Serviço Social.

1.3 Ação Popular na capital mineira

A capital mineira a partir dos anos de 1950 e meados da década seguinte foi palco das elites reacionárias que contribuíram diretamente para implementação do golpe civil militar de 1964 e, também, foi berço de importantes movimentos sindicais e populares. Netto (2015) afirma que ali existia uma forte tradição do movimento estudantil com impulsões revolucionárias e socialistas que contestaram a ordem imposta pelo golpe.

Como demonstrado no item anterior, a AP perpassou por três reuniões até de fato consolidar sua fundação. A segunda reunião de fundação da organização aconteceu em Belo Horizonte em junho de 1962, com a greve de 1/3 ainda em curso. Nesse sentido, destaca-se a participação e atuação dos militantes do núcleo de Belo Horizonte principalmente na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais e na experiência com o trabalho nas favelas, no terreno da alfabetização e da cultura popular. Beozzo (1984) relata que o grupo “se encontrava em uma posição que era o resultado de um longo amadurecimento de sua consciência cristã no seio da JUC”. Ou seja, nota-se que mesmo sendo a maioria atuante dos quadros da ação católica, aquele grupo já declarava uma atuação claramente política.

“Vivemos em pequena escala, uma intensa experiência política dentro da Faculdade de Ciências Econômicas de Belo Horizonte. Em dois anos ela se tornou o centro político do movimento estudantil em Minas Gerais. Fomos a origem de todas as manifestações políticas: agitações de rua, mobilizações, campanhas em favor da reforma universitária, apoio à Cuba, solidariedade com o movimento operário, etc. Assim, nossa geração continuava sua aprendizagem política.” (SOUZA, 1996, p.23).

É também, de Minas Gerais, que vieram diversas lideranças de extrema importância para a AP, como: Betinho, Jair Ferreira de Sá e Vinícius Caldeira Brant - que marcaram a atuação da organização no movimento estudantil – e também Dazinho, primeira liderança operária da organização. A participação de lideranças e

³¹Destacam-se as profissionais mineiras: Delsy Gonçalves, Gilse Maria Cosenza, Leila Lima dos Santos, Lidia Maria Monteiro Rodrigues da Silva, Maria Lucia dos Rezende Garcia, Marilda Vilela lamamoto, Mariléa Venâncio Porfírio.

militantes da AP contra a ofensiva do golpe militar foi fundamental para demarcar a organização de esquerda como uma das mais importantes daquele período não só pela atuação universitária como também no movimento operário e camponês. Belo Horizonte se transformou em uma das principais bases de recrutamento e de formação de quadros dirigentes da Ação Popular.

No contexto que premeditou o golpe, Starling (1986) indica que em Minas Gerais, o movimento estudantil foi o setor que recebeu maior atenção por parte dos complexos do IPES-MG³², IBAD³³ e pelos “novos inconfidentes”³⁴. Com a renúncia de Jânio Quadros e a entrada de Jango na presidência defendendo pautas nacionalistas e reformistas, causou receio no empresariado mineiro de perder os seus privilégios. Entretanto, não era apenas os empresários mineiros que possuíam receios políticos frente a entrada de Jango, o setor multinacional associado com base no eixo Rio de Janeiro/São Paulo também demonstrava preocupação.

A respeito das atividades desenvolvidas pela AP naquela conjuntura dos anos de 1960, Oliveira (2008) aponta:

A AP foi o segmento de esquerda com maior participação no movimento de favelas em BH. Sua atuação devia-se “ao aporte cultural e político criado por padres progressistas em Belo Horizonte, que eram referência para as lideranças dos trabalhadores favelados embasarem a justificativa de sua luta. (pág.168 apud BERTOLINO, 2010, p.80).

Diferente do Nordeste, em Minas gerais o movimento de ligas camponesas não possuía força expressiva, o que se predominou no Estado nos anos 60 foi o sindicalismo rural criado com o apoio do governo federal, da AP, do PCB, da POLOP³⁵ e da Igreja Católica. Além dessa atuação, a participação de militantes da AP de minas no meio rural através do MEB foi de intensa relevância. A organização hegemonizou o interior do movimento realizando um trabalho de politização e

³²Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais fundamental durante a ditadura civil militar para propagar propagandas anticomunistas. O IPES foi um dos principais articuladores do movimento que culminou no golpe.

³³ Instituto Brasileiro de Ação Democrática foi uma organização anticomunista fundada em 1959.

³⁴De acordo com a historiadora Heloisa Starling (1986), os “novos inconfidentes” eram um grupo clandestino intermediário do IPES/MG que possuía papel fundamental para a conspiração de legitimação do golpe militar de 1964.

³⁵“O I congresso da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-PO) ou como ficou mais conhecida, Polop, ocorreu em 1961 e marca o início da organização. Sua fundação foi iniciativa de um grupo do Rio de Janeiro que, desde 1959, editava um boletim quinzenal chamado Política Operária. A organização tinha como característica diferencial a leitura de capitalismo brasileiro, e no seu I Congresso formulou propostas em contraposição ao que consideravam uma alternativa reformista contida no conjunto das concepções do Partido Comunista Brasileiro (PCB), principal representação comunista na época.” (CARVALHO, 2018, p.1).

conscientização do homem do campo. Segundo Antônio Augusto Prates, membro da AP:

“O MEB era todo controlado pela Ação Popular, quase não existia mais diferença entre MEB e Ação Popular. Era totalmente controlado. (...) e era basicamente voltado para a área rural. E esse MEB começou na Igreja, mas foi capturado pela gente, da Ação Popular. Então, os diretores do MEB eram da Ação Popular, embora fossem organizações diferentes.” (CAMISASCA, 2009, p.104).

Em Minas Gerais, o MEB era dividido em duas frentes de trabalho: as escolas radiofônicas e o sindicalismo rural, administradas por três seções que se localizavam respectivamente em: Belo Horizonte, Governador Valadares e Juiz de Fora. A autora Camisasca (2009) conseguiu identificar a fundação de seis sindicatos rurais em diferentes cidades orientados pela Ação Popular. Com a chegada da Superintendência da política agrária (SUPRA) e da Comissão Nacional de Sindicalismo Rural (CONSIR) em Minas Gerais as atividades realizadas pelo MEB sofreram um esvaziamento, porém, a AP continuou o seu trabalho nos outros órgãos governamentais colaborando com a fundação de mais quatro sindicatos rurais.

A AP participou, com isso, da fundação de 19 sindicatos rurais no total. Além dos oito sindicatos que ela organizou de forma autônoma, a AP criou ainda, seis sindicatos por meio do MEB, quatro junto com a SUPRA e a CONSIR e um em aliança com o PCB e a POLOP. Apesar de em seu discurso a AP adotar uma posição à esquerda do governo federal, ao trabalhar com a sindicalização rural o grupo acabou por se integrar ao esforço reformista da época. Mas isso não significa afirmar que a sua atuação tenha se restringido apenas a ações legais, como a fundação de sindicatos nas áreas rurais. (CAMISASCA, 2009, p.108)

Neste clima, as ações dos grupos conservadores tornaram-se mais intensas intervindo em diversos setores da sociedade brasileira, sobretudo no ME através de conferências, palestras e cursos divulgando uma campanha anti-UNE. Neste momento, Vinícius Caldeira Brant era o atual presidente da entidade e realizava diversos discursos denunciando o complexo IPES-MG e os Novos Inconfidentes de apoiar ações contra a entidade estudantil por meio de assistências financeiras.

A adesão de Minas ao complexo IPES/IBAD foi de extrema relevância para representar a face política dos interesses empresariais e também estratégica devido a posição geográfica do estado. Starling (1986, p.47) enfatiza a importância “devido ao papel alcançado por suas elites e ao peso de sua influência na administração federal”.

A hegemonia da AP no movimento estudantil prosseguia e a última gestão antes do golpe de 1964 também foi de um líder estudantil vinculado à organização. José Serra foi presidente de julho de 1963 a julho de 1964, em um período considerado o mais agitado da história do Brasil.

Em seu mandato, Serra intensificou a presença da UNE na sociedade e nas lutas populares, consolidando também a prática de organização de seminários não restritos aos problemas educacionais. Durante a sua gestão foi criada no Brasil a Frente de Mobilização Popular (FMP) e ainda houve a crise do Estado de Sítio decretado por Jango. O ato do presidente gerou repúdio por parte da UNE, crescendo entre os estudantes um sentimento de desconfiança em relação às atitudes tomadas pelo presidente. A proposta de Goulart foi amplamente discutida pela FMP, cuja atuação destacada foi a da UNE que, contrária à proposição, publicou em vários jornais declarações de alerta. (BERTOLINO, 2010, p.93)

A efervescência dos movimentos populares nos primeiros meses de 1964 se desenvolvia com força. Em Belo Horizonte, ocorreu a sucessão de eventos conflituosos entre os grupos conservadores e o nacional/reformista. Camponeses, operários, estudantes, setores da classe média e religiosos se projetaram para a ação política, porém, a tomada de poder pelos militares abalou profundamente o movimento popular. Assim como em outros estados, em Minas Gerais, o movimento entrou em colapso.

O cenário de censura e perseguição às organizações políticas, sindicatos e entidades estudantis se instaurou. Um acontecimento de relevância ainda em 1964 merece destaque pela atuação da AP e outras correntes de esquerda, foi a intervenção que sofreu o sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Apesar de ter ocorrido uma eleição com vitória da chapa oposicionista que tinha como cabeça de chapa o militante da AP, Ênio Seabra, houve uma tentativa de impugnação do seu nome pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT) o que acarretou na tomada do sindicato pelo governo até 1967. Portanto, através de intensa mobilização dos trabalhadores, a Greve de Contagem eclodiu no dia 16 de abril na siderúrgica Belgo-Mineira, paralisando as atividades em protesto contra os baixos salários, atrasos no pagamento, demissões e condições precárias de trabalho. A adesão ao movimento foi grande o que acarretou na paralisação dos operários de outras empresas da região. Com o clima de ameaças de demissões por justa causa, diversos trabalhadores retornaram às suas atividades o que enfraqueceu o movimento e garantiu o fim da greve, porém, nota-se a intensa mobilização e inspiração dos operários juntamente com as organizações políticas na

primeira grande greve após o golpe militar de 1964. De acordo com Vital Nolasco, militante da AP:

“A greve de abril de 1968 foi apenas em certo sentido espontânea (...), pois houve durante este período um trabalho prévio de conscientização e organização dos trabalhadores. Já estava sendo preparada pela esquerda sindical (...). Ou seja, não surgiu do nada.” (LEITE, 2009, p. 115)

Durante o ano de 1967, diversas greves tomaram conta das universidades brasileiras que sofriam com os ataques referentes ao projeto da ditadura militar. Através dos acordos do MEC-USAID, a interferência norte-americana se tornava cada vez maior no ensino brasileiro e a denúncia do ME dirigiu-se para uma situação defensiva e combativa pela manutenção das suas entidades estudantis e pela defesa da autonomia universitária. Netto (2015, p.84) enfatiza que a política educacional da ditadura sofreu inflexão direta dos acordos MEC-USAID.

“Todas as indicações factuais levam à conclusão de que a refuncionalização do sistema educacional a partir de então conduzida obedece, no que concerne ao ensino superior, ao modelo oferecido pelos assessores norte-americanos que comandaram os estudos para a “reforma universitária” [...]” (NETTO, 2015, p.84)

As mobilizações a partir de janeiro de 1967 se tornaram intensas, a UNE promoveu um seminário nacional próximo a capital paulista sobre os acordos MEC-USAID. A imprensa mineira teve um papel fundamental apoiando e divulgando as notas de protestos elaboradas pelo DCE da UFMG e da UCMG contra a falta de verbas para a universidade, contra a repressão em passeatas e contra os acordos MEC-USAID.

Em março do mesmo ano, as entidades estudantis mineiras juntamente com a UNE na luta contra a ditadura e na luta anti-imperialista promoveram a “Semana dos Calouros” e a “Passeata dos calouros”. Assim, as manifestações estudantis em repúdio ao imperialismo e à ditadura foram se alastrando pelo país. Em maio, o DCE da UFMG decretou greve denunciando as deficiências e a crise financeira que a UFMG enfrentava que teria sido provocada pela implantação do acordo MEC-USAID. A partir de 1º de junho de 1967, as entidades estudantis iniciaram nova campanha contra os acordos, por entender que os métodos e planos norte-americanos não poderiam ser importados para ser aplicados sob a supervisão de cidadãos norte-americanos às universidades do Brasil e assim ia se mobilizando e acontecendo passeatas por todo país.

“Podemos perceber que o motivo dos estudantes se manifestarem estava na ausência de participação que o sistema político-militar determinava não só para as suas entidades, mas para toda sociedade em geral. Os problemas da estrutura universitária eram constantemente denunciados pelos estudantes, que acusavam o modelo privatista norte-americano de limitar a reforma universitária à “modernização das estruturas de ensino” As denúncias que foram apresentadas pelas lideranças estudantis, aos poucos foram sendo respaldadas pela massa estudantil, particularmente quando abordava discussões sobre a tentativa de criar universidades-empresas, sobre o ensino pago e os vestibulares que não resolviam o problema dos excedentes. Neste clima de denúncias foi organizado o XXIX Congresso da UNE.” (BERTOLINO, 2010, p.199).

O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) previu a proibição do congresso estudantil alegando estar respaldado em base jurídica pela “Lei de Segurança Nacional que proíbe a reunião de elementos pertencentes a entidades clandestinas e a UNE só existia clandestinamente”. Vários militantes, estudantes e padres envolvidos naquele congresso foram detidos. No mesmo dia, os estudantes e religiosos progressistas lançaram um manifesto de apoio ao congresso da UNE e contra a prisão dos colegas e dos religiosos. A seguinte nota foi lançada e veiculada em alguns órgãos da grande imprensa:

“A UNE realiza o XXIX Congresso. A primeira fase, necessária para garantir as discussões preliminares e a representatividade na eleição da nova diretoria, foi feita de acordo com o que a UNE havia planejado. Da mesma forma, a segunda fase prossegue nas escolas e fora delas, através de assembleias e reuniões de comissões das frentes de trabalho. O esquema de repressão e contrapropaganda, montado pela ditadura, está sendo desmoralizado, pois as suas tentativas de solapar o congresso e suas manifestações foram frustradas. Dentro do nosso planejamento, o congresso está sendo realizado em todo o país e não apenas em São Paulo. Cada reunião de estudantes, cada assembleia geral faz parte da segunda fase do Congresso da UNE. Isso foi planejado para que o conjunto do movimento discutisse intensamente, aperfeiçoando-se as posições debatidas na primeira fase. Conseguimos a realização do congresso porque estivemos organizados nacionalmente e intensificamos essa organização para derrotar, na prática, a repressão ditatorial. Para aperfeiçoar a organização do movimento estudantil, convocamos assembleias gerais em todas as escolas e estamos preparando a manifestação pública de encerramento do congresso para a próxima semana.” (BERTOLINO, 2010, p.205).

Em agosto de 1967, agentes do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) invadiram a sede administrativa do DCE da UFMG em que diversos documentos foram vasculhados e apreendidos. Os estudantes solicitaram ao conselho que se pronunciasse oficialmente contra aquela prática policial e que denunciasse o caráter ilegal da invasão de sua sede pelos agentes do DFSP, contra a interferência policial na autonomia universitária. Bertolino (2010) aponta que as

consultas a documentação não apresentavam informações se houve ou não alguma resposta do DFSP ao reitor e ao conselho da universidade. Um fato importante ainda durante o ano de 1967 foi que em setembro a UEE-MG realizou a primeira eleição direta da entidade desde abril de 1964 para a escolha da sua nova diretoria. A chapa única eleita foi encabeçada pelo estudante apista Raimundo Ferreira.

O mês de outubro também foi bastante agitado para os universitários de Belo Horizonte que protagonizaram várias manifestações de protesto:

“As denúncias apresentadas pelas entidades estudantis mineiras corroboravam a ideia de crise nas universidades brasileiras. Os protestos e passeatas estudantis acusavam os Acordos MEC-USAID como responsáveis pela crise financeira das universidades brasileiras e, além disso, defendiam a liberdade dos colegas que foram presos. Contudo não lhes eram apresentadas quaisquer soluções satisfatórias. Ao contrário, as respostas vinham através de espancamentos e prisões de mais estudantes. A crise na UFMG ganhou notória visibilidade, especialmente na FAFI e na Escola de Medicina e no dia 25 de outubro foi decretada greve com a paralisação das aulas em repúdio à presença do presidente Costa e Silva e pela libertação dos estudantes presos.” (BERTOLINO, 2010, p.213).

Em 1968 os movimentos estudantis eclodiram em várias partes do mundo. As manifestações nos primeiros meses eram por mais vagas de ingresso para os alunos ou contra o aumento das mensalidades nas escolas, numa época de profundo arrocho salarial. A população de Belo Horizonte se acostumou com a rotina das manifestações que ficavam cada vez mais violentas e se mostraram solidárias aos estudantes. Durante aquele ano, os dirigentes mais conhecidos pertencem às fileiras da AP e das DI's (dissidências comunistas). Groppo (2005, p.88) afirma:

Foram dois momentos de apogeu do movimento estudantil em 1968: “o primeiro com cerca de 26 grandes passeatas, em 15 capitais, nos sete dias seguintes a 28 de março – dia da morte do estudante secundarista Edson Luís – e o segundo a partir de meados de junho, em torno da passeata dos cem mil – e além dela, outras 16, em sete capitais. (GROPPO, 2005, p.88)

O Brasil inteiro realizou passeatas de luto pela morte de Edson Luís formando uma verdadeira “onda” nacional de mobilização de estudantes. Com isso, as repressões cresciam cada vez mais e em função dessa crescente mobilização, o DCE da UFMG distribuiu um comunicado à imprensa referente à crise pela qual o movimento estudantil passava:

A ditadura reprime cada vez mais violentamente as manifestações que se fazem, não só pelo quarto aniversário do golpe e pela morte dos companheiros assassinados na Guanabara, Goiás e Brasília, mas também, pela abertura da Universidade ao povo. (...) O nosso movimento não para

aqui. Iremos até às últimas consequências se preciso for. (JORNAL O DIÁRIO. 1968 p.3).

Ocorreu em maio de 1968 o conselho da UNE realizado em Salvador que definiu como local para o XXX Congresso da UNE a cidade de São Paulo. Neste encontro, pode-se notar que o movimento estudantil nacionalmente estava dividido em duas correntes: a de “primeira posição” em consideração ao seu tempo de permanência na UNE composta pelos militantes da Ação Popular e a da de “segunda posição” formada pelas dissidências comunistas e POLOP. Se intensificou a partir de agosto as preparações para o XXX Congresso da UNE, diversos comícios relâmpagos foram realizados em Belo Horizonte, onde a massa estudantil da cidade participou ativamente na preparação do evento.

O governo já havia anunciado a proibição do xxx Congresso da UNE e os estudantes apresentaram e montaram um esquema gigantesco e detalhado para burlar as autoridades e a repressão. (...) Os estudantes mineiros não se intimidaram com o cerco dos militares e organizaram uma delegação bastante representativa para o Congresso. De acordo com Jean Marc a AP montou uma estrutura no CRUSP e na medida em que as delegações da organização iam chegando para o congresso ele se reunia com elas para discutir o documento programa da chapa apista. (BERTOLINO, 2011, p.253)

O nome indicado pela AP para candidato à presidência da chapa era o próprio Jean Marc Van der Weid. Devido à forte influência da organização dentro da entidade, a vitória da eleição parecia certa. Mesmo com toda preparação para a realização do congresso por parte dos estudantes, os soldados do DOPS-SP invadiram o sítio em Ibiúna ³⁶onde estava acontecendo o evento e levaram diversos estudantes presos. O número de presos é controverso: oscila entre 720 a 1240, dependendo da origem da informação. Como aponta Farley (2011), estes foram levados para o presídio Tiradentes em São Paulo onde decretaram greve de fome e deram início às discussões sobre o congresso. Contudo, diversos estudantes foram transferidos para suas cidades de origem ou para as penitenciárias regionais. Os estudantes mineiros foram transferidos para a penitenciária regional José Edson Cavalieri, conhecida como Penitenciária de Linhares, localizada em Juiz de Fora (MG).

A transferência para a penitenciária de Juiz de Fora não representou a melhor experiência na prisão. Sua estadia anterior no presídio Tiradentes (SP), onde vivia em celas comunitárias abertas o tempo todo, foi

³⁶No livro “Memórias e Resistências contra a ditadura” de 2017 elaborado pelos CFESS, traz depoimentos de diversas assistentes sociais que relatam terem sido presas durante o Congresso.

contrastada com as celas individuais trancafiadas do presídio de Juiz de Fora. (...) Em São Paulo, o preso disse ser apenas um estudante, preso no Congresso da UNE em Ibiúna (SP) entre os vários militantes da luta armada. Porém, em Juiz de Fora no seu estado de origem, era um líder estudantil visado pela repressão. (RIBEIRO, 2007, p.123)

Ocorreram protestos em todo o Brasil em prol da soltura dos estudantes presos em Ibiúna, fato que contribuiu pressionando para acelerar a libertação de quase todos os presos. Devido ao fato ocorrido durante o Congresso, a eleição para nova diretoria não aconteceu naquele momento e somente foi concluída em abril de 1969 com o nome de Jean confirmado em uma das reuniões do conselho da UNE. Com a entrada do AI-5 ³⁷ as possibilidades de participação estudantil se fecharam pela via institucional e a repressão militar se adensou ainda mais.

A partir de 1969, as mudanças sofridas pelo movimento estudantil brasileiro fizeram com que a maioria dos seus quadros e lideranças migrasse para a ação clandestina. Após o congresso de Ibiúna, os documentos e manifestações estudantis contra a repressão policial exibiam a mesma frase: "A UNE somos nós". (BERTOLINO, 2011, p.260)

Verificando a rica pesquisa realizada pela Comissão Municipal da Verdade em Juiz de Fora com os militantes da cidade durante o ano de 2014, pudemos ter acesso a diferentes depoimentos de ex-militantes da AP e da JUC de Minas Gerais nos quais conseguem explicitar a dimensão do papel dessas organizações para a conjuntura política e para suas próprias formações profissionais em diferentes áreas. O professor e médico mineiro Gilney Viana, apesar de ter sido militante do PCB, aponta que teve contato com a realidade brasileira e com a desigualdade social a partir do trabalho que era desenvolvido pela AP e pelo PCB durante o período nas favelas de Belo Horizonte.

Em 1961, quando eu entrei para o Colégio Estadual, aí é que eu conheci o povo de AP e do PC, você entendeu, eu trabalhei, tinha um pessoal que trabalhava com favela e eu comecei a trabalhar com eles, com favela, você entendeu, e nas ocupações dos morros de Belo Horizonte, e ali eu me eduquei, eu aprendi o que era a vida de quem era excluído, e quem era trabalhador, mas ganhava muito pouco e não tinha acesso a uma casa decente, a esgoto, água era muito difícil, provável era de ter encanada, mas geralmente não tinha, essas coisas eu aprendi na vida através da militância. (Depoimento de Gilney Viana à comissão municipal da verdade em 2014, s/p).

³⁷O Ato Institucional de número 5 foi um decreto emitido em 1968 pela ditadura militar que foi considerado o momento mais duro do regime, em que se delega poder de exceção aos governantes para punir todos aqueles que fossem contra a política ditatorial, aqueles que eram considerados inimigos.

Aúrea Celeste Gouveia advogada e professora de literatura começou sua participação política quando entrou na Universidade por meio da Ação Popular Marxista-Leninista. Devido a sua inserção, foi presa, processada e torturada durante a ditadura.

Minha participação política começou na década de 1970, especificamente no ano de 1970 quando entrei para a universidade, entrei logo no D.A. e depois eu fui pro DCE; eu fui secretária de cultura. E também... a tendência mesmo era ir pra... APML (Ação Popular Marxista Leninista). Ah, a APML propunha, inclusive, ações armadas, mas em Juiz de Fora não houve isso, em Juiz de Fora era basicamente um lugar estudantil e a gente fazia o que era possível fazer naquela época, panfletagem, pichações, este tipo de coisa. [...] Voltando um pouco, em Juiz de Fora a gente fez bastante coisa em nível estudantil, muita, muita participação política, muita... conseguimos um apoio dos estudantes muito grande, nossa base era grande, tá... nossa base era bastante boa. Em 1971 o partido começou a cair no Brasil inteiro e caiu aqui também, mas Juiz de Fora foi um dos... creio eu, um dos últimos lugares onde caiu, então, nós fomos presos todos, mas... DCE inteiro foi preso, gente que não estava mais no DCE, também já formada, todo mundo foi preso. Mas eu não fui torturada fisicamente, eu fiquei... eu fiquei incomunicável, é... no... quartel, dias, é, obviamente vocês já devem saber, não tinha direito a advogado ou nada semelhante, nenhum direito era respeitado e você sabia, nos interrogatórios pelas madrugadas, interrogavam você de madrugada, né. Você sab... vocês... Ameaça básica de mandar pra Belo Horizonte, de haver uma troca, é... torturavam aqui gente de fora e torturavam os daqui fora daqui. A norma, pelo menos na minha prisão, foi assim, eu não sei dizer pra você porque, de qualquer forma eu tive muitos amigos torturados, torturas bárbaras, é... sevícias mesmo... (Depoimento de Aúrea Gouveia para a Comissão Municipal da Verdade em 2014, s/p)

O médico José Luiz Moreira Guedes e a assistente social Nair Guedes foram militantes da JUC e da AP em Minas. Nair no seu depoimento relata as perseguições que ela e o marido sofreram durante a ditadura e a importância da “integração na produção” da AP para sua formação política e profissional.

Eu e José Luiz nos casamos e nós quisemos constituir uma família, a gente entendia que era um direito nosso... Então, vieram os filhos, primeiro veio a Maíra, que nasceu no Rio, ela nasceu em 1967, então, o José Luiz era até presidente da UNE na época, eu era da JUC, da Juventude Universitária Católica, lá no Rio... E depois, então foi um nascimento assim mais tranquilo, digamos assim. Agora os outros filhos, o segundo filho, por exemplo, o Luiz Francisco que nós perdemos, perdemos por causa dessas condições difíceis, em função do nosso engajamento político e das nossas orientações, da nossa organização política, na época era a Ação Popular... eu fui trabalhar na fábrica como operária, muitos dos outros companheiros, camaradas também fizeram... E então, inclusive, quando eu estava na fábrica, foi quando o José Luiz foi preso em Ibiúna, e nós marcamos um encontro, e quando ele saiu para o congresso em função de algumas questões, a gente pensava que esse congresso tem tudo para não dar certo, mas aí nós marcamos, quando você estiver saindo da fábrica, eu trabalhei na Philco, em São Paulo... Cinco mil mulheres... Foi um período muito rico para mim enquanto aprendizado, enquanto participação política... (Depoimento de Nair Guedes para a Comissão Municipal da Verdade em 2014, s/p).

Estes depoimentos demonstram como o engajamento político desses militantes afetou sua vida familiar e profissional e contribuíram para sua consciência política e crítica.

A partir deste panorama apresentado, podemos perceber a importância da Ação Popular como organização política ativa em todos os processos de mobilização de esquerda na conjuntura brasileira do período e de como se desenvolveu a organização na capital mineira. Os depoimentos enunciados demonstram estes processos através das falas daqueles que vivenciaram este período, tornando ainda mais rico o estudo.

Muitos dos fragmentos da memória individual e social aqui reproduzidos, dizem não só de um tempo gregário, no qual o cultivar das utopias não era linear, nem se processava em berço esplêndido. Ao contrário, trazem à tona, pela visão dos seus depoentes a história/memória de um tempo tatuado por turbulências, esperanças e medos. De um tempo sobretudo marcado pela ânsia de mudanças. De um tempo, no qual a luta pelo socialismo, mesclou-se à luta por direitos humanos e pelo retorno, no Brasil, de práticas democráticas da liberal democracia. Nessa perspectiva, o cenário pode nos parecer muito confuso e permeado por opções muito incoerentes. E não é assim muitas vezes a trajetória da história? Mobilizada por contradições? Permeada por emoções. [...] Os sujeitos históricos fizeram de suas narrativas um substrato da memória e fonte para a história. Fizeram de suas falas força viva do não esquecer. Deixaram vir à tona suas lembranças do movimento estudantil da década de 1960, sobre sua atuação clandestina no campo da esquerda e sobre as esperanças de uma geração antes jovem, hoje madura [...] A construção da História é muitas vezes árdua e sofrida. Foi assim, dura, mais rica em esperança a experiência dos jovens militantes da AP, que ousaram transgredir e sonhar em tempo de chumbo e cinza. (DELGADO;BERTOLINO, 2007, p.29)

No próximo capítulo, a partir do resgate histórico apresentado anteriormente, buscamos apresentar em quais vias se desenvolveu a influência da esquerda católica com o Serviço Social e a relevância desta relação para a construção da vertente de intenção de ruptura.

2. Os caminhos se cruzam: o vínculo entre a esquerda católica e o Serviço Social

2.1 A relação do Serviço Social com a esquerda católica

Foi abordado anteriormente a emergência e o desenvolvimento da chamada esquerda católica por compreendê-la como uma das mediações fundamentais que possibilitaram o maior envolvimento de segmentos profissionais e estudantis do Serviço Social brasileiro com as formas de organização e resistência das camadas sociais subalternas e, também, com o marxismo.

Sabe-se da intrínseca relação entre o Serviço Social e a Igreja Católica desde surgimento da profissão no Brasil na década de 1930. O contexto social, político e econômico brasileiro com o fim da República Velha (1889-1930), que abre início à era Vargas, colocava a necessidade de uma profissão que atuasse diretamente com a classe trabalhadora. Iamamoto e Carvalho (1984) apontam que o ingresso dessa classe trabalhadora no contexto político fez com que emergisse uma nova configuração da chamada “questão social”, a qual deu origem à profissão do Serviço Social como instrumento utilizado pela burguesia, Estado e Igreja para controlar manifestações da classe trabalhadora que ameaçavam a ordem societária. Dessa forma, a profissão foi marcada no seu surgimento por uma formação teórico-metodológica conservadora, influenciada pelos valores e dogmas da Igreja Católica.

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1984, p.150).

Com a intensa efervescência dos movimentos sociais do primeiro pós-guerra, a “questão social” fica definitivamente colocada para a sociedade. De acordo com IAMAMOTO; CARVALHO (1984) data dessa época o que se poderia considerar

como protoformas³⁸ do Serviço Social no Brasil. O processo de amadurecimento da profissão se acelera na década de 30 com a mobilização realizada pela Igreja através do movimento católico leigo. “Surgirá o Serviço Social como um departamento especializado da ação social, embasado na doutrina social” (IAMAMOTO, CARVALHO, 1984, p. 149).

Neste contexto, a religião católica vem perdendo sua ampla hegemonia vindo a evadir-se ou sendo expulsa de uma série de setores até então sob seu domínio quase absoluto. A reação da Igreja Católica afetará diretamente nos processos internos da profissão, e de acordo com Iamamoto; Carvalho (1984) esse movimento possui duas fases.

A igreja católica deverá reagir, reagrupando suas forças, visando à reconquista de suas antigas prerrogativas e privilégios, tanto práticos como ideológicos. Essa reação terá por base, por meio de métodos organizativos e disciplinares, a constituição de poderosas organizações de massa – “verdadeiro partido da Igreja” – visando o controle e enquadramento da população católica. A partir da aglutinação de suas forças, da concentração de suas fileiras, pretende a hierarquia resistir ao assalto da reforma protestante e laica e, pelo cerco ao Estado liberal, restabelecer, por meio da estratégia do domínio indireto, sua antiga hegemonia.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1984, p. 150)

Dessa forma, principalmente a partir da segunda metade da República Velha inicia-se este processo de reformulação que possui como objetivo na sua primeira fase, justamente recuperar os privilégios perdidos com o fim do império. Ou seja, via-se a necessidade de uma recatolização da nação que só se iniciou no princípio da década de 1920, com a intensificação da luta de classes que marca profundamente o primeiro pós-guerra.

Ressalta-se, como aspecto que mais de perto interessa, relativamente à implantação do Serviço Social no Brasil, que a mobilização do laicato que se fará a partir desse momento, terá por modelo – de conteúdo e forma – as organizações que se formaram na Europa, especialmente na Itália e na França” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1984, p. 153)

O centro Dom Vital, criado em 1922, se transformou no principal aparato de mobilização do laicato para aglutinar uma intelectualidade católica. Junto a ele, soma-se no mesmo ano a Confederação Católica que coordenava e centralizava

³⁸Entidades e instituições assistenciais que a partir da sua criação deram bases materiais para o desenvolvimento e surgimento das primeiras escolas de Serviço Social, ligadas claramente ao desenvolvimento da ação social exercidas pela Igreja Católica. IAMAMOTO; CARVALHO (1984) não utiliza o conceito de “protoformas” para definir o surgimento do Serviço social, mas fará referência aos grupos pioneiros ligados ao movimento social da Igreja Católica.

politicamente o apostolado leigo. O posicionamento do movimento leigo até 1930 será de reação ao liberalismo e o combate a qualquer tentativa de mudança e rebelião.

Ao findar-se a república velha, era cada vez maior a identidade entre Igreja e Estado, ampliando aquela sua área de influência com o respaldo de um governo dia a dia mais instável e repressivo, sem, no entanto, ter logrado a perseguida legitimação jurídica de suas áreas de influência na sociedade civil. A igreja, por sua solidariedade e alinhamento estreito à política burguesa cafeeira, também se negará a reconhecer a questão social.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1984, p.156)

A queda da República Velha em 1930 motivada pelas revoluções de 30 alterou profundamente o cenário brasileiro. Entre 1931-1935, as atividades e a mobilização do laicato atingiram o seu nível mais alto sendo considerado o segundo ciclo de mobilização do movimento católico laico. A conjuntura política e social com a crise de hegemonia das frações burguesas e a movimentação das classes subalternas abrirá à Igreja um enorme campo de intervenção na vida social.

Esse período corresponderá, assim, a uma situação de ambiguidade em que Igreja e Estado, unidos pela preocupação comum de resguardar e consolidar a ordem e a disciplina social, se mobilizaram para, a partir de distintos projetos corporativos, estabelecer mecanismos de influência e controle a partir das posições da sociedade civil que o regime anterior não fora capaz de preencher. A igreja se lançou a mobilização da opinião pública católica e a reorganização em escala ampliada do movimento católico leigo. Será também nesse período que a intelectualidade católica formulara um projeto de cristianização da ordem burguesa, para “reorganizá-la sob o imperativo ético do comunitarismo cristão, exorcizando seu conteúdo liberal”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1984, p. 166)

Portanto, a partir de 1932, ocorre uma grande diversificação e ampliação do aparato do movimento católico impulsionando as instituições criadas e desenvolvidas na década anterior , como é o caso do Centro Dom Vital, e incentivando o surgimento de novas, como a Ação Católica Brasileira, que será fundada em 1935 já sob o Estado Novo (1935-1937).

O apostolado social centralizado pela Ação Católica brasileira será, dentre as iniciativas daquele período, a que vai lançar maior amplitude social. Por refletir, com muito maior intensidade que a hierarquia, os conflitos que dilaceraram a sociedade brasileira, apresentará diversos desdobramentos. De sua tendência inicial, direitista e reacionária, se desprenderam na década de 1960 frutos inteiramente inesperados para seus criadores.” (IAMAMOTO, CARVALHO, 1984, p. 172)

O momento em que a AC começa a desenvolver com maior intensidade sua atividade de apostolado social coincide com o ascenso do movimento popular e a

radicalização política. O Serviço Social que surge nesse período não estará isento dessas marcas.

A respeito do debate acerca das protoformas do Serviço Social, Iamamoto e Carvalho (1984) consideram que as mesmas têm suas bases nas obras e instituições que começam a aparecer após o fim da primeira guerra mundial.

Caracteriza esse momento, no plano externo, o surgimento da primeira nação socialista e a efervescência do movimento popular operário em toda a Europa. O tratado de Versailes procura estatuir internacionalmente uma nova política social mais compreensiva relativamente à classe operária. É também o momento em que surgem e se multiplicam na Europa as escolas de Serviço Social. No plano interno, como foi visto, os grandes movimentos operários de 1917 a 1921 tornaram patente para a sociedade a existência da “questão social” e da necessidade de procurar soluções para resolvê-la, senão minorá-la” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1984, p. 176)

Portanto, o Serviço Social surge com essa necessidade de uma presença mais ativa da Igreja na sociedade, no início da década de 1930, com o intuito de recuperar a influência e o privilégio perdido. Com isso, podemos perceber que a instituição apostou em um movimento de “reação católica” contando não apenas com a profissão, mas também com uma rede de entidades católicas como a própria Ação Católica Brasileira já mencionada. Iamamoto(2013, p.22) enfatiza:

(...) O Serviço Social surge da iniciativa de grupos e frações de classes dominantes, que se expressam através da Igreja, como um dos desdobramentos do movimento do apostolado leigo. Aparece como uma das frentes de mobilização para a formação doutrinária e para um aprofundamento sobre os “problemas sociais” de militantes, especialmente femininas, do movimento católico, a partir de um contato direto com o ambiente operário. Está voltado para uma ação de soerguimento moral da família operária, atuando preferencialmente com mulheres e crianças. Através de uma ação individualizadora entre as “massas atomizadas social e moralmente”, busca estabelecer um contraponto às influências anarcossindicalistas no proletariado urbano.(IAMAMOTO, 2013, p.22)

Assim, a profissão é vista pelos militantes dos movimentos católicos como uma alternativa profissionalizante às atividades que eram desenvolvidas naquele momento dentro da Igreja. A profissão não era meramente uma forma de exercer caridade, mas também obtinha um caráter de intervenção ideológica preventiva nas famílias trabalhadoras através da atividade assistencial. Ainda neste momento, a atuação era totalmente moralizadora com tratamento de cunho doutrinário. Ou seja, ao se tornar uma alternativa, muitos militantes da Ação Católica se aproximam do Serviço Social - tornando-se profissionais -, assim como, muitos assistentes sociais possuem como primeira experiência de construção coletiva a militância na Ação Católica.

“Entro na Ação Católica, movimento criado pela Igreja Católica, com uma grande visão social. Descubro o Serviço Social, uma nova profissão, por meio do reitor do Seminário de João Pessoa, assistente da Ação Católica. Opto pela profissão, para desencanto da família e dos professores, por ter escolhido “uma profissão menor, trabalhando numa coisa que ninguém sabe o que é!”. (Depoimento Iza Guerra Labelle (CFESS,2017, p. 39)

Para as assistentes sociais Maria Josefina Becker e Mariléia Porfírio respectivamente, a inserção na profissão se efetivou também por meio da Ação Católica:

Em 1960, ao concluir o Curso Normal, estava me preparando para o vestibular de Letras ou Direito, de acordo com as expectativas familiares e sociais da época. Foi então que, participando da Ação Católica (JEC - Juventude Estudantil Católica), comecei a pensar em algo mais comprometido com a “questão social”, em fazer coisas que ajudassem os mais pobres. Assim surgiu o Serviço Social na minha vida. Não antes de "provar" para a família que era, sim, um curso superior, depois de ir até a PUCRS e verificar que havia uma faculdade com este nome... Tranquilizados meus pais sobre a natureza universitária do curso e passado o vestibular, comecei a não apenas assistir aulas, mas a participar da Juventude Universitária Católica, ramo universitário da Ação Católica, do Centro Acadêmico e de todas as atividades de militância política e social que a Universidade e as entidades estudantis ofereciam. Graças à JUC, eu tinha contato com estudantes de outros cursos, tanto da PUC, como da Universidade Federal do RS. Depoimento de Maria Josefina Becker (CLOSS, SCHEFFER, MIZOGUCHI, ZACARIAS, 2021, p.80)

[...] eu comecei a entender que só dar o pão, só dar a roupa, isso não adiantava, e o Serviço Social apareceu para mim como sendo uma possibilidade técnica de sair dessa realidade, a ilusão que através do curso que isso poderia ser modificado de qualquer forma. Então, eu vou fazer o curso de Serviço Social. No curso, eu rapidamente percebo que a realidade não se mudava através da profissão e através da mera vontade das pessoas, que a situação era muito maior, que era uma questão estrutural. (PORFÍRIO, 2014 apud MIZOGUCHI, 2023, p.72)

Diversas instituições sociais surgem nesse momento para contribuir com o objetivo da primeira fase do movimento de reação católica que era de divulgação do pensamento social da Igreja e da formação das bases organizacionais e doutrinárias do apostolado laico. Essas instituições como: Associação das senhoras brasileiras (1920) e a Liga das senhoras católicas (1923) contarão com a participação de assistentes sociais.

A importância dessas instituições e obras, e de sua centralização, a partir da cúpula da hierarquia, não pode ser subestimada na análise da gênese do serviço social no Brasil. Se sua ação concreta é extremamente limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da ação social e o surgimento das primeiras escolas de serviço social.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1984, p. 177)

Iamamoto; Carvalho (1984) ainda apontam:

O elemento humano e a base organizacional que viabilizaram o surgimento do serviço social se constitui a partir da mescla entre as antigas Obras sociais – que se diferenciavam criticamente da caridade tradicional – e os novos movimentos de apostolado social, especialmente aqueles destinados a intervir junto ao proletariado, ambos englobados dentro da estrutura do movimento laico, impulsionado e controlado pela hierarquia. (IAMAMOTO;CARVALHO, 1984, p. 178)

Portanto, o surgimento do Serviço Social não pode ser analisado de forma isolada e está totalmente atrelado às mudanças e transformações da sociedade brasileira. A profissão surge no seio do bloco católico e se desenvolve no momento em que a Igreja necessita se reorganizar para recuperar seus privilégios. O Serviço Social surge como um departamento especializado da ação social e da ação católica, a instituição manterá durante um longo período um monopólio sobre as ações e formação dos profissionais. Os primeiros núcleos que se formam da profissão em São Paulo e no Rio são diretamente influenciados pelo modelo europeu e marcados por uma ausência de base teórica, pelo autoritarismo, doutrinário e paternalismo.

É possível considerar também que devido ao fato de a profissão ser constituída majoritariamente por mulheres de famílias ricas reunidas a partir de seu relacionamento e militância no meio católico que o modo de ver o mundo e agir será marcado por uma cultura elitista das classes dominantes.

Assim as práticas sociais desenvolvidas pelos assistentes sociais se orientarão por uma lógica particular. Ao pretender sobre a “questão social”, negarão as transformações econômicas e sociais, isto é, a ação sobre as causas materiais da “questão social”, para atuar sobre os efeitos. No entanto essa lógica será particular também no sentido inverso. Os efeitos não conduzem a agir sobre as causas, mas sobre as percepções. A ação educativa, de levantamento moral do proletariado, a que se propõe o Serviço Social, aparece claramente como uma ação ideológica de ajustamento às relações sociais vigentes. Negadas as bases materiais da situação social considerada patológica, restará ao Serviço Social procurar modificar as representações que o proletariado faz de sua própria situação, leva-lo a aderir à ordem social considerada essencialmente justa, malgrado alguns excessos. A formação religiosa do assistente social, a experiência pessoal subjetiva de a salvação como resolução dos problemas existenciais aparecerem como elemento dinâmico do apostolado doutrinário. A ação ideológica de ajustamento das relações sociais vigentes é encoberta e englobada num projeto de recristianização, de formação moral e religiosa da população cliente.” (IAMAMOTO;CARVALHO,1984,p. 245)

Outra importante instituição que vai moldar a profissão na sua gênese será o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) de 1932, considerado como

manifestação original do Serviço Social no Brasil. Os principais objetivos do centro são: “promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais”, visando “tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais” e “adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social” (IAMAMOTO, 2013, p. 179)

O CEAS constitui-se de dois grupos: o da ação católica e o da ação social. Desses dois grupos saíram jovens para o curso de Serviço Social, que iam em busca de conhecimentos e técnicas, na tentativa de uma ação mais eficaz diante dos problemas sociais a serem enfrentados. A ajuda assistencial e moral que se vinha dando aos problemas do operário, tais como salário, habitação e saúde, era insuficiente. Como lutar por uma justiça social, ignorando as legislações trabalhistas? Como combater o comunismo e o socialismo sem o conhecimento de seus princípios e técnicas de ação? As primeiras escolas de serviço social em São Paulo e no Rio originaram-se de movimentos de ação social da Igreja. Entretanto, esses movimentos tinham uma estreita ligação com a Ação Católica.” (IAMAMOTO;CARVALHO, 1984,p. 186)

Nota-se que juntamente às transformações políticas, sociais e econômicas do período da década de 1930, a Igreja enxerga a necessidade de atualizar e repensar as práticas de ação social, buscando um sentido novo que busca intervir diretamente junto ao proletariado para afastá-lo de influências subversivas. Portanto, a atividade do CEAS se orientará para a formação técnica especializada de quadros para a ação social e difusão da doutrina social da Igreja. De acordo com Iamamoto; Carvalho (1984), ainda em 1932 duas das fundadoras do centro viajam para Europa para estudar a organização e ensino do Serviço Social. Em 1936, a partir da intensificação das atividades desenvolvidas, foi fundada a Escola de Serviço Social de São Paulo - a primeira a existir no Brasil. É importante ressaltar que não pode ser considerada a fundação dessa escola como iniciativa exclusiva do movimento católico laico, pois já existia uma demanda a partir do Estado, que se assimila a formação doutrinária própria do apostolado social.

A partir desse momento nota-se que, paralelamente à demanda inicial por quadros habilitados por essa formação técnica especializada, originada da própria ação social católica, começa a aparecer outro tipo de demanda, partindo de determinadas instituições estatais.” (IAMAMOTO;CARVALHO,1984,p. 184)

Com isso, vai se abrindo e delimitando diferentes áreas de atuação para essas mulheres. A própria escola passará por rápidos processos de adequação para

abarcam essa formação técnica especializada. Essa formação vai se desenvolver em iniciativas variadas dependendo do Estado e sua conjuntura local. Os trabalhos se desenvolveram a partir de uma cooperação entre o Estado e a Igreja.

A necessidade de formação técnica especializada para a prática da assistência é vista não apenas como uma necessidade particular do movimento católico. Tem-se presente essa necessidade, enquanto necessidade social que não apenas envolve o aparato religioso, mas também o Estado e o empresariado. A visão da possibilidade de profissionalização do apostolado social é dada de forma sutil, na medida em que se encarece a necessidade de colaboradores para as obras particulares e se prevê a demanda de pessoal permanente para as instituições oficiais e patronais, reconhecendo nessas duas instâncias as únicas socialmente habilitadas a possibilitar esse empreendimento. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1984, p. 195)

Iamamoto; Carvalho (1984) abordam como se desenvolveu gradualmente o surgimento e amadurecimento de outras escolas de Serviço Social no Brasil através de cursos, intensivos e seminários, visto que, a demanda durante o período excedeu o número de profissionais existentes. Apesar da quantidade de profissionais, os campos de ação e as práticas dos primeiros assistentes sociais eram bastante limitadas. A autora enfatiza:

Não se pode concluir, daí, uma “democratização” da profissão, mas sim um alargamento da base de recrutamento, que deixa de ser um privilégio das classes dominantes e “classe média alta”, para abarcar crescentemente parcelas da pequena burguesia urbana” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1984, p. 198)

De acordo com o levantamento realizado por Iamamoto (2013):

as atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais serão bastante restritas, em função do raio limitado de atuação dos órgãos públicos de Serviço Social, como da incapacidade das instituições particulares de assistência em se constituírem em base que tornasse viável a política de encaminhamentos, elemento essencial do Serviço Social de casos individuais naquele momento.” (IAMAMOTO, 2013, p. 200)

Ainda aponta:

A atuação prática desenvolvida pelos primeiros assistentes sociais estará, assim, voltada essencialmente para a organização da assistência, para a educação popular, e para a pesquisa social. Seu público preferencial – e quase exclusivo – se constituirá de famílias operárias, especialmente as mulheres e crianças. As visitas domiciliares, os encaminhamentos – de muito pequeno efeito prático, devido à carência de obras que sustentassem semelhante técnica – a distribuição de auxílios materiais e a formação moral e doméstica através de círculos e cursos, serão as atividades mais frequentes desenvolvidas pelos primeiros assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2013, p. 208)

Todas essas atividades e atuações são influenciadas diretamente pela Ação Social, já que é a mesma que proporciona na gênese da profissão e ainda alguns anos depois os postulados doutrinários, os cursos, congressos que darão suporte a profissão. Com isso, o Serviço Social acaba adquirindo as conotações ideológicas da instituição com um discurso totalmente doutrinário, apologético e conservador.

As ações especializadas da Ação Católica foram terrenos de atuação direta de diversos profissionais e estudantes de Serviço Social e tiveram papel imprescindível na formação política daqueles sujeitos principalmente com a entrada no meio universitário.

Como exposto, já em 1950, com a existência da Juventude Universitária Católica, os militantes começam a impregnar o meio universitário e estabelecem contato e proximidade com as experiências de organizações populares, com o movimento estudantil e com o marxismo. Com o tempo de convivência universitária, os jovens passaram a questionar os aspectos dominantes da Igreja, influenciados pela discussão teórica no interior da própria Igreja, em particular pelas obras de Jacques Maritain³⁹, Emmanuel Mounier e Alceu Amoroso Lima, considerados importantes lideranças católicas que foram fundamentais para a formação de um novo Serviço Social. Um fato interessante é que o católico Alceu além de professor, foi diretor-fundador da segunda escola de Serviço Social do país.

As ideias de Maritain eram estudadas nas escolas de Serviço Social. Vários elementos nos levam a acreditar, no entanto, que essas idéias estejam entre as fontes que levam à superação do conservadorismo no Serviço Social, inspirado pela ala feminina pouco afeita aos questionamentos da esquerda católica francesa. [...] No entanto, enquanto ele evoluiu em sua concepção ideológica, o Serviço Social se mantém fiel à democracia cristã, conciliando essa com as teorias psicossociais e não com as fontes socialistas da teologia da libertação, na qual culminará o pensamento consequente dele. Em síntese, somente as novas gerações de assistentes sociais, cristãos, muito influenciados pelo engajamento da JUC, serão inspirados pelo socialismo da mesma forma que Alceu. (PINHEIRO, 2011, p.39)

É inegável a contribuição desses autores à superação do Serviço Social tradicional e, também, para a formação do pólo mais "à esquerda" da JUC que, posteriormente, contribuiria para a construção da Ação Popular. Pinheiro (2011, p.46) ainda discorre sobre a relevância dos católicos progressistas:

³⁹Até os anos de 1970, os dirigentes das escolas de Serviço Social se mantiveram fiéis ao pensamento de Maritain, enquanto a nova geração, sensibilizada pelas contradições sociais, torna-se apta a questionar o pensamento profissional reformista.

É importante, não apenas pela falta de canais de expressão às ideias de oposição no Brasil. Eles trazem uma reflexão aprofundada, ideologicamente clara, centrada sobre a realidade latino-americana, oportuna aos assistentes sociais brasileiros. Esses vivem diante de uma estrutura tecnocrática autoritária, que por meio do terror molda as ações do Estado e, conseqüentemente, dos profissionais mais criativos. Os autores ultrapassam a esfera específica do Serviço Social, cuja burocratização e corporativismo são alimentados por um discurso vocacional de fundo reformista-cristão. Para eles, um novo serviço social deve emergir de valores opostos à ética capitalista, que estimula a exploração do homem pelo homem e em cujas bases se edifica uma sociedade de indivíduos, sem nenhum compromisso com a comunidade. A profissão deve ser uma vocação para as mudanças, sem deixar-se levar pela estrutura institucional domesticadora. A inspiração vem da cultura católica pós-conciliar, sobretudo do pensamento de Mounier e de Lebrez, embora não se restrinja a estas fontes.” (PINHEIRO, 2011, p.46)

O pólo mais crítico da JUC – que se consolida efetivamente a partir de 1960 – é que coloca em xeque o conservadorismo da Igreja e contribui lançando bases ideopolíticas de mudanças no Serviço Social. De acordo com Closs, Scheffer, Zacarias, Mizoguchi (2021), é pela via do pensamento da esquerda católica, baseando-se nas correntes teóricas francesas progressistas, que a partir da militância na AP e em práticas de cultura e educação popular que se impulsionaram as leituras marxistas dentro da profissão a partir dos anos de 1960.

Silva (1991, p.89) realizou uma pesquisa com vinte e três assistentes sociais e dentre as conclusões que a autora mostrou ser bastante evidente pela fala dos entrevistados é que: “Os giros na imagem do Serviço Social junto aos segmentos católicos coincidem temporalmente com alterações havidas no interior da Igreja, ou melhor dizendo, com novas percepções de determinados segmentos da Igreja quanto ao papel e missão do cristão no mundo.”

O processo de secularização da sociedade infere diretamente em mudanças no interior da Igreja Católica incorporando de forma tensa, ideias de inspiração socialista. Conseqüentemente, como mencionado acima, esses processos de mudanças rebatem diretamente na profissão. “Observa-se a partir dos anos de 1960 um rompimento da hegemonia da Igreja sobre a formação em Serviço Social, gerando tendências renovadoras, dentre as quais a mais radical em defesa intransigente dos interesses sociais, encontrando nos movimentos de juventude católica uma das fontes de contestação do conservadorismo, assim como o encontro com as ideais socialistas.” (PINHEIRO, 2011, p.17)

Consideramos que o Serviço Social realizou uma passagem dialética entre as fases que foi dominado pela religião e sua conquista de autonomia num contexto de secularização da sociedade brasileira. Tal passagem não ocorreu de forma independente da religião, uma vez que os novos sujeitos do serviço social se alimentaram de uma nova consciência cristã – segundo a qual fé e engajamento são vividos como um processo intermitente – contestando seu anacronismo e começando a pensar em alternativas. Muitos dos profissionais que participaram desse processo superaram certamente suas convicções originais. No entanto, esse novo tipo de consciência cristã, marcado pelo movimento que Lowy denominou de “cristianismo da libertação”, continuou a alimentar a prática de um grupo significativo de estudantes, profissionais e professores no Serviço Social até os anos 1980. (PINHEIRO, 2011, p.12)

Expressando essas tendências em curso, o congresso de 10 anos da JUC, realizado em 1960, como exposto, aprova as “Diretrizes mínimas para o ideal histórico do povo brasileiro”. De acordo com as autoras Closs, Scheffer, Zacarias e Mizoguchi (2021) essas diretrizes são consideradas como um documento pioneiro do cristianismo de libertação da América Latina. Porém, o setor mais à esquerda da JUC, considerando sua experiência e atuação política no movimento estudantil, realiza críticas à concepção de ideal histórico de Maritain como ultrapassada para a conjuntura vivenciada naquele período. Como explicitado, neste momento, a JUC está engajada, via UNE, nas mobilizações em defesa da posse de João Goulart. Estas mobilizações de 1961 são significativas e contam com a participação desses estudantes principalmente via as organizações católicas contribuindo para a politização dos seus militantes. As principais pautas daquele momento eram pela defesa das reformas de base, reforma educacional e universitária.

No curso das mobilizações de 1961, começa a se gestar a ruptura com a JUC, processo impulsionado pela aliança estabelecida com o PCB para a formação de chapa à UNE, culminando em desligamento de membros que constituíram o chamado “grupão”, organização transitória da JUC para AP (LIMA, ARANTES, 1984). As ações políticas desenvolvidas pelos militantes da JUC passaram a esbarrar nos limites da hierarquia da Igreja, o que impulsiona a criação da AP, levando consigo vários membros da JUC, como ressalta o depoimento da assistente social Labelle: “A relação militante da Ação Católica, sobretudo os universitários militantes nos movimentos operários e camponeses, se deteriora, as divergências se acentuam, tornando-se impossível, para parte da JUC, continuar integrada à hierarquia da Igreja.” (CFESS, 2017, p.41)

Nesta conjuntura de efervescência social que alguns segmentos da categoria profissional - principalmente aqueles ligados à esquerda católica - começam a repensar a função da profissão. No final dos anos de 1950, o Serviço Social atuava nos processos de abordagem individual, grupal e de comunidade mais

intensamente. É em sintonia com este universo de organizações do período 1961-1964 (movimentos populares, sindicatos, partidos, esquerda católica) e com as mobilizações em prol das reformas de base que se gesta na profissão uma perspectiva crítica que constitui a base para a crise do Serviço Social tradicional⁴⁰.

No decorrer da década de 1960, a profissão sofrerá as mais acentuadas transformações, “modernizando-se” tanto o agente quanto o corpo teórico, métodos e técnicas a serem utilizadas. Juntamente da industrialização pesada, o mercado de trabalho dos assistentes sociais sofre uma grande expansão, porém, ainda em um processo de consolidação que vai somente se efetivar e nacionalizar sobre o Estado autocrático. A ideologia desenvolvimentista terá papel fundamental na demanda desses profissionais que no início se mantiveram alheios a esse processo.

Os assistentes sociais se propõem a aceitarem o desafio de sua participação no novo projeto desenvolvimentista, exigem posições e funções, e avaliam as formas para preparar-se para desempenhá-las a contento. Propõe-se através do DOC e DC, a contribuir para o processo de mudança exigido pelo desenvolvimento”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1984, p.372)

Essa nova inserção e demanda profissional colocou para a profissão um novo padrão de exigências para o seu desempenho profissional, uma postura mais “moderna” para sua atuação. O efeito dessas exigências acabou se tornando um vetor da erosão do Serviço Social tradicional, pois os traços tradicionais são substituídos por procedimentos “racionais”.

Noutras palavras, as experiências sentidas e vividas nas comunidades, sobretudo a práxis coletiva das massas e sua auto-organização popular, passam a tencionar - junto com as estruturas de poder da sociedade, os próprios segmentos da categoria profissional que tinham vínculos (mesmo que a princípio puramente institucional) com as “ações comunitárias” dos processos de educação popular. (MORAIS, 2014, p. 54)

O início dos anos de 1960, portanto, é marcado por um visível desprestígio do Serviço Social tradicional que vai se efetivar mais a frente durante a autocracia burguesa. A primeira materialização desta crise se dá na prática dos profissionais

⁴⁰Netto (2015) aponta elementos que propiciam essa crise, como: a inserção dos profissionais em equipes multiprofissionais propiciados pela ideologia desenvolvimentista; o contato com as ciências sociais; a influência da esquerda católica na militância estudantil das escolas de Serviço Social principalmente via JUC e AP. A interação com as disciplinas de ciências sociais contribuiu para oferecer no plano intelectual um contrapeso à subalternidade profissional que envolveu a profissão historicamente, contribuiu também para um questionamento das discussões teóricas, uma validação teórica desconhecida anteriormente, uma reflexão mais profunda da profissão como um todo. Ou seja, a própria profissão se coloca como objeto de pesquisa e este fator impulsiona uma discussão teórica interna, um maior nível de problematização nos espaços da categoria.

vinculados ao Desenvolvimento de Comunidade que, influenciados pela esquerda católica, se inseriram no MEB e assim desenvolveram o DC. A práxis coletiva e a politização dos setores médios que se formou durante aqueles anos, atingiu não só os trabalhadores como também os estudantes e intelectuais levando a profissão questionar o estado atual.

O que permitiu os assistentes sociais se aproximarem destas experiências (a ponto de se posicionarem criticamente junto às massas) foi o contato destes com a vida comunitária dos camponeses e operários, proporcionado pelas técnicas de Desenvolvimento de Comunidade (DC). (MORAIS, 2014, p.52)

E ainda, movida pela já mencionada conjuntura em curso, os profissionais dividem opiniões em três diferentes vertentes sobre a principal atividade de intervenção desenvolvida naquele momento, que era através do desenvolvimento de comunidade (DC).

E aqui, rebatendo mediatamente o processo sociopolítico em curso e as suas tensões, divisavam-se três vertentes profissionais – uma corrente que extrapola para o desenvolvimento de comunidade os procedimentos e as representações “tradicionais”, apenas alterando o âmbito da sua intervenção; outra, que pensa o Desenvolvimento de Comunidade numa perspectiva macrossocietária, supondo mudanças socioeconômicas estruturais, mas sempre no bojo do ordenamento capitalista; e, enfim, uma vertente que pensa o Desenvolvimento de comunidade como instrumento de um processo de transformação social substantiva, conectado à libertação social das classes e camadas subalternas. (NETTO, 2015, p. 184)

É também nos anos de 1960, que as ideias de Paulo Freire se alastram na juventude universitária católica e a partir desse contato chega aos estudantes de Serviço Social da época. O pensamento freiriano influenciou os estudantes de Serviço Social na sua compreensão da profissão e na sua atuação política. Algumas frentes de educação popular contaram com essa interlocução: o Movimento de Cultura Popular (MPC), a Campanha de Educação Popular da Paraíba, a Campanha de Alfabetização da UNE e o Movimento Popular de Alfabetização da UNE.

Portanto, é notável que as mudanças no Serviço Social são introduzidas pela conjuntura histórica e reforçada pela cultura de inspiração socialista-cristã que emerge principalmente nos trabalhos desenvolvidos na periferia pela Igreja e pelas organizações políticas que alteram suas práticas junto aos movimentos populares.

Com o golpe civil-militar de 1964, há um avanço do cenário conservador na sociedade brasileira, como já vimos anteriormente, influenciando a retomada do

pensamento oficial da Igreja o que afetou diretamente as atividades exercidas pelos movimentos populares, sociais e partidos.

A Ditadura Militar modificou substantivamente o cenário em que ele vinha se desenrolando, com a neutralização dos protagonistas sociopolíticos comprometidos com a democratização da sociedade e do Estado, e, assim, cortou-lhes os efetivos suportes que poderiam dar um encaminhamento crítico e progressista ao Serviço Social “tradicional”. Neste sentido, [...] as vertentes que, no “processo” do Desenvolvimento de Comunidade, revelaram-se compatíveis com os limites da autocracia burguesa encontrariam um campo aberto para o seu florescimento. (NETTO, 2015, p.141)

É o caso da Ação Popular que teve diversas atividades desmobilizadas e desativadas juntamente aos territórios comunitários que contou com a participação de assistentes sociais, como o caso do MEB, DC e o sindicalismo rural. O MEB, passou a se caracterizar como um movimento evangelizador com propostas de alfabetização e catequese regredindo dos avanços que havia sido conquistado no que diz respeito às suas práticas e o DC foi diretamente ainda mais influenciado pela ideologia burguesa retornando a práticas funcionalistas e ortodoxas da sua criação no período dos anos 50.

Nessa conjuntura, os programas de DC são assumidos como propulsores e aceleradores do desenvolvimento, isto é, como elo integrador entre as populações e os programas governamentais. Tendo em vista legitimar e implementar os programas oficiais, constituem-se em mecanismos capazes de ensejar rendimento aos recursos do governo, através da utilização gratuita da força de trabalho local, sob a justificativa da necessidade de participação popular. (SILVA, 2011, p. 52)

Porém, houve o esforço de alguns profissionais na defesa do projeto desenvolvido no período anterior ao golpe, que pensavam o DC como um forte instrumento de transformação social.

Este último grupo, pequeno em expressão mas com vínculos orgânicos nas comunidades, experimentou a prática social daquela vida comunitária, na qual pensar e agir sobre o cotidiano eram resultados do desenvolvimento espontâneo dos próprios recursos sociais e potencialidades dos homens e mulheres organizados nos seus territórios. Ao mesmo tempo, construir formas de cooperação na comunidade era, especialmente, experimentar o poder social que a população comunitária articulava, utilizando recursos sociais existentes, instituídos ou não através do Estado, mas, sempre, com o foco nos interesses coletivos já elaborados. (MORAIS, 2014, p.60).

A perspectiva crítica que ganhou repercussão no Serviço Social nos anos de 1980, como veremos mais adiante, tem suas raízes a partir do contato dos assistentes sociais com estas experiências de mobilização e organização popular durante o processo do pré-golpe de 1964.

A consciência gerada no período anterior deixa suas marcas nos anos pós-64, porquanto inúmeros intelectuais daquele período continuam a inspirar o Desenvolvimento de Comunidade e a buscar um reequacionamento de sua prática no Brasil. Assim é que, em várias produções vinculadas àquela disciplina, pode-se surpreender nas entrelinhas o choque de concepções antagônicas ou pelo menos nitidamente diferenciadas. (SILVA, 2011, p. 144)

A autora ainda contribui:

Desde 1963, a partir do I Encontro de Escolas de Serviço Social do Nordeste, vinha a Sudene promovendo reuniões com assistentes sociais e com eles estudando a problemática do Desenvolvimento de Comunidade. (SILVA, 2011, p.145)

No período do golpe militar, o Serviço Social passou por mudanças significativas para o seu desenvolvimento. Altera-se as demandas, a sua inserção organizacional/institucional, a formação, o seu referencial teórico -cultural e ideológico. É também durante este processo, que o Serviço Social ingressa na universidade pois havia a necessidade de formar estes profissionais para as exigências já colocadas no pré-golpe como também as novas impostas pelo regime ditatorial. Essa inserção causou impactos, como: interação das preocupações técnico-operativas com as disciplinas vinculadas às ciências sociais; a aproximação com diferentes debates e organizações políticas estudantis. Netto (2015) enfatiza:

“Mesmo que aquela inserção tenha se realizado no âmbito de uma universidade domesticada, suas resultantes conformaram espaços de reflexão que foram ocupados e utilizados para gerar uma massa crítica (cuja qualidade e pertinência não podem deixar de ser problematizados) que forneceu o patamar para o erguimento de estritas preocupações intelectuais para os assistentes sociais: pela primeira vez, institucionalmente, criavam-se condições para o surgimento de um padrão acadêmico (ainda que o possível na universidade da ditadura) para exercitar a elaboração profissional, constituindo-se vanguardas sem o compromisso imediato com tarefas pragmáticas.” (NETTO, 2015, p. 170)

O impacto da inserção na universidade é contraditório, pois apesar de apresentar pontos positivos como sinalizado acima, também propiciou rebatimentos negativos. De acordo com Netto (2015), a formação profissional viu-se penetrada pelas exigências e condicionalismos decorrentes quer da refuncionalização global da universidade pelo regime autocrático burguês, quer da sua própria “pureza” acadêmica. Os aspectos ideológicos do ciclo ditatorial rebateram com imensa força sobre a formação dos assistentes sociais e colocaram para a prática do Serviço Social, num primeiro momento, uma tendência modernizadora buscando um avanço técnico da ação profissional.

Nessa perspectiva, a formação profissional do assistente social passa a ser pautada pela busca da eficiência e da modernização da profissão, sendo que o planejamento, a coordenação e a administração passam a desempenhar papel fundamental, aliado ao esforço de capacitação profissional para uma atuação em nível macro e para participação em equipes interprofissionais. (SILVA, 2011, p. 54)

A autocracia burguesa possui conexão direta com a renovação do Serviço Social brasileiro⁴¹. De acordo com Netto (2015, p. 172):

A renovação é o conjunto de características novas que, no marco das constrictões da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e da validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais.

Importante assimilar que essas implicações não se deram de forma rápida, foi um processo gradual e contraditório, que acompanhou um conjunto de circunstâncias do quadro anterior mesclando componentes, rompendo com outros e criando novos. Ou seja, é um processo complexo influenciado pelo cenário sociopolítico mencionado do quadro anterior e principalmente pela atuação dos assistentes sociais na abordagem comunitária no DC. Sinalizada a crise do Serviço Social tradicional, Netto (2015) nota que a reflexão profissional se desenvolveu de formas diferentes em três direções principais constitutivas do processo de renovação: a perspectiva modernizadora⁴², a reatualização do conservadorismo⁴³ e a intenção de ruptura⁴⁴. Acerca deste processo do movimento de renovação, não podemos perder de vista ao realizar sua análise, que os processos de continuidade e ruptura entre as linhas de desenvolvimento, as vertentes de renovação disputaram

⁴¹ A erosão do Serviço Social tradicional na América Latina veio à tona a partir de 1965 e foi denominado de Movimento de Reconceituação. Dois traços pertinentes do movimento são apontados por Netto (2015), sendo eles: a primeira vez de forma aberta a profissão vai socorrer-se da tradição marxista mesmo que de forma enviesada principalmente através de Althusser, Mao e Paulo Freire criando bases para pensar a profissão sob a lente de correntes marxistas; e a necessidade de uma nova relação internacional entre os profissionais com o intuito de fundar uma unidade profissional das problemáticas comuns da América Latina. A evolução do Movimento de Reconceituação se exaure por volta de 1975.

⁴² Possui seu auge na segunda metade da década de 1960 e possui como principal característica a captura do tradicional sob novas bases mais modernas. É considerada a vertente de expressão da renovação adequada à autocracia burguesa que buscava por um profissional dinamizador, integrador e interventor no processo de desenvolvimento capitalista dando continuidade ao acúmulo desenvolvido na transição dos anos de 1950 para 1960. Sua hegemonia é posta em questão desde 1970, juntamente, com a crise da autocracia burguesa. Tanto os profissionais mais críticos quanto os próprios profissionais agarrados às tradições colocadas por essa vertente começam a apontar críticas e reflexões.

⁴³ Se desenvolve desde meados dos anos de 1970, tendo como característica reatualizar as bases conservadoras sobre novos moldes através de matrizes culturais mais sofisticadas.

⁴⁴ Sobre esta vertente será desenvolvido com maior aprofundamento no item 2.2.

espaços entre si e foram gradualmente perdendo ressonância dentro da profissão enquanto outra ressoava.

De acordo com Silva(2011), o marxismo começa a ser estudado no Serviço Social a partir de 1973 no curso de mestrado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

No curso dos anos 1980 o serviço social viveu uma fase de grandes mudanças, por um lado como sequência de um processo iniciado no final da década anterior – de avanço da perspectiva renovadora por meio de uma mobilização promovida pelo movimento de reconceituação latino-americano. Esse movimento passa a ser liderado no Brasil em novas condições e de forma um pouco isolada, devido a dois fatores antagônicos e conjunturais: a particularidade da repressão neste país, expandindo o sistema público universitário e necessariamente, promovendo o debate acadêmico, onde as forças progressistas terão importante espaço; e por outro lado, a democratização da sociedade e a mobilização para as eleições diretas, assim como, para a aprovação de uma nova constituição republicana, que foi outro determinante importante das mudanças no serviço social. Ambos os fatores sofrem a influência de um período de efervescência política, produzida pela formação de novas organizações populares, partidos e movimento sindical. Participam desse processo, de forma muito próxima, os cristãos – por meio de um dos raros movimentos que cresceram durante a ditadura, as CEBs – e a categoria de assistentes sociais.” (SILVA, 2011, p. 62)

É possível evidenciar, como a profissão se beneficiou dos avanços que se desdobraram no interior da Igreja Católica, como podemos anteriormente destacar. É importante afirmar que esta relação não foi o único fator que aproximou o Serviço Social da tradição marxista e das organizações populares, porém, foi de extrema importância para a construção em direção de uma autonomia intelectual, ética e política que se efetivará hegemonicamente somente na década de 1990 e que tem como raiz para essa discussão a vertente de intenção de ruptura. Dessa forma, no item a seguir buscaremos apresentar essa vertente e a influência da esquerda católica para o seu desenvolvimento no interior do Serviço Social.

2.2 A influência da esquerda católica e da Ação Popular para a vertente de intenção de ruptura

No decorrer do item anterior, sinalizamos a emergência do processo de renovação do Serviço Social Brasileiro que, de acordo com Netto (2015), se desenvolveu através de três vertentes. Neste item, buscaremos elucidar reflexões acerca da vertente de intenção de ruptura, buscando, apontar o papel de influência da esquerda católica e da própria AP para o seu desenvolvimento no interior da

profissão, visto que, é essa vertente que colocará em xeque o tradicionalismo do Serviço Social dando subsídios para a construção da perspectiva crítica.

Foi possível apontar no desenvolvimento do item anterior, os elos que foram de extrema importância proporcionados pela esquerda católica no primeiro momento, principalmente via JUC desde do final dos anos 50 para a formação de estudantes e profissionais do Serviço Social se questionarem sobre os métodos e teorias utilizados. É notável que esse “despertar” se deu de forma gradual e influenciado, principalmente, pela conjuntura histórica/política, pelas atividades desenvolvidas coletivamente através do movimento estudantil, do MEB, do DC, etc.

Nesse contexto é fortalecida uma “esquerda cristã” que passa a influenciar contingentes maiores de Assistentes Sociais, seja pela sua convivência no interior do “bloco católico”, seja por meio das escolas e do movimento estudantil. Por paradoxal que possa parecer, o rompimento de parcela do meio profissional com a tradição conservadora da instituição partirá, essencialmente, do interior do próprio movimento católico. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1984, p. 381).

É o amadurecimento político e teórico destes segmentos estudantis e de segmentos profissionais que irá fomentar o desenvolvimento e consolidação da perspectiva de intenção de ruptura. Essa vertente se expande na primeira metade dos anos de 1970, porém, ela não se funda do nada. Desde a virada dos anos de 1950 já era notável – como foi apontado neste trabalho – reflexões de segmentos profissionais.

A influência positiva de núcleos e organizações políticas na entrada dos anos de 1960, capazes de incluir e vincular a profissão a projetos societários pertinentes à classe trabalhadora foram fundamentais para dar base à perspectiva de intenção de ruptura. Sobre estas bases sociopolíticas, Netto (2015):

Ora, as bases sociopolíticas da perspectiva da intenção de ruptura estavam contidas e postas na democratização e no movimento das classes exploradas e subalternas derrotadas em abril. Sociopolítica e historicamente, esta perspectiva é impensável sem o processo que se precipita entre 1961 e 1964 e é abortado em abril – no plano também profissional, é ali que ela encontra os seus suportes sociais. (...) Ou seja: esta perspectiva expressa geneticamente, no plano do Serviço Social, as tendências mais democráticas da sociedade brasileira próprias da década de 1960 – mediatamente, o processo de afirmação protagônica da classe operária e seus aliados; imediatamente, as lutas pela recuperação deste processo já sob a ditadura. São estas bases da perspectiva da intenção de ruptura que, em larguíssima medida, condicionam a sua emergência e o seu desenvolvimento durante o ciclo autocrático: das tendências profissionais renovadoras, ela será a que encontrará os maiores óbices para tomar forma. (NETTO, 2015, p.327)

A intenção de ruptura possuía como principal expressão a necessidade de a profissão romper com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador realizando uma crítica ao desempenho tradicional em todas as suas formas, recorrendo a tradição marxista pela primeira vez no universo da categoria. Na sua emergência, à tradição marxista aproxima-se do projeto de ruptura via militância política e pela esquerda católica, mesmo que neste primeiro momento haja uma apropriação do chamado marxismo vulgar. Em um segundo momento, se deu via marxismo acadêmico com a formação diretamente por meio dos clássicos.

No contexto da autocracia burguesa, a perspectiva de intenção de ruptura sofreu um silenciamento e apassivamento, já que se colocava em oposição ao plano teórico cultural, ao plano profissional e ao plano político defendido pela ditadura. Ao defender esse enfrentamento, colocava também em choque com a perspectiva modernizadora e com a reatualização do conservadorismo. Foi somente com a crise da autocracia burguesa e a reinserção da classe operária no cenário que a perspectiva pode transcender. Apesar disso, de acordo com Silva (2011):

Fica posto que, mesmo no período de maior repressão do regime militar, setores profissionais, embora minoritários, começam a atuar na contrarresposta ao encaminhamento hegemônico que transforma a profissão num mero instrumento da aceleração do desenvolvimento, percebido como um crescimento econômico concentrador e excludente. Isso significa que, mesmo cometendo o “equivoco” de se propor a abandonar o espaço institucional, por percebê-lo como instrumento mecânico de dominação, alguns setores da categoria profissional colocam a perspectiva de o Serviço Social aprofundar uma prática que se pauta pela busca de apoio aos interesses dos segmentos explorados que constituem a base de sua clientela, recolocando, necessariamente, a perspectiva de transformação social. Esse enfoque é retomado e aprofundado no período de “distensão-abertura” da ditadura militar (1974-1985). (SILVA, 2011, p.56)

Já foi aqui sinalizado, que apenas durante o golpe militar que o Serviço Social ingressou na Universidade. A inserção dos cursos de Serviço Social no circuito acadêmico foi avaliada por Netto (2015) como um dos vetores significativos que intervieram de forma decisiva no processo de renovação da profissão no Brasil e principalmente na vertente de intenção de ruptura pois nenhuma das outras vertentes se vincularam tão umbilicalmente à universidade como a da intenção de ruptura. Essa relação do processo de ruptura com a instituição acadêmica é considerada pelo autor como uma relação genética, já que a pesquisa intelectual dentro das universidades para a formulação de teorias e experiências de práticas

profissionais foi de extrema importância para esta perspectiva que negava o tradicionalismo e o conservadorismo.

Até o final dos anos 1970, a vertente de intenção de ruptura ainda teve pouca repercussão, exceto nas escolas de Juiz de Fora e Goiânia, de acordo com Netto (2015). A partir das diversas leituras, fica notável que as condições sociais e históricas para seu afloramento foram diversas, como: a crise da ditadura, a universidade, a aproximação da categoria com a massa de trabalhadores principalmente através da JUC por meio do DC e do MEB, da Ação Popular por meio da “integração na produção”, a participação ativa no movimento estudantil e a conjuntura política. A principal formulação teórica da perspectiva de intenção de ruptura foi desenvolvida na escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, o método BH.

A própria elaboração do Método BH, considerada como o primeiro tempo da “alternativa global ao tradicionalismo profissional” foi resultado das vivências políticas dos seus autores no movimento da JUC. Certamente, é improvável haver coincidência nos fatos: os assistentes sociais que criaram em 1972 e 1975 a experiência Belorizontina, uma expressão do movimento de Reconceituação no Brasil, foram praticamente os mesmos que nos anos 1964 e 1965 publicaram na revista Debates Sociais uma experiência de trabalho comunitário num bairro operário da capital mineira. (MORAIS, 2014, p.57)

A emergência desta perspectiva está contida no trabalho do grupo de docentes de Belo Horizonte da Universidade Católica de Minas Gerais, e sua emergência em Belo Horizonte não é acidental. A capital mineira foi centro de diversos movimentos políticos importantes com forte tradição estudantil e sindical, como vimos, e com isso se tornava “um topus adequado à expressão inicial do projeto profissional de ruptura” (NETTO, 2015, p. 262). A Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais era um forte núcleo de oposição ao regime autocrático, muito influenciado pela presença e movimentação política da esquerda católica. A entrada do Serviço Social na Universidade Católica se deu em 1954 vinculada às práticas de desenvolvimento e organização da comunidade que eram realizadas em conjunto e por meio das diretrizes da Igreja Católica.

A partir de 1961, a Escola busca sua modernização pelo influxo da interlocução com as ciências sociais e humanas no currículo pela renovação do quadro docente, mediante a preparação das alunas que se destacavam no ensino e nos estágios, conforme depoimentos recolhidos por Portella (1992). No entanto, a linha de força nesse processo advém, sobretudo, do movimento estudantil, com parcela de discentes dos quadros da JUC, da Ação Popular e da Polop que, além da politização dos processos

educacionais, trazia as experiências do trabalho de comunidade, educação e cultura popular. (BATISTONI, 2019, p, 544)

De acordo com Batistoni (2017) a experiência da escola mineira emergiu na primeira metade dos anos de 1970, logo após a institucionalização do AI-5 em um contexto de forte repressão e violência policial. Este fato contribuiu para que o projeto da Escola de Serviço Social não ganhasse tanta visibilidade e ressonância até o fim da década de 1970. Porém, a autora aponta que, mesmo com este fator, no meio acadêmico-profissional suas formulações ganharam ampla difusão. As primeiras iniciativas de elaboração do projeto foram formuladas pela equipe docente de assistentes sociais da Escola juntamente com profissionais de outras áreas que contribuíram para a inserção do debate no interior da categoria sobre teoria social crítica a partir de 1969.

Na equipe de docentes assistentes sociais destaca-se a presença de alguma experiência e contato com práticas do Serviço Social rural, de educação popular, vinculadas ao Movimento de Educação de Base, orientada pela pedagogia de Paulo Freire, e de práticas institucionais de desenvolvimento da comunidade. Como se conhece, essas práticas profissionais foram relevantes, tornando-se, desde o final dos anos de 1950, um dos vetores dos primeiros questionamentos às bases tradicionais do Serviço Social e apontando a possibilidade de vinculá-lo a projetos societários pertinentes aos interesses das classes trabalhadoras. (BATISTONI, 2017, p.142)

Destaca-se o protagonismo da assistente social Leila Lima dos Santos, ex-integrante da JUC e quadro da Ação Popular. Em depoimento para a Revista “Em Pauta” (2007) a assistente social relembra:

A Escola de Serviço Social de Belo Horizonte (PUC/MG) viveu um processo muito interessante nos anos 70 e contou com um grupo de qualificados e comprometidos professores tanto na área de Serviço Social como das Ciências Sociais, todos eles adeptos dos ventos “cambiantes” da reconceituação latino-americana. Muitos de nós, diretores e vários professores, estávamos inspirados nos postulados religiosos do Concílio Vaticano II, na Teologia da Libertação, nos princípios filosóficos da educação popular de Paulo Freire, nos processos críticos em voga nas ciências sociais naqueles momentos e nos propósitos de mudança da revolução cubana. Em geral, éramos simpatizantes da ideologia de esquerda e dos governos e iniciativas progressistas latino-americanos. Nossa proposta na Escola era romper com o esquema “tradicional” do Serviço Social, mudar os elementos teóricos da formação profissional, enriquecê-los com as Ciências Sociais e dar muita ênfase na busca de novos campos de trabalho e práticas profissionais que ampliassem os horizontes até então demarcados pela visão e prática tradicionais e assistencialistas da profissão. Depoimento Leila Lima dos Santos (2007, p.166)

Batistoni (2017) aponta que a proposta formulada efetivou-se tanto no âmbito da elaboração teórica, da reestruturação curricular da formação, quanto da

experimentação via projetos de extensão e campos de estágio. (BATISTONI, 2017, p.142). Em um contexto de universidade nos moldes colocados pelos acordos MEC-USAID, as mudanças colocadas foram se efetivando de forma gradual a partir da relativa autonomia que as unidades de ensino possuíam. Nota-se a importância da incorporação do ensino teórico-prático a partir da criação das “unidades de ensino e aprendizagem” que contavam com programas de estudo, investigação, pesquisa profissional que visavam um “contato com a realidade” a partir da orientação de uma equipe interdisciplinar, “resultando em possibilidade de avanços na relação entre formação teórica e exercício profissional como demonstram os relatórios das “equipes práticas”” (SANTOS 1985; QUIROGA, 1973 apud BATISTONI, 2017, p.143). Batistoni (2019) traz importantes apontamentos sobre a formulação do projeto de Belo Horizonte e a aproximação com a teoria crítica marxista via a atuação de discentes e docentes que tiveram protagonismo nas organizações da esquerda católica, como é o caso de Leila Lima que pela orientação e formação de Padre Vaz (dirigente da JUC em Minas Gerais) através do “humanismo cristão” se aproxima do marxismo. Este debate é marcado por um grande ecletismo teórico passando por Althusser, Mao Tse Tung, Adolfo Sanchez Vasquez, entre outros. Apesar dos equívocos teóricos que comprometeram o projeto naquele período, a importância teórica e ideológica do mesmo não pode ser desconsiderada pela profissão.

Quaisquer que sejam os progressos da investigação acerca do desenvolvimento do Serviço Social no Brasil a partir da década de 1960, a elaboração do grupo de Belo Horizonte permanecerá como um marco – e, cremos nós, sua importância histórica tenderá a crescer. Com equívocos maiores ou menores, aquele trabalho configurou a primeira elaboração cuidadosa, no país, sob a autocracia burguesa, de uma proposta profissional alternativa ao tradicionalismo preocupada em atender a critérios teóricos, metodológicos e interventivos capazes de aportar ao Serviço Social uma fundamentação orgânica e sistemática, articulada a partir de uma angulação que pretendia expressar os interesses históricos das classes e camadas exploradas e subalternas. É absolutamente impossível abstrair a elaboração belo-horizontina da fundação do projeto de ruptura no Brasil. (NETTO, 2015, p. 350)

Netto aponta:

Foi, sobretudo, pela resistência desses protagonistas (docentes, profissionais, estudantes) que os cortes na memória profissional recente operados pela ditadura não fizeram estragos mais profundos. Sem condições institucionais para a implementação do projeto da ruptura nos anos de 1970 – não é casual o caráter ímpar do trabalho da equipe de Belo

Horizonte -, foram eles que estabeleceram, no final da década, as bases para a retomada da crítica ao tradicionalismo; das formas as mais variadas, deram a esta retomada a ressonância que lhe coube no período da transição democrática; e tiveram um papel significativo quando se põem as circunstâncias para que a linha da ruptura transcenda os muros da academia e penetre a categoria profissional. (NETTO. 2015, p.344)

A partir do trabalho inicial e gradual elaborado no interior da Escola, é que foi possível a partir da década de 1980 retomar as discussões sob uma conjuntura de ampliação democrática e com maior acúmulo teórico daqueles profissionais.

A proposta reconceituadora da escola foi interrompida em 1975, em meio a uma crise interna, no processo contraditório de uma greve estudantil, gerando o pedido de demissão de todo corpo docente, acatado pelas instâncias superiores de UCMG, inclusive sua equipe formuladora e dirigente, inviabilizando sua continuidade naquele momento e espaço. Paradoxalmente, seu desfecho ocorreu no momento em que se abria a crise da ditadura militar e as primeiras manifestações abertas de resistência e oposição se enunciavam. O resgate do projeto da escola reapareceu para segmentos do Serviço Social brasileiro no final da década de 1970 e início da seguinte, sob novas bases sociais e políticas do país, com a reinserção do movimento das classes trabalhadoras na cena histórica. (BATISTONI, 2019, p.549)

O propósito deste item foi apresentar o debate sobre as mudanças introduzidas pela Igreja nas bases ideológicas da profissão - questão ainda pouco explorada na literatura profissional. No próximo item, buscaremos demonstrar em quais aspectos se deu essa mediação e quais foram seus desdobramentos nos planos teórico-metodológico e ético-político de segmentos estudantis e profissionais que dela participaram.

2.3 Relatos e Memórias: dando voz às assistentes sociais da AP

Neste, buscaremos apresentar depoimentos de assistentes sociais que militaram na JUC e, posteriormente na AP, que demonstram a importância da organização para a sua formação profissional. O intuito é validar a hipótese que buscamos debater durante esta dissertação, de que a esquerda católica brasileira - principalmente através da JUC e, posteriormente, da Ação Popular- lançou bases para a incorporação da tradição marxista no Serviço Social por meio dos segmentos profissionais que tiveram atuação dentro dessas organizações.

Para isto, é relevante aqui apontar a importância da história oral e da memória para que possamos voltar e estudar o passado a partir da perspectiva daqueles que o vivenciaram, e sirvam de inspiração e estudo para as assistentes

sociais formadas e também para as futuras profissionais possuírem a dimensão e o conhecimento dessa importante relação histórica para o Serviço Social crítico.

Ou seja, com base na valorização da memória profissional, evidenciam-se importantes vetores sócio-históricos e ideopolíticos que impulsionaram a profissão a buscar uma ruptura com as suas raízes conservadoras por meio de ações educativas e militância política comprometida com a “classe oprimida”. (CLOSS, SCHEFFER, MIZOGUCHI, ZACARIAS, 2021, p.73)

Nos diversos trabalhos que buscamos, os quais possuíam depoimentos de assistentes sociais e que tratavam sobre a temática, é possível notar que praticamente todas as entrevistadas participaram durante algum momento da sua trajetória de forma ativa ou até mesmo pontualmente da JUC e da Ação Popular. Aquelas que não foram de fato militantes da JUC e AP ainda assim tiveram participação política em outros partidos ou organizações de esquerda da época. Um fato interessante a pontuar é que em poucos dos depoimentos é explicitado de forma direta como a JUC ou a AP foram importantes para o trabalho profissional das entrevistadas. Mas é possível notar essa influência indiretamente ao mencionarem que foi a partir dessas organizações que mantiveram o contato com a realidade social, com a literatura marxista, com a prática de educação popular e, possivelmente, foi através deste contato que diferentes discussões teóricas apreendidas naqueles espaços chegaram até a categoria e rebateram no interior da formação profissional.

A seguir, realizaremos um esforço de apresentar relatos de assistentes sociais coletados em diferentes trabalhos já realizados que apresentam a relevância da esquerda católica e da AP para o Serviço Social crítico.

É notável que a influência da esquerda católica no Serviço Social se manifesta desde meados dos anos 50 a partir das atividades que eram realizadas em conjunto através das Ligas Camponesas, do DC heterodoxo (AMANN, 2009), do MEB e nas Escolas de Serviço Social por meio da JUC. De acordo com a assistente social Ana Elizabeth Mota:

“Essa inflexão no Serviço Social foi fruto da conjuntura do período, marcada pelo projeto nacional desenvolvimentista do governo João Goulart e da articulação das Escolas de Serviço Social com os processos socioinstitucionais em curso e que demandavam ações que poderíamos designar de educação popular. Essas demandas foram travejadas, ora pela ação da Igreja (com diversificadas direções ideopolíticas), ora pelo Estado, que se empenhava na realização das reformas de base, num contexto de acirrada luta política.” (MOTA, 2019, p. 188)

De acordo com os estudos de Silva (1991), durante este período, entre 1950 e 1964, a influência da JUC para o Serviço Social brasileiro acontecia majoritariamente no interior das escolas: através de ações que visavam a melhoria do ensino e pela disputa de postos de poder nas agremiações estudantis. É entre 1950 e 1964 que a vanguarda do Serviço Social brasileiro participou ativamente de espaços de interlocução com as lutas populares como vimos no capítulo anterior, principalmente por meio do DC, via JUC, MEB e, posteriormente, através da AP. Sobre a influência do DC heterodoxo e da JUC no Serviço Social naquele momento:

Num só passo os assistentes sociais pisavam no chão das comunidades para desenvolver as técnicas de DC e, em contrapartida, relacionavam-se com este rico cotidiano das massas populares. Na medida em que há a organização espontânea e coletiva dos homens e mulheres no seu território comunitário para a identificação de problemas, interesses, preocupações e ações comuns, há também no Serviço Social a coincidência de desvendar seus objetivos institucionais modernizantes e, ao mesmo tempo, se aproximar das experiências populares de resistência e auto-organização. (MORAIS, 2014, p. 55)

Na década de 1950, a JUC aglutinava um amplo movimento de intercâmbio entre os estudantes das Universidades brasileiras e a realidade dos bairros operários de diferentes regiões do país. Para tanto, debates coletivos acerca da “questão social” eram frequentes, um processo que levou a JUC, nos anos 1960, a abandonar suas reflexões corporativas para se aproximar do personalismo comunitário. Tais movimentos também fazem parte do processo de emersão de valores opostos a ética capitalista no Serviço Social, que, por sua vez, “estimula a exploração do homem pelo homem e em cujas bases se edifica uma sociedade de indivíduos, sem nenhum compromisso com a comunidade”. (IDEM, IBIDEM, p.56)

Nestas frentes e em diferentes iniciativas educativas inspiradas nos postulados de Paulo Freire, é identificada a participação de assistentes sociais. Os assistentes sociais, Luiza Erundina de Souza, Vicente Faleiros, Rosalina de Santa Cruz, Iza Guerra Labelle e Ana Elizabeth Mota respectivamente trazem alguns relatos:

Por exemplo, nós fazíamos um trabalho de alfabetização de adultos no ciclo de cultura do Paulo Freire. Nossos livros tiveram que ser escondidos, os retroprojetores que usávamos nas aulas de alfabetização de adultos tiveram que ser enterrados.” (SOUZA, 2002, p.7)

Eu mesmo organizei três experiências (duas em Ribeirão Preto e uma em Paris depois) de alfabetização e o método Paulo Freire é um método que não é marxista, mas que é ligado ao compromisso com a cultura popular. Então o fato de você pensar no povo. E a UNE tinha o CPC, que era o Centro Popular de Cultura da Une. Que a gente fazia teatro popular. E o movimento estudantil, que era, digamos assim, controlado pelo partido comunista, pelo PC, começou a rachar, começou a ter influência da AP e de

outros grupos trotskistas – a AP não era trotskista. (Depoimento de Vicente Faleiro (SCHEFFER et al , 2019, p.56)

“Quando adolescente, eu comecei a ter proximidade com a JEC, que é a Juventude Estudantil Católica, e depois com a JUC, logo que eu entrei na faculdade. Eu entrei na faculdade em 1963, no final de 63. Então, meu primeiro ano de faculdade já entrei no centro acadêmico, porque tinha toda essa militância, essa coisa anterior. E tive uma influência forte de Paulo Freire, na época, porque ele era da escola de serviço social de Recife, quando nós entramos. E aí eu comecei, já no primeiro ano, a participar da JUC. Depoimento de Rosalina Santa Cruz (CFESS, 2002, p.2)

O grupo de JUC no qual estava inserida, assim como a Juventude Comunista, compreendemos que nosso trabalho tanto pedagógico (estágios) como político necessitava dar um salto qualitativo. Ouvimos falar do programa de alfabetização criado pelo professor Paulo Freire, da Universidade de Recife, com experiência piloto no Rio Grande do Norte. Decidimos, um grupo de alunos da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal da Paraíba, seguir o curso, aprender o método e, em seguida, implantar a experiência na Paraíba. Com apoio material do governador Pedro Godim, da Associação Paraibana de Imprensa (API), do Clube da Poesia e de militantes católicos e marxistas, e com assistência técnico-pedagógica de Paulo Freire e Pierre Furter (pedagogo suíço), professores da Faculdade de Educação e Filosofia UFPB, criamos a Comissão de Educação Popular (Ceplar), que desenvolveu um excelente trabalho de pesquisa, alfabetização, educação e cultura em diversos bairros de João Pessoa. Desenvolvi meu estágio curricular no bairro de Varjão, seguindo a linha da Ceplar, e passei a alfabetizar, nos finais de semana e feriados, os camponeses adultos organizados e membros da Liga Camponesa de Sapé. Neste trabalho, tivemos o apoio do advogado Francisco Julião, fundador das ligas, e do líder camponês Pedro Teixeira. Com o golpe militar, o trabalho foi encerrado e diversos participantes presos e líderes camponeses assassinados. (Depoimento Iza Guerra Labelle, CFESS, 2017, p. 39).

Relevante para o que foi afirmado sobre as experiências de corte progressista da região, foi a expansão da educação de adultos que, sob a regência do método Paulo Freire de alfabetização - na altura professor da Escola de Serviço Social de Pernambuco, constituiu-se no embrião da educação popular com forte influência no Serviço Social de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. (...) Assim, creio que a renovação do Serviço Social transitou inicialmente pela educação popular, de corte classista e reformista, em consonância com a agenda e cultura política vigentes no período que antecedeu à Ditadura, particularmente no Governo Goulart. (MOTA, 2019, p.190)

Mota(2019) demonstra como se deu o rebatimento do processo de renovação do Serviço Social no Nordeste, visto que é neste estado que a assistente social desenvolveu sua experiência profissional. Demarca diversas iniciativas que tiveram forte rebatimento no Serviço Social: como o Movimento de Cultura Popular, o Centro de Cultura Popular, a Campanha de Alfabetização de Adultos, sendo todos estes campos de estágio do Serviço Social. Estes espaços, de acordo com Ana Elizabeth, redefiniram as demandas do Serviço Social no mercado de trabalho, a formação e o perfil dos profissionais.

De acordo com o relato da assistente social Eva Faleiros, militante da AP, a Executiva Nacional de estudantes de Serviço Social⁴⁵ foi articulada pelo grupo da JUC/AP, contribuindo para uma articulação a nível nacional dos assistentes sociais de esquerda que até o referido momento não existia.

As executivas de curso são entidades que estão próximas às áreas de interesse profissional dos(as) estudantes, possibilitando-lhes a discussão de questões concretas acerca da organização curricular, do papel social do(a) profissional e de propostas alternativas para as políticas públicas. (RAMOS; SANTOS, S/D; p.155)

O depoimento da assistente social Maria Helena Tenório de Almeida, demonstra a importância que a JUC e a AP tiveram para a inserção dos estudantes em Serviço Social no movimento estudantil e como este contato favoreceu o questionamento das práticas profissionais dentro das Escolas.

“E aí, eu acho que foi uma vivência rica, em sessenta e três - que é a agudização do processo de reformas de base, a gente entrando para a JUC. A JUC naquela efervescência ... MEB ... Ação Popular, que já existia, dentro de uma perspectiva cristã ainda, como um grupo político cristão . A gente já tinha a participação no movimento estudantil ... aí já não era mais a relação indivíduo e escola, mas indivíduo e meio universitário, inclusive extrapolando Juiz de Fora, na medida em que, com a JUC, você passa a ter um relacionamento com o Rio, Belo Horizonte. A gente tinha contato com a equipe nacional, que teve aquele seminário lá no Granbery, que levou gente do Brasil inteiro.. que foi sobre a realidade nacional, subdesenvolvimento ... realidade nacional e qualquer coisa por aí.. então, ao entrar para a universidade abre o horizonte da gente para a “questão social” e a gente entra entra no movimento estudantil UEE, UNE, o DCE... a participação no DCE. E isso coloca a gente numa posição de vanguarda dentro da Escola de Serviço Social. E eu acho que você e eu, nós não questionamos a profissão, nós questionamos o conteúdo que a profissão tinha ... a questão da metodologia, a questão da orientação da profissão, a serviço de quem estava a profissão... eram essas coisas, embora nós não trabalhássemos - isso para mim fica muito claro, que é em Ação Popular que eu vou trabalhar com o conceito de classe. Dentro da escola isso não é trabalhado em nenhum momento. Agora, eu acho que o curso, para mim, principalmente antes de sessenta e quatro, o primeiro ano nosso, eu acho que ele foi muito fértil, porque do lado de fora da Escola estava a efervescência toda das reformas, o movimento estudantil, a participação da gente no movimento estudantil - participamos já em congresso da UEE, de encontros... com a própria JUC, que já tinha uma dimensão diferente da JEC (....) então assim, ao mesmo tempo que a questão social estava efervescente lá fora, nós estávamos dentro de uma escola de Serviço Social de solteironas, de freiras ensinando - a Layse Roriz ensinando para a gente que “Serviço Social de caso , era a arte de ajustar o homem na sociedade”... E aí, era a própria contradição que nós estávamos vivendo. O questionamento da sociedade lá

⁴⁵Na década de 1970, o movimento estudantil vive um período de reconstrução das suas entidades que se alastrou, também, para as categorias profissionais. Foi em 1978, em um contexto de abertura política, que aconteceu o primeiro Encontro Nacional de Estudantes do Serviço Social. Estes encontros, que passaram a partir de 1978 a acontecer anualmente, foram espaços importantes de contribuição no processo de construção da Executiva do curso em 1988, a Subsecretária de Estudantes de Serviço Social na União Nacional dos Estudantes (SESSUNE), atualmente denominada de Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

fora, e o estudo lá dentro da escola...” (Depoimento de Almeida apud Silva 1991, p.239)

Até o golpe de 1964, Silva (1991) aponta que, de acordo com as entrevistas realizadas por ela, a primeira aproximação da maior parte dos profissionais com a tradição marxista ocorreu principalmente a partir da angulação determinada por estes setores avançados da Igreja Católica, como já demonstrado no capítulo anterior. Não é considerado um contato direto com a obra marxiana, mas sim uma interlocução entre pensadores marxistas e cristãos. Pode-se considerar, como apontamos anteriormente neste trabalho, que de fato este primeiro contato foi propiciado por intermédio do que foi chamado de esquerda católica. De acordo com a autora:

No que diz respeito ao rebatimento das várias vertentes do pensamento marxista dentro do Serviço Social, pode-se ver que apesar de as mesmas não serem claramente debatidas, a partir delas começaram a se impor certas críticas aos fundamentos e práticas profissionais. A ideia de conscientização, de atuar diretamente com o “povo”, de recusar as ações assistenciais em torno das grandes questões nacionais e da mais adequada formação profissional, começaram a surgir neste momento. Estas questões seriam novamente repostas ao longo da década de sessenta e setenta, embora com tonalidades distintas, não só por determinações da conjuntura política nacional pós-golpe de 1964, mas também por avanços/retrocessos ocorridos no próprio debate do marxismo e do catolicismo no Brasil e no mundo. (SILVA, 1991, p.234)

No pré-golpe, no interior da categoria, a busca por repensar as práticas e a teoria da profissão se ampliou e, contraditoriamente, posteriormente ao golpe em um contexto de forte repressão, que a influência teórica da JUC e da Ação Popular se consolidou dentro das unidades de ensino de Serviço Social, como aponta Silva (1991). De acordo com Netto (2015):

Quer em função da dimensão das escolas, quer – muito especialmente – da sua unidade: salvo situações muito pontuais, o movimento estudantil nas escolas de Serviço Social, durante toda a década de 1960, foi inteiramente dominado pela esquerda católica (primeiro, a Juventude Universitária Católica/JUC; em seguida, a Ação Popular/AP). Cabe observar que muitos dirigentes estudantis da época, com ativa militância nos processos políticos do tempo, integrariam posteriormente os quadros docentes do Serviço Social. (NETTO, 2015, p. 183).

Portanto, a partir do golpe é quando aumenta a influência teórica da esquerda católica dentro da profissão, e o pensamento de esquerda ficou mais visível nas Escolas (mesmo em um contexto de repressão política). O processo de crítica que se iniciou no interior da profissão sobre as práticas correntes do Serviço Social e sobre as consequências políticas das ações desenvolvidas - e muito precisamente

sobre seus fundamentos teóricos, refluí.⁴⁶ Os grupos conservadores mantiveram a hegemonia. Porém, contraditoriamente, como mencionado, logo após o golpe que as influências dos militantes da JUC e a da AP cresceram dentro das escolas de Serviço Social e a atuação dos militantes destas organizações se fez de modo articulado à de outros grupos de ação política no movimento estudantil, operário e camponês.

Ao longo de todo o ciclo ditatorial incontável contingente de assistentes sociais apoiou-o abertamente (seja por convicções, seja por oportunismo); inúmeros assistentes sociais assumiram – por indicação política – cargos e postos de responsabilidade em órgãos estatais e públicos; vários assistentes sociais assessoraram serventuários da ditadura e alguns foram mesmo distinguidos pelo regime e seus corifeus. É fato que o grosso da categoria profissional atravessou aqueles anos terríveis sem tujir nem mugir. Nada é mais falso do que imaginar que o nosso corpo profissional (nele incluídos, naturalmente, docentes e discentes) foi um coletivo de perseguidos ou um corajoso destacamento da resistência democrática. Mas é igualmente falso supor que todo esse corpo profissional foi um obediente batalhão a bater continência aos donos do poder. [...] (NETTO, 2015, p. 29).

A repressão se abateu de forma direta entre os estudantes politicamente ativos, que acabaram se afastando ou diminuindo a sua atuação nos movimentos de massa, e voltaram suas discussões para temas relacionados à profissão. Outros permaneceram e buscaram viver na clandestinidade, única alternativa para prosseguir na luta à resistência. Um acontecimento muito marcante deste período foi o Congresso de 1968 da UNE em Ibiúna - SP, que envolveu a prisão e tortura de vários estudantes, sendo alguns estudantes de Serviço Social que participavam do movimento estudantil. Alves (2018) demonstra que na pesquisa realizada junto ao Arquivo Nacional em fontes do Serviço Nacional de Informações (SNI), foi possível identificar o registro de 15 (quinze) estudantes de Serviço Social que foram presas durante o Congresso de Ibiúna. Uma delas foi Maria Beatriz Costa Abramides, ex-militante da AP, como relata no seu depoimento:

[...] No dia em que fui presa, chegamos à noite para o 30º Congresso em 1968, que ocorria em Ibiúna (SP), após várias horas de maratona, várias escalas, paradas, olhos vendados, mas de fato nada seguro. Tomamos um sopão e, no dia seguinte, após a fila enorme do café, num frio danado, mal iniciava a mesa de abertura, fomos surpreendidos pela repressão. Nós mulheres, ao passarmos por vistoria, éramos chamadas de “putas” pelos “gorilas”, por termos pílulas anticoncepcionais conosco. Lutávamos contra a ditadura, o imperialismo, o capitalismo, pelo socialismo, direito à sexualidade e decisão sobre nossos corpos. A luta pelo direito ao aborto era parte de nosso debate [...].(SILVA, s/d, pág.6)

⁴⁶ A única articulação crítica dos profissionais sobre as práticas do Serviço Social naquele momento que não refluí foi à experiência impactante do Método BH, no qual mais adiante abordaremos as percepções dos profissionais e estudantes.

Nestas fontes investigadas pela autora, há apontamentos de 44 (quarenta e quatro) mulheres do Serviço Social investigadas pelo aparato repressivo do Estado.

Voltando-se aos dados colhidos nas entrevistas, constata-se que 80% por cento dessas mulheres foram perseguidas antes e depois da ditadura, como assistentes sociais (e, também, uma que era estudante e não conseguiu formar-se devido à própria perseguição). Essas mulheres foram vítimas de perseguição profissional e política, sofreram violências diretas como a prisão e tortura e outras tiveram fortes impactos na vida profissional e pessoal. (ALVES, 2018, p.136)

Já a busca de dados no *D-Space* do Arquivo Nacional realizada por Silva (s/d) sobre estudantes de Serviço Social que sofreram repressão no regime militar foram encontrados o número de 30 estudantes. A autora traz diversos depoimentos de assistentes sociais que relatam como sofriam diferentes formas de violação de seus direitos, explicitada nos depoimentos de Ana Cortês, Marilda Iamamoto, José Nascimento, Maria Lúcia de Souza, Gilse Maria Cosenza Avelar e José Paulo Netto.

Nesta pesquisa identificamos que muitos dos assistentes sociais que foram presos no período repressivo, sofreram graves violações de direitos e quando presos ficaram “à sorte” de todos os tipos de torturas possíveis. Além das torturas, houve outros tipos de violações, tais como cassação de mandato, aposentadoria compulsória, demissões, assistentes sociais vivendo na clandestinidade, sendo presos, torturados, anistiados e estudantes sendo “afastados” de suas unidades de ensino e perseguidos. A partir do golpe, dado em 1º de abril de 1964, os trabalhadores foram, “sem dúvida, esmagados, marginalizados” (SILVA, s/d, p.10)

Tanto os estudantes que se viram obrigados a se afastarem do movimento estudantil quanto os que continuaram na luta através da clandestinidade foram levados a refletir sobre o plano político, intelectual e profissional durante aquele período. São “estes estudantes que irão ressurgir, já nos anos setenta, como protagonistas de ações, tanto no campo intelectual, como político e profissional, que vieram a mudar a face do Serviço Social brasileiro” (Silva, 1991, p. 272). Ainda, de acordo com Silva (1991):

De modo geral, é principalmente após o refluxo do movimento de massas, que os estudantes de Serviço Social começam a se enfrentar de forma mais direta com as questões propriamente profissionais que, não só já se encontravam em debate há algum tempo (como as discussões sobre o caso, por exemplo) como já haviam se consolidado através dos debates trazidos pelo Movimento de Reconceituação, que desde meados da década, se instaurou entre setores profissionais na América Latina. Ainda que muitos dos narradores que haviam se formado no decorrer dos primeiros anos da década de sessenta, já tivessem tido contato com este debate (através de

encontros e congressos), é mais especificamente após 1967 que encontramos nos relatos, referências a posicionamentos dos mesmos, como profissionais. Face a esta situação, alguns profissionais, que já tinham uma efetiva militância política na AP, aderiram à linha política dessa organização, e começaram a ensaiar ou a assumir a “integração na produção”. Alguns passaram a travar no interior da profissão de forma mais ou menos incisiva, uma luta de resistência. Alguns desses profissionais, especialmente aqueles que vinham de uma militância do movimento estudantil, começaram também a se relacionar com o movimento latino-americano de reconceituação”. (SILVA, 1991, p.256)

As entrevistas realizadas com dez assistentes sociais por Maria Elaine Rodrigues Alves (2018) na sua pesquisa: “Pequena memória para um tempo sem memória: violências e resistências entre mulheres do Serviço Social na Ditadura civil militar de 1964-1985” que tem como objetivo o estudo das violências e resistências vivenciadas por assistentes sociais no período da ditadura militar, nos mostram que 80% participaram da Ação Popular e que por meio da JUC realizaram o primeiro contato com algum tipo de juventude e organizações com base em valores como justiça e caridade. Essa pesquisa ainda aponta, que durante o período ditatorial:

A principal atuação dessas mulheres se dava na Ação Popular Marxista Leninista do Brasil (APML do Brasil), sendo identificada como a de maior número de registros (34%), relativamente ao conjunto de documentos pesquisados, e que, por sua vez, é também referida como “setor da pequena burguesia” da APML do Brasil. (ALVES, 2018, p.53)

Uma atuação de relevância durante o período da ditadura que foi essencial para a aproximação da profissão com a realidade brasileira e impulsionou os segmentos mais críticos no interior da profissão se deu entre 1967-1968 mediado pela Ação Popular. Naquele momento, incidiu na sua estratégia política a “integração na produção” como já abordado anteriormente, que manifestou uma articulação conjunta nos trabalhos de campo entre a profissão e a organização política, desenvolvendo atividades diretamente com o operariado e o campesinato sob as orientações da própria AP. O intuito era ampliar o eixo de atuação, principalmente com os operários e camponeses. Para isso, os militantes eram deslocados para diferentes lugares e orientados a se integrarem na dinâmica social a eles direcionado, na convicção de que esse deslocamento seria uma forma de promover a transformação ideológica dos militantes oriundos da pequena-burguesia e impulsionar a consciência política dos trabalhadores. Consta através dos estudos realizados, que diversos estudantes de Serviço Social e profissionais tiveram participação ativa nessa experiência.

Jéssica Flores Mizoguchi (2023) no seu projeto de qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realiza um levantamento bibliográfico de dissertações que apresentam estudantes e profissionais de Serviço Social que foram militantes da Ação Popular, com o intuito de demonstrar como essa militância gerou inflexões dentro da profissão durante a ditadura civil-militar. No universo de treze dissertações no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES que se enquadram na temática da Ação Popular, de acordo com Mizoguchi (2023) em seis destas encontra-se a menção de assistentes sociais ou estudantes de Serviço Social. A partir do apresentado pela autora, é possível notar que estas dissertações sobre a Ação Popular se enquadram no campo da História ou do Direito, porém, os autores citam diversos assistentes sociais e estudantes que foram de extrema importância para a organização política, principalmente com suas atuações se integrando na produção.

Nesta pesquisa bibliográfica no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES realizada por Mizoguchi (2023), foi encontrado o total de dez assistentes sociais militantes da Ação Popular, sendo todos mencionados devido a atuação de relevância para a constituição da organização em diferentes estados através da “integração na produção”. São estes profissionais: Maria Nakano, Ana Maria Santos Rolemberg Côrtes⁴⁷, Maria Lucia dos Rezende Garcia⁴⁸, Maria Josefina Becker, Alceu Salamoni⁴⁹, Lidia Maria Monteiro Rodrigues, Maria Luiza de Barros⁵⁰, Rosemary Cardoso, Maria Aparecida Guimarães Skorupski e Márcia Jorge⁵¹. Abaixo buscarei demonstrar algumas passagens que demonstram essa atuação.

Mariana Nakano, assistente social formada em São Paulo e militante política ativa da AP durante o período da ditadura, viúva de um dos grandes nomes da Ação

⁴⁷Assistente social formou-se em Aracaju e militou na Juventude Universitária Católica e posteriormente na AP. Integrou-se na produção no ABC Paulista e também contribui com os seus relatos e experiências para a pesquisa de (CARVALHO, 2013 apud MIZOGUCHI, 2023).

⁴⁸ Assistente social mineira que integrou na produção juntamente com o seu marido nas fábricas do ABC Paulista. (CARVALHO 2013 apud MIZOGUCHI, 2023, p.61).

⁴⁹ Assistente social, formado pela Escola de Serviço Social de Porto Alegre, preso em 1972, foi uma importante liderança política da AP de Pelotas, um dos núcleos políticos da AP mais significativos do interior. (DIAS, 2011, apud MIZOGUCHI, 2023, p. 62).

⁵⁰Assistente social, formada pela PUC de Campinas, ex-militante da JUC e da AP. (GAVIÃO, 2007 apud MIZOGUCHI, 2023).

⁵¹ Assistente social formada na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás, ingressou na APML através da Escola, em 1968, como militante de base. É citado no trabalho de SILVA (2016 apud MIZOGUCHI, 2023) que apresenta o debate sobre a Ação Popular em Goiás.

Popular Herbert de Souza Viana (Betinho) se integrava na produção atuando com os trabalhadores no bairro operário Jardim Zaíra, no ABC Paulista, e foi presa por fazer parte da organização em 1972. De acordo com Carvalho (2013 apud MIZOGUCHI, 2023, p.60):

María Nakano, 73, viúva do sociólogo Herbert José de Souza (Betinho), formada em serviço social pela Universidade de São Paulo, militou no movimento estudantil e posteriormente em 1969 passou a fazer parte dos quadros de “serviço” da AP. Atualmente mora no Rio de Janeiro, seu depoimento foi relevante para a compreensão da organização e hierarquia da Ação Popular.

María Josefina Becker, assistente social formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, fundou em sua casa com a ajuda de Betinho, a Ação Popular em 1962, de acordo com Mizoguchi (2023). A militante teve atuação de relevância se integrando na produção através da Divisão de Cultura Popular com os adultos no processo de conscientização e alfabetização em Porto Alegre.

Lídia Maria Monteiro Rodrigues da Silva, assistente social mineira e militante da AP, se integrou no campo no interior de São Paulo, posteriormente foi para o Rio Grande do Sul onde trabalhava em uma lavoura de soja juntamente com o seu marido e ainda chegou a trabalhar como operária na região metropolitana de Porto Alegre.

Rosemary Cardoso, assistente social dirigente do movimento estudantil da UFSC entre 1967 e 1968, se integrou na produção em São José dos Campos.

É interessante trazer um pouco da vivência de María Lúcia Garcia, militante da AP, que se casou e engravidou quando integrava o movimento estudantil em Minas Gerais. Posteriormente, ao se integrar na produção foi deslocada para o ABC paulista, onde atuou entre 1969 e 1971. Por um período, María Lúcia morou em Santo André e trabalhou em uma fábrica localizada em São Bernardo do Campo, precisando deixar seu filho, José Renato, de aproximadamente um ano de idade, sozinho por algumas horas, ao sair para trabalhar, até que o seu marido retornasse da fábrica. Anos depois, ao escrever a sua autobiografia, esta mulher destacou a sua vivência de mãe/militante, tratando, dentre outras experiências, desta tentativa de conciliação entre maternidade e trabalho/militância (REIS, 2015 apud MIZOGUCHI, 2023 p. 64).

María Aparecida Guimarães Skorupski, assistente social graduada pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, se integrou na produção em São Paulo.

María Aparecida Guimarães Skorupski (65 anos) entrou para a Ação Popular, como militante de base, em 1967, quando cursava a Faculdade de Serviço Social, vinculada à UCG, na qual foi eleita representante do Centro Acadêmico. No ano de 1969 saiu de Goiânia para ingressar na política de “integração na produção”, em São Paulo, na Metalúrgica Matarazzo. Possui

mestrado em Ciência Política pela PUC-SP, sendo professora titular no Curso de Relações Internacionais da PUC-GO. É anistiada política. (SILVA, 2016 apud MIZOGUCHI, 2023, p. 64).

O depoimento abaixo da assistente social mineira graduada pela Universidade Católica de Minas Gerais e militante da AP Gilse Maria Cosenza Avelar, também demonstra a experiência:

Eu me lembro, por exemplo, nós no integrando na produção, aí já na clandestinidade e tudo e procurando descobrir a realidade dos operários, a realidade dos favelados, a realidade dos camponeses, a sua realidade cultural, econômica, social e buscando trabalhar o seguinte: a partir da realidade deles é que nós vamos ajudar que eles elaborem, se organizem, pensem. Vamos à luta e vamos junto com eles organizar a resistência. (...) Veja bem, como eu falei tinha a proposta de integração com o objetivo ideológico; tinha a proposta, a necessidade de organizar os operários e os camponeses e tinha a perseguição. Quer dizer, um número cada vez maior de dirigentes, de quadros da AP já não podiam mais ficar na sua profissão, na sua família etc. Já estava com prisão preventiva. Imediatamente, eu tinha que sumir mesmo. A primeira etapa, por exemplo, da minha clandestinidade era sumiço total, porque eu já vivia numa semiclandestinidade. Fui morar lá no bairro Maria Gorete, num barraco, ali na região Nordeste, já com a proteção de companheiros dali, daquela área periférica que já estavam no movimento conosco. E trabalhar como operária na fábrica Renascença com outro nome, com a minha primeira identidade fria. Quer dizer, aí já surge a Márcia. A Márcia era moradora de periferia e operária têxtil na Renascença. (...) Logo que a polícia descobriu, a repressão descobriu que a gente estava indo para as fábricas. Então, a gente estava com o nome frio, mas eles passaram a levar fotografias para nos procurar nas fábricas. Então já não adiantava mais o nome frio. (...) A gente passava para o pessoal que não estava dentro da fábrica todos os dados referidos a horários, como era a segurança lá, a repressão etc., para que o pessoal que não estava na fábrica planejasse panfletagens, exatamente naquele momento certo, sem ser preso; porque aí a panfletagem ocorria, o pessoal fugia e os panfletos, portanto, estavam lá dentro. E isso era um instrumento de nós abrimos o debate com nossas companheiras operárias.” (Depoimento de Gilse Cosenza consultado no acervo do CPMH-PUC/MG)

No livro de Luiz Manfredini “As moças de Minas” (1989), o autor descreve a trajetória de cinco mulheres ligadas à Ação Popular que participaram ativamente deste processo de “integração na produção” no esforço de conscientização da população. Gilze é uma dessas mulheres que relata para o autor sua iniciativa e história sobre o processo. De acordo com o depoimento que segue, a assistente social demonstra que o processo de integrar-se na produção era a tática mais assertiva para caminhar no sentido da revolução brasileira.

“Desde que recebera – e aceitara a missão de transferir-se para o campo, nunca alimentará uma dúvida sequer sobre a nova política adotada pela organização. Adquirira profunda convicção de que o caminho mais apropriado para realizar a revolução era exatamente o que ela e uma porção de outros companheiros estavam fazendo: integrar-se com os

camponeses, despertar neles a consciência política, persuadi-los a realizar a guerra popular que, finalmente, libertaria o país e criará a vida nova para o povo” (MANFREDINI, 1989, p.22)

O documento “Serviço Social: memórias e resistências contra a ditadura”, elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social em 2017, traz importantes relatos de assistentes sociais que foram militantes da AP e também se integraram na produção. Mariléa Venâncio Porfírio, assistente social mineira, natural de Juiz de Fora, graduou-se na Universidade Federal de Juiz de Fora, foi militante da JUC e posteriormente da Ação Popular. O relato de Mariléa Venâncio Porfírio para o CFESS (2017) evidencia o seu preparo para a “integração na produção”.

Em Belo Horizonte, a orientação era de que eu já começasse a militar voltada para os bairros da Cidade Industrial. Então, eu me formo em 1969, faço concurso em 1970, vou para o INPS e lá eu tinha várias opções, de trabalhar em vários lugares. A organização me propôs que eu fosse trabalhar num hospital da cidade universitária, Hospital Júlia Kubitschek, que atendia doentes, tuberculosos, operados, em especial, que vinham da mina. Porque ali seria um espaço também de militância, na medida em que havia alguns operários que estavam ali, mas ao mesmo tempo, eu deveria concentrar minhas atividades na Cidade Industrial, já tendo contato com um movimento operário. (CFESS, 2017, pgs. 92-93).

Nos depoimentos sistematizados pelo CFESS (2017), encontram-se assistentes sociais de diversas partes do Brasil que relatam a utilização do trabalho profissional de forma articulada com as orientações da AP de “integração na produção”, com a cultura e a educação popular, e a militância política. Novamente, Maria Josefina Becker traz importantes relatos sobre sua experiência:

[...] A partir de 1962, o movimento estudantil do Rio Grande do Sul fervilhava. Nós, estudantes engajados em nossos movimentos de transformação (JUC/AP, no meu caso, em aliança com demais grupos de esquerda, como os marxistas, trotskistas, independentes) descobríamos nas atividades de cultura popular e numa “aliança operário-estudantil-camponesa” a real possibilidade de chegar à tão sonhada revolução brasileira. A partir disso, na Faculdade de Serviço Social, discutiam-se as possibilidades de colocar a ação profissional cada vez mais próxima da população.” (depoimento Maria Josefina Becker em 2021)”.

A assistente social Rosalina de Santa Cruz, natural de Recife, ingressa na Escola de Serviço Social e ingressa na JUC e posteriormente na Ação Popular. De acordo com o seu relato para o CFESS (2017) foi através do seu processo de militância política que obteve contato com a realidade do país. O depoimento de Rosalina de Santa Cruz também demonstra:

Eu fui primeiro para a Venezuela, assim que acabei o curso de Serviço Social, porque a maioria dos assistentes sociais estava inteiramente desencontrada com essa profissão e, na época, eu tinha que trabalhar com a promoção social. E o que fazer com ela ou com a militância que eu queria fazer a transformação radical do mundo, eu me via cindida entre essas duas opções e optei a manter-me na profissão, nas suas brechas e nas possibilidades, mas usá-la para a revolução, militância política. Fui presa em consequência de um trabalho que tinha feito com os camponeses da Baixada Fluminense (RJ). Eu e o padre da região, que era meu amigo, fomos fazer um trabalho de discutir o socialismo e a revolução com os camponeses que tinham um trabalho de terra, posse de terra, e, num dado momento, colocamos para esses camponeses: vocês preferem a luta armada ou a luta de massa? Os camponeses foram ao Rio de Janeiro, não conheciam nem o elevador, perguntaram que chão é esse que brilha tanto, onde está o lugar para eu cuspir. E nós ali naquele lugar, junto com o pessoal da luta armada, decidimos que íamos fazer a luta armada no campo, e um companheiro que tinha saído junto com a gente e com Lamarca foi para o campo fazer o trabalho com esses camponeses.” (CFESS, 2017, p. 110)

Maria Lucia de Souza, assistente social que estudou na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, foi militante da Ação Popular Marxista Leninista, integrou-se na produção durante quatro anos e foi presa em 1966 quando foi brutalmente torturada.

Quando me formei, comecei a trabalhar no Serviço de Orientação Rural de Alagoas (Soral), entidade ligada à Igreja, que tinha como objetivo orientar os camponeses na formação de seus sindicatos de classe, entre eles: a fundação dos sindicatos rurais de União dos Palmares, Porto Calvo, Saúde e outros municípios alagoanos. [...] Ao iniciar a vida clandestina, existia uma palavra de ordem do partido de uma integração na área de produção. Desse modo, passei quatro anos procurando colocação como operária na Bahia. Na resistência, me inseri em alguns movimentos, como a Associação Marxista/Leninista (AP); o Partido Comunista do Brasil (PC do B); o Diretório Acadêmico da Escola de Serviço Social Padre Anchieta (como vice-presidente).” (CFESS, 2017, p.64)

Delsy Gonçalves, assistente social mineira e militante da AP, chegou a se afastar da Universidade para poder se integrar na produção em Contagem trabalhando como professora no meio operário.

Em 66 nós abrimos a primeira célula dentro da Cidade Industrial, da AP. Eu fazia parte dela, com mais alguns operários. Não só operários, como outras pessoas, né? Que eram pessoas que também eram da AP, que queriam estar fazendo trabalho nessa área operária e aí eu fiquei lá. Eu fui pro setor operário porque eu já estava lá, entendeu? E aí eu fui desenvolver um trabalho político muito grande a partir desse Colégio Municipal de Contagem. Eu fazia o seguinte, eu dava aula de português, isso em 1966, para todas as turmas da noite. 99% dos meus alunos trabalhavam na Cidade Industrial, naquelas fábricas da Cidade Industrial. Então eu comecei a criar um método, pra poder trabalhar ao mesmo tempo que eu trabalhava a língua, e a capacidade de expressão e de escrita, ao mesmo tempo eu politizava. Com base nos rudimentos que eu tinha aprendido lá do Paulo Freire. Então, primeira coisa, eu não adotei livro. Eu tinha um trabalho enorme, aí eu tive que largar a universidade inclusive porque eu não tinha tempo pra poder estudar. [...] Então ao mesmo tempo que ele aprendia o

texto ele tava trabalhando a consciência, a consciência política. E quê que isso resultou? Ora, se eu tinha 99% dos meus alunos, eles eram... trabalhavam nas fábricas. Então eu tive acesso. E aí nós começamos a montar grupos. Aqueles alunos onde a semente caía mais fértil, abria ali um grupo naquela fábrica pra gente discutir. Então eu passei praticamente o ano de 67 inteiro, eu passei na Cidade Industrial. [...] Além disso, eu fazia panfletagens em todas aquelas fábricas. Tinham uns alunos assim, que não percebiam direito, aí me encontravam às vezes, quatro horas da manhã distribuindo panfleto na porta da Mannesmann “– uai professora, quê que cê tá fazendo aqui?”. Tomavam aquele susto. Aí quando ele percebia, no geral, era mais um que a gente podia contar, chamar pra reunião, discussão, etc. Eu passava a semana lá, fim de semana, meu fim de semana era na Cidade Industrial. Depoimento de Delsy Gonçalves (SCARPELLI; SILVA, 2014, p.7).

Podemos concluir que este contato com a realidade dos sujeitos foi muito importante para que estes profissionais formassem uma consciência crítica e política ao se aproximarem da realidade social. Essa aproximação foi essencial para que estes profissionais notassem a necessidade de mudança na forma de exercer o Serviço Social e, com isso, contribuíssem para o debate da vertente de intenção de ruptura no interior da profissão. A partir da sua experiência no Nordeste enquanto profissional, Ana Elizabeth Mota enfatiza:

Tudo me leva a crer, pelo que desenvolvo em seguida, que a renovação político profissional do Serviço Social, a partir dos anos finais da década de 1970, no Nordeste - consideradas as assimetrias regionais brasileiras, os escassos meios de comunicação e deslocamentos, então disponíveis - teve particularidades. Inegavelmente, houve participação das questões presentes no III Congresso do Serviço Social mas, segundo o meu ponto de vista, ela se deu preponderantemente pelo engajamento dos Assistentes Sociais nos movimentos populares, nas comunidades eclesiais de base, na educação popular, numa espécie de ressignificação a esquerda do desenvolvimento de comunidade, em disputa com a ala que se fez representar nos Seminários de Araxá e Teresópolis. Embora houvesse uma articulação nacional, inclusive na Abess, creio que, no caso do Nordeste, o engajamento político se fez menos pela participação ativa que tivemos na “virada” do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, e mais pelo engajamento profissional nos movimentos populares, sociais e sindicais, partidários e na militância na esquerda católica. (MOTA, 2019, p.194)

O pensamento marxista foi introduzido no Serviço Social pela ação de militantes da chamada esquerda católica, estudantes e profissionais que durante os anos sessenta e setenta se aproximaram - individual ou coletivamente do pensamento marxista. Como a maioria dos profissionais naquele período se aproximou do marxismo depois de ingressarem no Serviço Social, é compreensível que estes insumos trazidos por essa vertente de pensamento rebata na própria forma de pensar o Serviço Social.

À medida que segmentos do laicato católico - especialmente aqueles vinculados à JEC, JUC e JOC e posteriormente ao MEB e a AP, começaram se rever (revendo os fundamentos de sua prática, o sentido de sua missão no mundo e a natureza de seu compromisso social), e levaram esta revisão às últimas consequências (à de um novo agir), houve efetivamente uma fratura no grupo católico que vinha, desde os anos trinta, dando uma direção específica à atuação do laicato. Dadas às fortes ligações desses setores ao Serviço Social brasileiro, a cisão ocorrida no plano da Igreja foi determinante para as mudanças no plano profissional: os católicos progressistas do período anterior entraram em luta com os setores progressistas das décadas de sessenta e setenta, tanto nos espaços da Igreja, como nos do Serviço Social, onde até então, se encontravam em antagonismos com os grupos mais conservadores e retrógrados da Igreja. (SILVA, 1991, p. 398)

De acordo com o levantamento bibliográfico em diversos artigos, teses e dissertações que realizaram entrevistas com assistentes sociais do período, é notável que o marxismo passa a ser objeto de estudo no Serviço Social via militância política e não através da universidade. Mesmo que, ainda neste primeiro momento, de forma enviesada, marxismo vulgar. De acordo com Iza Guerra Labelle:

Em 1959, faço vestibular, sou aprovada. Como trote, devo fazer um discurso sobre a situação do país, me saio bem; marco posição política. A igreja investe em mim, me integro à Juventude Universitária Católica (JUC) e, com seu apoio, sou eleita vice-presidente da UEE. Deixo o trabalho e começo a fazer cursos de formação: em Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, sob orientação dos padres Henrique Vaz (filósofo), Almeri Bezerra, Sena, Romeu Dale (assistentes de JUC). Entro em contato com os marxistas Paulo Pontes, Adalberto Barreto e estudo Marx com o núcleo de marxistas da Paraíba. Passo a integrar um grupo de intelectuais do Clube da poesia, formado pelos poetas Virgínio da Gama Melo, Vanildo Brito, Jose Bezerra. Leio Mounier, Jacques Maritain, Simone de Beauvoir, Sartre. Pouco a pouco, vou formando minha visão da história, do papel do homem na história, da necessidade de as mulheres serem reconhecidas por seu justo valor, a descoberta do homem como ser histórico, o conceito de consciência histórica e da necessidade de uma ética social para orientar a atuação política. As dificuldades com a Igreja Católica se acentuam e desbordam na visão da profissão. Aproximo-me cada vez mais da visão socialista da sociedade e das suas soluções propostas. (Depoimento de Iza Guerra Labelle para o CFESS (2017, p. 39)

Safira Bezerra Ammann, assistente social em seu depoimento também enfatiza:

Eu não tenho exatamente a data, mas deve ter sido cinquenta e cinco ou cinquenta e seis, que eu entrei para o Serviço Social. E eu continuei a frequentar a JIC, mas eu me inspirava teoricamente na JUC. Os meus maiores amigos eram da JUC. E eu discutia com eles, o caminho, e foi aí que eu me aproximei do marxismo. Embora eu não tenha lido Marx naquele período, mas a gente já tinha a preocupação. E as discussões já eram muito ligadas ao caráter de classe, à questão da propriedade privada, à questão das organizações dos trabalhadores para a superação do capitalismo. (depoimento de Safira Bezerra para Silva (1991, p. 185).

O depoimento da assistente social Maria Beatriz Costa Abramides demarca a aproximação ao marxismo através da militância no movimento estudantil:

[...] Logo que entrei na faculdade, me enfiei no movimento estudantil, aprendi e me convenci que devia ser marxista, socialista, compreender o protagonismo do proletariado, o internacionalismo de classe, a atualidade da revolução. Lutávamos contra a exploração do homem pelo homem, contra todo tipo de opressão. Lutamos contra a ditadura, contra o imperialismo, contra o capitalismo. Apoiamos as greves operárias de Contagem e, de forma ativa, a greve de Osasco. Entrei para Ação Popular (AP)- de Orientação Marxista-Leninista-, tendência cuja origem saiu dos quadros da JEC\JOC\JUC (Juventude Estudantil, Operária e Universitária Católica) vinculada à Teologia da Libertação, ala progressista da Igreja. Fazia parte do Grupo de Trabalho Revolucionário (GTR), na frente estudantil. As tendências e organizações de esquerda tinham, como ainda têm, método tático e estratégico diferenciado face à revolução social. As teses do movimento estudantil para a universidade eram de Universidade crítica, Popular, Democrática, em uma luta pela Universidade pública, laica, gratuita, universal, como hoje lutamos. Lutávamos contra os acordos MEC-USAD, Lei Suplicy de Lacerda, o Decreto 477, que emanavam do imperialismo norte-americano e da ditadura, que tinham, na mercantilização e elitização do ensino suas premissas no ataque e destruição do ensino público e na repressão ao movimento estudantil. Lutávamos contra a reforma universitária da ditadura, assim como lutamos contra as contrarreformas universitárias na democracia burguesa. Lá e Cá ancoradas na orientação programática do grande capital. A União Nacional dos Estudantes (UNE) “Somos nós, nossa força e nossa voz”, era nossa palavra de ordem. (SILVA, s/d, p.6)

Outro relato que podemos evidenciar como exemplo é o Serviço Social na Amazônia, que evidencia a entrada do marxismo a partir da militância política, como aponta Joaquina Barata Teixeira no seu depoimento para o CFESS (2017). Joaquina Barata Teixeira, graduada pela Universidade Federal do Pará, enfatiza que a conjuntura pré-ditadura de efervescência política:

Reverberou no já então curso de Serviço Social, no início da década de 1960. No Pará, envolvia, sobretudo, estudantes, mais do que professores. Por isso é que, no Serviço Social da Amazônia, a reconceitualização entrou pelo movimento estudantil e não pelo movimento docente. Os estudantes protagonizaram as primeiras manifestações de contestação às teorias conservadoras que se ensinavam nas escolas de Serviço Social, cujas formulações expressavam, sem nenhum subterfúgio, o pensamento da classe dominante da época, para quem os pobres, os desempregados e os desvalidos eram “desajustados”, daí que propunham o trabalho social como “ajustamento”, com todas as suas variantes conceituais, desde as formuladas por Thomaz de Aquino até as emanadas dos EUA, de Gordon Hamilton. A ALAETS e o CELATS. (CFESS, 2017, p.47)

O depoimento da pernambucana Maria Helena Tenório de Almeida, assistente social que foi professora locutora do MEB tanto na JUC quanto na Ação Popular, de acordo com Mizoguchi (2023), também demonstra o rebatimento da atuação das militantes da Ação Popular dentro das Escolas de Serviço Social.

“Eu me frustrei muito dentro da escola, quando eu comecei. E pensava, e fiquei até com vontade de sair da Escola e de ir fazer sociologia, ou ir fazer outro curso. Mas, aí eu comecei a participar do movimento estudantil. Fui eleita representante de turma e logo depois fui eleita - isso aí já em agosto, não sei, setembro - eu fui eleita presidente do diretório, já tinha havido o golpe de sessenta e quatro. (...) Mas aí, eu tive uma frustração com a escola mas, aos poucos, me integrando ao movimento estudantil, eu fui assimilando, fui achando que cada escola tinha os seus problemas e que eu deveria ficar. E fui ficando. Bom, eu fiquei três anos lá em Recife e nesses três anos a minha participação na vida estudantil e aí eu tive uma integração maior. Era isso que eu estava te falando. Na escola de Serviço Social de Pernambuco, a gente teve a nível da escola, um trabalho de estágio. A nível dos estágios, a gente era muito orientado pela perspectiva desenvolvimentista - mas a gente já tinha uma certa crítica. Embora não fosse uma crítica fundamentada no marxismo mesmo, mas a gente já achava que não era bem aquilo. Me lembro muito bem. E isso era muito a partir do pessoal que trabalhava no MEB mesmo, do pessoal que trabalhava lá, que tinha saído da JUC, que tinha entrado em Ação Popular... Então já existiam grupos significativos que tinham alguma ideia de marxismo, mas não dentro da escola. A gente introduziu isso sub-repticiamente. A gente não levava isso para dentro da escola, mas a gente levava uma prática que criticava o currículo e que criticava a prática de estágio dentro da Escola. Aí, eu me lembro, que a gente fez um trabalho dentro da escola em termos de campo de estágio e a gente definiu campos de estágio muito mais em área periférica, muito mais em favela, que em instituição. Apesar de a gente não ter uma crítica sistemática à intuição, a gente achava que não era bem aquilo que a gente tinha que fazer. A gente achava que tinha que fazer uma coisa mais aberta, num campo mais aberto, e com mais possibilidades. E aí a gente trabalhou muito no sentido em fazer que os estágios em favela fossem estágios que tivessem gente capaz de levar uma prática mais efetiva. Eu penso aí, já não era coisa de profissional, mas uma coisa que vinha de fora da profissão. Embora a gente introduziu sub-repticiamente, mas não era, não fazia parte da discussão da escola, da discussão formal, da discussão acadêmica. [Chegaram a construir uma discussão para isso ou foi sempre uma prática isolada?] Eu acho que muito isolada. A gente chegou a introduzir alguma coisa no movimento estudantil durante o tempo que estava em Recife. Na ENESS, acho que aí a gente introduz muitas coisas. E nos diretórios, no trabalho do Diretório e na executiva. [Como um grupo, que refletia e pensava, sobre uma introdução disso dentro do Serviço Social?] Dentro do Serviço Social. É que o problema da prática, o problema da prática, como prática de transformação. Por isso eu digo, eu penso, que recuperar a atividade estudantil da época, é muito mais importante que recuperar a atividade profissional. Porque de fato, quem estava discutindo e com disponibilidade para discutir, de um outro ponto de vista que não dentro da perspectiva desenvolvimentista, eram os estudantes. (...) eu penso que quando a gente negou o estágio institucional em Recife, a gente negou isso como uma prática muito fechada. Mas mesmo assim, a gente não dizia ... a gente dava outros caminhos. A gente via outros caminhos, como caminhos com maior possibilidade de você colocar a questão da transformação. Mas a gente não dizia: “não vai para a instituição”. Embora a gente tivesse isso... mas não era uma posição muito clara, muito definida. Não. A gente via mais os outros caminhos como mais importantes, mas a gente não tinha uma crítica sistemática ao trabalho institucional, como a gente vê hoje nos livros, como a gente faz hoje. Eu pensei que era uma coisa prática, a nível da orientação. E isso, era orientado pelo movimento estudantil. A gente “fazia” os diretórios, que a gente chamava de diretório acadêmico. A gente levava

estas posições para lá, de que o Serviço Social precisava criar outros espaços que não são espaços das instituições, que o Serviço Social de caso, grupo e comunidade não davam conta. Aliás a gente colocava o de comunidade como dando conta- embora não fosse aquela comunidade que a gente pensava, mas a gente colocava que era pela comunidade que a gente tinha que levar às questões: e por isso é que o trabalho era em favelas, muito mais. (Depoimento de Maria Helena (Silva,1991, p. 241)

A partir das experiências vivenciadas por estes profissionais que eram militantes, é que a partir do início da década de 70 houve a expressão de fato do pensamento marxista dentro do Serviço Social.

Ainda que toda a década de sessenta tenha sido marcada por pequenas escaramuças entre 'conservadores e progressistas' no interior das escolas e das entidades de prestação de serviços - tanto públicas como privadas - as grandes tensões, os dilemas e as contradições entre vertentes 'tradicionais e progressistas' do Serviço Social ocorreram efetivamente nos anos setenta. (SILVA, 1991, p. 350)

Aqueles profissionais que ingressaram no curso de Serviço Social a partir de 1970 já conseguiam identificar uma aproximação ao marxismo a partir de elementos que eram debatidos no interior do Serviço Social, como é o exemplo da assistente social Alba Maria Pinho de Carvalho,⁵² que durante o seu relato para Silva (1991) deixa claro a existência de uma base já solidificada no interior da categoria - com destaque para o grupo de mestrandos que ingressaram em 1979 no Programa de Pós-Graduação da PUC-RJ na qual a mesma fazia parte - que apontava para a necessidade de uma "cientificidade" da profissão, e para conteúdos políticos da prática profissional.

É no interior deste debate que Alba M. P de Carvalho situa o seu contato com a obra gramsciana, mais precisamente a partir de 1979, quando ingressa no curso de mestrado da PUC-RJ. Nesta trajetória, além da influência da professora Miriam Limoeiro Cardoso, destaca a interlocução mantida com profissionais de Serviço Social que haviam iniciado este debate no interior da academia no ano anterior e, principalmente, através dos cursos oferecidos por áreas afins como Sociologia, Filosofia e Educação. (SIMIONATTO, 1995, p.182)

⁵²Simionatto (1995), apresenta o papel que Gramsci desempenhou no Serviço Social a partir de 1970 para o processo de renovação da profissão, adensando o debate da tradição marxista no interior da formação profissional. Os alunos e docentes que ingressaram naquele momento na universidade já tiveram contato com as produções gramscianas tanto no meio acadêmico quanto profissional e passam a repensar os seus referenciais teóricos visando a superação da herança conservadora. Para a autora, a aproximação do Serviço Social ao pensamento de Gramsci possui como marco as produções acadêmicas desenvolvidas pelo Programa de Pós-graduação da PUC-RJ orientado, naquele momento, pela professora Miriam Limoeiro Cardoso sendo um dos destaques a produção desenvolvida pela discente Alba Maria Pinho de Carvalho, o que comprova o depoimento dado por ela a Silva (1991).

Estes profissionais acabam buscando em Gramsci⁵³ um referencial teórico que pudesse contribuir para pensar as mudanças no interior da profissão.

Para Carvalho (1991), 'Gramsci não é incorporado pelo Serviço Social simplesmente porque outras áreas o estavam discutindo. Ele é buscado em um momento de efervescência, quando se tentava compreender a contribuição da profissão no processo de transformação social. Buscava-se questionar as propostas profissionais principalmente a partir da produção latino-americana, que em um certo momento havia proposto um rompimento com as práticas institucionais, pois acreditava-se que o Serviço Social iria fazer a transformação social' (CARVALHO, 1991 apud SIMIONATTO, 1995, p.183)

De acordo com Simionatto (1995, p.182.) "este grupo desempenhará um papel fundamental na construção de um Serviço Social mais crítico". Cabe aqui ressaltar, que a maioria destes discentes eram ex-militante da JUC, MEB e da AP.

Este relato é diferente daqueles que ingressaram anteriormente na Universidade, onde podemos constatar - a partir dos relatos que buscamos elencar -, que este contato se deu via militância estudantil e política. É importante salientar que estes profissionais - que obtiveram contato e apropriação da tradição marxista pela academia - também não passaram isentos de problemas no debate teórico de introdução ao marxismo, como demonstrado no item anterior, devido a sua incorporação "vulgar" pela militância dos anos de 1960 e também nas Escolas, como foi o caso do Método BH. Na entrevista de Leila Lima dos Santos para a revista Em Pauta, a assistente social reconhece que houve debilidades teóricas no método e ainda aponta quais eram as teorias que se baseavam naquele momento.

Ele se desenvolveu em um período de radicalizações e de alinhamento à teoria da dependência do continente em relação aos centros de poder mundial, sobretudo os Estados Unidos, e aos postulados humanistas marxistas. Tudo isso permeou a experiência da Escola de Belo Horizonte, que não foi isenta também de dificuldade e limitações teóricas, práticas, estratégicas e científicas. (EM PAUTA, 2007,p.166)

José Paulo Netto (2015) traz importante apontamento:

No momento da sua emersão, o projeto da ruptura aproxima-se da tradição marxista especialmente pelo viés posto pela militância política - no que,

⁵³De acordo com Simionatto (1995, p.232): "Pode-se observar que é a partir de 1975-1976 que as ideias de Gramsci passam a ter maior ressonância no Brasil, transportando-se para além das fronteiras universitárias, sendo amplamente utilizadas não só por comunistas, mas também por liberais, socialistas e pela ala progressista da Igreja. Tanto em nosso país como em boa parte da América Latina, esse recurso a Gramsci está bastante relacionado com as ditaduras militares, com a resistência que precisava ser feita à margem do aparelho governamental, ou seja, implicava a organização autônoma da sociedade civil em face do Estado."

recorde-se, conjuga-se o protagonismo oposicionista das camadas médias urbanas e a mobilização estudantil do período 1964-1968. Todas as indicações disponíveis convergem no sentido de sugerir que a interação entre os profissionais originalmente envolvidos no projeto da ruptura e a tradição marxista opera-se pela via política (frequentemente, político-partidária: mormente via os grupamentos de esquerda influenciados pela Igreja, situados fora do leito histórico do PCB). Dadas as circunstâncias da época, esta aproximação padece de vícios óbvios: instrumentalização para legitimar estratégias e táticas, pouca possibilidade de reflexão teórica sistemática etc. Quando se repõe no marco profissional, ela é filtrada pela recorrência a autores que de alguma forma chancelam as deformações próprias dessa instrumentalização. Neste primeiro momento, pois, não é de estranhar que a perspectiva da intenção de ruptura recolha da tradição marxista o visceral empirismo que se escora em extratos do maoísmo e lhe dê uma iluminação teórica via redução do arsenal marxiano ao epistemologia de raiz estruturalista - de onde a reiteração de discussões sobre “idealismo” e “materialismo”, “ciência” e “ideologia”, “teoria” e “prática”, “prática teórica” etc. (NETTO, 2015, p.342)

Abaixo mais alguns relatos que evidenciam que o caminho de aproximação ao marxismo e as organizações e mobilizações populares foi via a militância estudantil e política, principalmente através da JUC e da AP. A assistente social Maria Helena Tenório de Almeida no seu depoimento aponta:

O meu caminho vai ser via MEB, muito mais que via escola. Talvez se eu tivesse ido direto da JUC para a ESCOLA, não tivesse tido outra passagem, outra mediação, talvez eu tivesse entrado nessa de assistência, mas eu acho que não. Porque minha cabeça já era muito, entendeu, a JUC já tinha me dado muitas coisas, quer dizer, além de ter me dado essa sensibilidade com a injustiça social, tinha colocado muito o problema político. Embora de forma não muito sistemática. (Depoimento de Maria Helena Tenório para a tese de SILVA, 1991, p. 393)

Porque estávamos em um momento de radicalização. Começamos a ler uma bibliografia que não estava dentro da faculdade. Toda a leitura que a gente fazia já em Recife, durante o curso, não era do curso, era do partido. A gente levava para o curso fragmentos dessa discussão. (ALMEIDA, 2014, apud MIZOGUTI, 2023, p. 78).

O depoimento de Iza La Belle Guerra demonstra que seu processo formativo progressista também foi mediado pela sua militância política na JUC e na AP.

Leio Mounier, Jacques Maritain, Simone de Beauvoir, Sartre. Pouco a pouco, vou formando minha visão da história, do papel do homem na história, da necessidade de as mulheres serem reconhecidas por seu justo valor, à descoberta do homem como ser histórico, o conceito de consciência histórica e da necessidade de uma ética social para orientar a atuação política. (CFESS, 2017, p. 39).

Maria Josefina Becker também relata:

Agora, eu não acho que o Serviço Social enquanto profissão na época em que eu me formei, a Faculdade de Serviço Social não estava preocupada

em estudar Marxismo. Estudei Marxismo dentro da AP, lá fora, dentro da faculdade nós não estudávamos teorias Marxistas, as teorias sociais que se estudavam eram teorias do tipo do que a ONU tinha, mas estudar teoria Marxista desde a minha faculdade, enquanto eu fui aluna e mesmo depois quando eu já era professora, não se estudava. (BECKER, 2021 apud MIZOGUTTI, 2023, p.78).

A assistente social Maria Beatriz Costa Abramides, foi aluna de Serviço Social da PUC-SP e ex - militante da AP:

[...] no movimento estudantil, aprendi e me convenci que devia ser marxista socialista, compreender o protagonismo do proletariado, o internacionalismo de classe, a atualidade da revolução. Lutávamos contra a exploração do homem pelo homem, contra todo tipo de opressão. Lutamos contra ditadura, contra o imperialismo, contra o capitalismo. Apoiamos as greves operárias de Contagem e, de forma ativa, a greve de Osasco. (CFESS, 2017, p. 57).

No período de 1970-1973, quando ocorreu o aprofundamento da repressão, houve um apassivamento dos estudantes militantes de esquerda. O único grupo mais articulado que buscava levar o debate da intervenção profissional com base em referências marxistas para dentro da categoria naquele momento de forte silenciamento e enquadramento profissional foi a Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, em Belo Horizonte. O grupo que elaborou o chamado “Método BH” que aqui já sinalizamos. Como já foi apontado neste trabalho, os motivos que levaram ao não apassivamento dos docentes que estavam à frente desta experiência se deu muito pela conjuntura política de Belo Horizonte em que os movimentos e organizações como a AP e a JUC estavam atuando fortemente.

No período de 1964 a 1968, passada a violenta repressão que se seguiu ao golpe, os setores políticos comprometidos com as reformas e as forças populares democráticas buscaram estratégias de rearticulação para confrontar a ditadura. Processos que rebatem diretamente na Escola por diferentes e complementares mediações: pelos confrontos diretos com a repressão militar, silenciamentos, perseguições, prisões de alunas e professores/a, pela confrontação interna, pela combatividade e resistência do movimento estudantil, considerando suas vinculações a grupos organizados da esquerda partidária (AP, Organização Revolucionária Marxista Política Operária – Polop, e Partido Comunista do Brasil - PC do B); pelo resgate das experiências remanescentes do MEB nos campos de estágio na área da habitação popular, que tornara-se um espaço inusitado e inovador de estágio e atuação profissional, que tencionava os retrocessos com a retração dos conteúdos anteriores e avanços da perspectiva modernizadora e tecnicista nos moldes dominantes da formação no Serviço Social brasileiro; pela eclosão da histórica greve dos operários de Contagem – cinturão industrial da capital mineira que marca o primeiro confronto aberto do operariado com a ditadura – que reverberou na Escola, marcando relações de estudantes e docentes em ações diretas de apoio e solidariedade aos grevistas; pelos passos interativos desenvolvidos, a partir dos seminários e Encontros Latino-americanos de Serviço Social, e para além destes, o desdobramento de um intenso intercâmbio intencionalmente buscado entre o grupo mineiro e as vanguardas do movimento de

Reconceituação no continente, conforme depoimentos em Silva (1991). E, finalmente, pelo protagonismo coletivo da equipe, sob a reconhecida liderança intelectual e institucional de Leila Lima Santos (que assume a direção da Escola em 1972, juntamente com Consuelo Quiroga), integrada por jovens profissionais formados no imediato pré e pós-1964 oriundos do movimento estudantil e da “esquerda católica”, a qual foram incorporados docentes de um núcleo ampliado das ciências sociais. (BATISTONI; DURIGUETTO; MAIA, 2021, p.47)

É a partir deste contexto evidenciado acima que o grupo volta a elaborar uma nova proposta profissional. De acordo com os relatos das assistentes sociais Leila Lima dos Santos e Ana Maria Quiroga, ex-militantes da AP, apresentados no trabalho de Silva (1991) é notável que a construção teórica do método BH foi influenciada diretamente pelos autores que as profissionais tiveram contato através da JUC e da AP.

“[A análise, hoje, é de que o Método Belo Horizonte é a expressão do pensamento althusseriano no Brasil.] Sei... Imagina... Eu acho engraçado e penso o seguinte... Mas nós líamos mesmo... a Ana e eu, então, nós estudamos bastante Althusser e tudo... Agora, eu acho até um elogio, francamente. Eu não sei qual é a crítica que vocês fazem, a gente estava lendo e estava influenciada - e era um pouco isso que a gente estava falando, os modismos teóricos do momento, a conjuntura de moda também teórico, que sempre tem; seguramente Teilhard de Chardin, hoje ninguém lê mais e na minha época da JUC nós todos... quem não lia Teilhard de Chardin na JUC, estava perdido! Quem não lia Althusser na época da escola de Serviço Social estava por fora! Então quer dizer, é também uma expressão de conjuntura. (Depoimento de Leila Lima dos Santos (SILVA, 1991, p. 296)

Nota-se, através de diversos depoimentos encontrados, que não se tem de fato uma compreensão aprofundada do marxismo a partir dos estudos fornecidos pela AP. Mas, foi essa organização juntamente com a esquerda católica que traz insumos e a aproximação com pensadores progressistas que mais adiante levarão aos profissionais a se debruçar na teoria marxista de fato. A produção significativa de Marilda lamamoto em 1984, ex-militante da esquerda católica e da AP, para a construção da intenção de ruptura, é um grande exemplo.

Seu trabalho sinaliza a maioria intelectual da perspectiva de intenção de ruptura - ponto de inflexão no coroamento da consolidação acadêmica do projeto de ruptura e mediação para o seu desdobramento para além das fronteiras universitárias. Trata-se de uma elaboração que, exercendo ponderável influência no meio profissional, configura a primeira incorporação bem-sucedida, no debate brasileiro, da fonte “clássica” da tradição marxiana para a compreensão profissional do Serviço Social. É absolutamente impossível abstrair a reflexão de lamamoto da consolidação teórico-crítica do projeto de ruptura no Brasil.(NETTO, 2015, p.351)

Alguns relatos evidenciam que os profissionais perpassam pela revisão dos insumos anteriormente recebidos por essas organizações para compreenderem os erros políticos decorrentes no passado. De acordo com Silva (1991, p. 338):

“Já se põe embrionariamente, ao final dos anos setenta, a discussão do Serviço Social como profissão inscrita na divisão social do trabalho e de seu papel na reprodução das relações sociais. Este veio de reflexão, favorecido por aportes trazidos pelo estudo mais sistemático do marxismo no âmbito acadêmico, vem, para alguns narradores, como resposta e superação da aproximação enviesada que, eles próprios e outros assistentes sociais, tiveram à tradição marxista. (SILVA, 1991, p. 338)

Os desdobramentos dos estudos de aprofundamento sobre o pensamento marxista dirigiam-se tanto à compreensão dos erros e acertos tanto da prática política quanto da prática profissional, levando e reforçando os profissionais da necessidade de superação do já constituído. Vicente Faleiros, assistente social, relata como se estabeleceu a sua relação com o estudo do marxismo:

Nós não podemos negar o papel que ele teve de renovar o estudo do marxismo... [Você já conhecia Althusser, antes?] Já. Eu tinha lido no Brasil o livro: “A favor de Marx”, que naquela época, em sessenta e sete, quando ele foi publicado - ou sessenta e seis- se chamava “Uma revolução teórica de Marx”. Eu já tinha lido tudo aquilo. [Leu pela vida da AP?] Foi. Claro. [Quer dizer, que ele já permeia, pelo menos quem veio nessa via...] Já. Já permeava. (SILVA, 1991, p. 248)

De acordo com Silva (1991), nos relatos não são identificadas formas próprias de organização dos segmentos de esquerda do Serviço Social no período da ditadura.

Quando ainda existia a JUC e ENESS, nesses espaços aconteciam alguns debates sobre a profissão. Ainda que marginalizados do debate profissional, vários narradores tiveram um papel ativo para a organização da categoria no período da ditadura. A partir de 1973 a articulação de alunos da pós-graduação da PUC-RIO, maioria ex- militantes do JUC, AP e MEB se aliam e chegam a ocupar posições significativas nos organismos representantes da categoria. De fato, é a atuação nos postos dirigentes que possibilita pela primeira vez desde 1960, a possibilidade de um grupo profissional situado politicamente à "esquerda" do grupo hegemônico fundador da profissão no Brasil. Até então, as oposições do grupo hegemônico não haviam sido contestadas de forma mais global, havendo apenas pontualmente, ilhas de oposição ao mesmo ou pequenos grupos que encaminharam novas propostas de formação ou intervenção profissional. (SILVA, 1991, p. 300)

Alguns depoimentos selecionados abaixo conseguem demonstrar a importância para os assistentes sociais de terem participado da JUC e AP tanto para sua formação profissional quanto para a sua consciência política. Eva Faleiros relata:

“Eu faço uma avaliação muito positiva de JUC. Mas muito positiva, mesmo. Eu não seria o que sou, se não fosse a JUC. Eu acho que a pedagogia da JUC é muito interessante, inclusive eu tenho um amigo que é pastor protestante, ele está fazendo uma tese e eu estava lhe dizendo outro dia: “Eu acho que você devia estudar porque é que a Ação Católica, e porque é que agora na CEBS, as pessoas trabalhadas pela Igreja Católica progressistas acabam virando marxista”. É uma pedagogia muito interessante, inclusive de formação de caráter, de autenticidade, de vivência em grupo, de vivência comunitária, de trabalho intelectual sério... Outro dia eu e o Vicente estávamos dizendo: “ O que está faltando atualmente é a JUC!” (risos) Eu acho que a JUC foi muito importante na formação política e profissional da juventude dos anos sessenta. (SILVA, 1991, p.363)

Em depoimento para a Comissão da Verdade de Alagoas, o assistente social José Nascimento de França, cuja militância política se consolidou com o ingresso na JUC, explicita:

“Eu considero essa minha primeira universidade. Nós aprendemos a nos identificar com o povo pobre, ser humilde, largar qualquer vício pequeno-burguês, se dedicar ao povo”. Após o ingresso na Escola de Serviço Social Padre Anchieta, José Nascimento quebrou muitas barreiras. “Naquela época, o curso era totalmente feminino e o orientador por uma perspectiva desenvolvimentista. Fui o primeiro homem a se formar em assistente social em Alagoas e rompi também com essa perspectiva de curso: me formei dando os primeiros passos na perspectiva do marxismo”. (SILVA, s/d, p.11)

Portanto, a partir do apresentado anteriormente, buscou-se validar a hipótese deste trabalho de que foi pela via da esquerda católica, principalmente a JUC e, posteriormente, a AP, que o Serviço Social se aproximou do debate das organizações e mobilizações populares e da tradição marxista. E que através deste rico contato, os militantes de esquerda lançaram as bases teóricas para um questionamento da prática e da teoria profissional, que mais adiante nos anos oitenta se consolidou para romper com o Serviço Social tradicional.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como intuito apresentar o resgate do processo que se deu a aproximação do Serviço Social às organizações e mobilizações populares e à tradição marxista mediada pela esquerda católica brasileira com enfoque na União da Juventude Católica e, posteriormente, da Ação Popular. Ao iniciar a pesquisa, a maior indagação era descobrir como se desenvolveu de fato essa interlocução de forma mais aprofundada visto que, na maioria dos estudos a respeito dos fundamentos da profissão e do processo de intenção de ruptura, essa mediação é citada como uma entre os outros fatores de importância para a profissão romper com o Serviço Social tradicional.

Com o intuito de apreender sobre esta inquietação, foi necessário, primeiramente, um aprofundamento teórico sobre o conceito de esquerda católica brasileira e o seu desenvolvimento interno. Percebe-se que as mudanças teóricas e políticas das organizações católicas, principalmente a da JUC, que intentamos demonstrar, foram acompanhadas da conjuntura política brasileira. A JUC em determinado momento histórico, principalmente a partir de meados de 1950, rompe com a hierarquia católica por já não estar mais atrelada aos dogmas conservadores da Igreja demonstrando uma atuação mais crítica e à esquerda. Este racha se desenvolve devido à inserção daqueles católicos no movimento estudantil, principalmente na atuação desenvolvida na UNE, mantendo contato com a realidade brasileira nas universidades, com os militantes de esquerda de diferentes partidos e com seus debates e formações políticas.

A partir de 1960, o cenário político com a entrada de Jango na presidência é de efervescência social. A JUC participa ativamente com novos olhares, já com uma guinada à esquerda das lutas pela reforma de base, universitária e agrária. É também neste momento que realiza importantes disputas políticas no interior da UNE, chegando a conquistar a direção da entidade. Todas essas atuações foram fundamentais para o surgimento do setor político à esquerda da JUC, que não via mais sentido em continuar realizando apenas trabalhos de formação e organização

de estudos para difundir o cristianismo, como era feito no surgimento da organização. Os militantes viam a necessidade de um engajamento político que de fato compreendesse e atuasse diretamente com as transformações sociais e políticas que vinham ocorrendo no Brasil.

O chamado setor político à esquerda da JUC, é que lança as bases teóricas e políticas para o surgimento de uma nova organização que não estivesse mais ligada aos postulados católicos. É através deste movimento no interior da JUC que é criada a Ação Popular contando não somente com os católicos progressistas, mas também com independentes, militantes de esquerda, entre outros. A respeito da Ação Popular, foi possível demonstrar que essa organização política esteve presente nas principais mobilizações da década 60 e 70, tendo atuação de destaque, sendo uma das principais forças políticas daquele período e de enfrentamento à ditadura civil-militar brasileira. O debate sobre sua linha política e teórica é cercado de diferentes interpretações por parte dos estudiosos sobre a temática, mas algo que é consenso entre estes é que o trabalho político no campo e nas fábricas desenvolvidos pela organização conseguiu importantes saldos políticos positivos. De fato, a Ação Popular impactou no engajamento político dos seus militantes e no cenário brasileiro.

O que queríamos demonstrar é: como o Serviço Social entra neste debate? A profissão surge como um departamento da ação social e da ação católica da Igreja brasileira em 1930 para atender as demandas do Estado brasileiro de controlar a massa trabalhadora que, naquele momento, com a forte industrialização, se insere no cenário político. Por esta interlocução com a Igreja desde seu surgimento, a profissão esteve presente nos diferentes projetos desenvolvidos com outras instituições católicas do movimento de reação católica. Assim, estudantes e profissionais desenvolveram atividades em conjunto com os católicos leigos e foi o primeiro espaço de construção coletiva que a maioria dos profissionais teve como experiência. Com isso, grande parte ingressou nos movimentos católicos, como é o caso da JUC. É a partir da militância dentro da JUC que estes profissionais e estudantes irão obter o contato com a realidade social brasileira.

A partir de 1950, já é possível notar a influência do setor político da JUC no interior do Serviço Social. Foi possível apresentar que entre os anos de 1960-1970

que estudantes e profissionais do Serviço Social brasileiro de fato se integraram - via movimento estudantil e militância política - na JUC e na AP, nos espaços de formação e educação popular, que possibilitaram o contato com a realidade social e com diferentes vertentes teóricas que influenciaram profundamente na sua consciência política e na formação profissional. Foi neste período, após a forte repressão colocada pelo golpe, que diferentes organizações de esquerda buscaram diversas alternativas de confronto com a ditadura civil-militar, e que contaram com a participação de diversos assistentes sociais. Dessa forma, este processo rebate diretamente no interior das Escolas por todo o país, tendo uma das principais mediações a esquerda católica brasileira e Ação Popular.

Como apontado, foi necessário perpassar por um resgate histórico do surgimento da esquerda católica brasileira e as suas transformações internas no campo teórico e político para compreender como estas organizações católicas impactaram diretamente a profissão. Foi possível notar que o Serviço Social esteve presente vivenciando esses processos de transformações realizadas no interior dessas organizações, desde seu caráter totalmente moralizante e evangelizador até o momento do rompimento com a hierarquia católica para buscar uma atuação mais crítica.

É evidente que os grupos católicos de esquerda não propunham introduzir os elementos da tradição marxista na profissão, mas, essa introdução foi sendo processada à medida em que os estudantes e profissionais de Serviço Social participaram ativamente destes grupos e dos espaços por eles proporcionados.

À medida que segmentos do laicato católico - especialmente aqueles vinculados à JEC, JUC e JOC e posteriormente ao MEB e AP, começaram se rever (reavendo os fundamentos de sua prática, o sentido de sua missão no mundo e a natureza de seu compromisso social), e levaram esta revisão às últimas consequências (à de um novo agir), houve efetivamente uma fratura no grupo progressista católico que vinha, desde os anos trinta, dando uma direção específica à atuação do laicato. Dadas às fortes ligações desses setores ao Serviço Social brasileiro, a cisão ocorrida no plano da Igreja foi determinante para o plano profissional: os católicos progressistas do período anterior entraram em luta com os setores progressistas das décadas de sessenta e setenta, tanto nos espaços da Igreja, como nos do Serviço Social, onde até então, se encontravam em antagonismo com os grupos mais conservadores e retrógrados da Igreja (SILVA, 1991, p.435)

Ou seja, essa interlocução foi fundamental para a ruptura com o Serviço Social tradicional. Os principais espaços que contribuíram para práticas de cultura e educação popular foram proporcionados pela militância na JUC e na AP, assim como

as leituras marxistas que favorecem o giro ideológico da profissão à esquerda. Apresentar os relatos dos estudantes e profissionais que foram militantes da JUC e AP daquele período é de suma riqueza para demonstrar como de fato foi a experiência nestes espaços e como os influenciaram a repensar criticamente a profissão. Podemos destacar as experiências do DC heterodoxo, a atuação no MEB, a prática de “integração na produção”, sendo todos estes espaços vetores fundamentais para mudanças no debate teórico, prático e político no interior da profissão.

Mesmo com todas as debilidades apresentadas da apropriação do marxismo pelos profissionais, nota-se que esta foi fundamental para a elaboração de perspectivas antagônicas do que estava posto até aquele momento no interior da profissão, como é o caso do Método BH. Cabe aqui salientar, que esta aproximação enviesada ao marxismo foi atravessada dentro do limite do próprio tempo histórico, de dificuldade do acesso dos profissionais aos clássicos da tradição marxista e da própria vinculação que muitos tinham com os teóricos influenciados pela esquerda católica. No entanto, podemos perceber que apesar de todas as debilidades, inclusive o ecletismo, que marcam a apropriação dos insumos marxistas por parte dos assistentes sociais, esta apropriação teve como saldo o enfrentamento político e teórico-metodológico da perspectiva conservadora da profissão a partir dos anos de 1970.

É verdade que sem a inserção política e o protagonismo da vanguarda do Serviço Social não teríamos a renovação crítica da profissão; mas, sem Marx e outros autores da tradição marxista, também não iríamos muito à frente do militantismo, do fatalismo e do messianismo que tanto seduziram o Serviço Social. Foi exatamente no preenchimento das lacunas de conhecimento e de uma compreensão crítica do significado social da profissão que o marxismo se revelou fundamental para a geração dos anos de 1970 e as que nos seguiram, tendo nas figuras de Marilda Yamamoto, Vicente Faleiros e José Paulo Netto (preponderante e não exclusivamente), suas principais referências. (MOTA, 2019, p.195)

Reitera-se a necessidade e a importância de repensarmos a profissão, retornando as raízes históricas dos seus fundamentos, para que no presente, possamos reafirmar o nosso compromisso com a classe trabalhadora e com o nosso atual projeto ético-político, a partir da luta e da defesa realizada por todos os profissionais que buscamos retratar neste trabalho, e por diversos outros que não conseguimos aqui mencionar. Em tempos de forte polarização política entre a esquerda e a direita, o legado deixado pelas pioneiras da renovação crítica do

Serviço Social é fundamental. Sem retornarmos ao passado, é impossível compreender o nosso presente e lutarmos pelo nosso futuro enquanto categoria. Portanto, apresentar um dos vetores fundamentais para o processo de renovação do Serviço Social traz inquietações sobre a necessidade de defendermos o projeto profissional no presente.

Diante disso, cabe apontar que a construção desta dissertação propiciou reflexões para estudos futuros acerca da dimensão política profissional na contemporaneidade, com o intuito de contribuir para enfrentar as ilusões, a falta de clareza e a concepção vulgar da prática profissional no caminho da defesa pelo projeto crítico do Serviço Social, que já vinha sendo realizada por alguns segmentos profissionais desde a década de 60, como demonstrado. Ainda hoje, mesmo com outro projeto político profissional, o Serviço Social enfrenta desafios que vêm marcando o nosso debate e nossa prática profissional.

Em um debate futuro, refletir sobre o que há de equivocado no debate profissional no que concerne à dimensão política do trabalho do assistente social se mostra necessário na direção da apropriação da vinculação orgânica entre profissão, conhecimento e história- uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho que pode vir a facilitar e contribuir para o amadurecimento da categoria sobre sua prática profissional. É essa reavaliação da dimensão política da prática profissional e do seu vínculo com a luta de classes e com o aprofundamento da democratização ampla da vida social que pode nos conduzir a novas luzes na efetivação de um exercício profissional de qualidade em prol daqueles que criam a riqueza e não se apropriam dela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. “Pequena memória para um tempo sem memória”: violências e resistências entre mulheres do Serviço Social na ditadura civil-militar de

1964-1985”. **Doutorado em Serviço Social**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

AMMANN, Safira. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade**. São Paulo: Cortez, 2009.

BATISTONI, Maria Rosângela. “O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte - 1960-1975: uma reconstrução histórica”. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 538-558, set./dez. 2019.

_____.”O Movimento de Reconceituação no Brasil: O projeto profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980)”. **Em Pauta**, v.15, pág.136-150. Rio de Janeiro, 2017.

BATISTONI, Maria Rosângela; DURIGUETTO, Maria Lúcia; MAIA, Susana Maria. “A dimensão ideo-política no Método pedagógico de Paulo Freire: questões e perspectivas investigativas para o Serviço Social a partir da experiência do Método BH”. In: SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaisa Teixeira; ZACARIAS, Inez da Rocha. **Serviço Social e Paulo Freire: Diálogos sobre Educação Popular**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

BARBOSA, Imerson Alves. “A Esquerda Católica na formação do PT”. **Dissertação de Mestrado**. São Paulo: UNESP, 2007.

BEOZZO, Marina. **A Igreja Católica na virada da questão social (1930-1964)**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BERTOLINO, Farley. Movimento Estudantil e esquerda católica na capital mineira: história e memória de uma geração - 1961/1968. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

CAMISASCA, Marina Mesquita. Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961-1964). **Mestrado em História**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

CARVALHO, Caio Lima de Oliveira. “A história da POLOP e seu enfrentamento à ditadura militar”. In: **XXII Seminário de Iniciação Científica**, n.22. 2019.

CENTRO POPULAR DE CULTURA. Memórias da ditadura. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/saibamais/centro-popular-de-cultura-cpc/>>

Acessado em: 16 de abril de 2023.

CFESS. **Memórias e resistências contra a ditadura.** Brasília: CFESS, 2017.

CLOSS, Thaisa Teixeira; SCHEFFER, Graziela; ZACARIAS, Inez da Rocha; MIZOGUCHI, Jéssica Flores. “Ação Popular, Serviço Social e Paulo Freire: caminhos cruzados com a tradição marxista”. In: SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaisa Teixeira; ZACARIAS, Inez da Rocha. Serviço Social e Paulo Freire: **Diálogos sobre Educação Popular.** Curitiba: Editora CRV, 2021.

COMISSÃO MUNICIPAL DA VERDADE. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/comissaodaverdade/>>, 2014.

DUARTE, Hugo Villaça. “A Ação Popular e a questão humanista: das origens cristãs ao marxismo (1963-1973)”. **Dissertação de mestrado.** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010.

SANTOS, Leila Lima. Entrevista para a Revista **Em Pauta** nº20, 2007.

FÁVERO, Maria De Lourdes de Albuquerque. **A UNE em tempos de autoritarismo.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

GROPPO, Luís Antonio. **Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis de 1968.** Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez Editora, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Críticos.** 12ed- São Paulo: Cortez, 2013.

LEITE, Isabel Cristina. Comandos de Libertação Nacional: opção armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969). **Mestrado em História.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **História da ação popular da JUC ao PC do B.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

LOWY, Michael. **A guerra dos deuses: Religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MANFREDINI, Luiz. **As moças de Minas: uma história dos anos 60**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1989.

MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916–1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968**. São Paulo: Papyrus, 1987.

MIZOGUCHI, Jéssica Flores. Serviço Social e Ação Popular: inflexões da militância política na profissão. **Projeto de qcrossualificação de Mestrado**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.

MOTA, Ana Elizabete. “De histórias e da memória: José Paulo Netto e a renovação do Serviço Social”. In: RODRIGUES, Mavi; SOUZA, Adrianyce, A. Silva de. **O marxismo impenitente de José Paulo Netto**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

MORAIS, Mays Vieira de. Diálogos sobre educação Popular e Serviço Social no Brasil: a perspectiva crítica no século XX. **Mestrado em Serviço Social**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 2015.

OLIVEIRA, Nilton Cleber de. A Ação Popular (AP) no Movimento Estudantil Universitário de Passo Fundo entre a implantação da ditadura militar e o AI-5. **Mestrado em História**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2014.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. “A favela vem à cidade e não é para sambar”: o movimento de favelas de Belo Horizonte (1959-1964). **Mestrado em História**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

O que é o nosso partido? PCB.org. Disponível em:<<https://pcb.org.br/portal2/29236>> Acessado em: 20 de abril de 2023.

PINHEIRO, Lucí Faria. **Serviço Social, Religião e Movimentos sociais no Brasil**. Ed Gramma. Rio de Janeiro, 2010.

PIRES, Thiago Vieira. Fazendo revolução a vida inteira: Memória e resistência: entre os militantes da Ação Popular (AP) do Rio Grande do Sul. **Mestrado em Ciências Sociais**. São Leopoldo: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

RAMOS, Sâmya Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara Moraes. **Movimento Estudantil de Serviço Social: parceiro na construção profissional do (a) Assistente social brasileiro**. Caderno ABESS n.7, Cortez: São Paulo, 1997.

RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. A subida do monte purgatório: estudo da experiência dos presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares (1969-1972). **Mestrado em História**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007.

RIDENTI, Marcelo. "Ação Popular: Cristianismo e marxismo". In: REIS, Daniel Aarão; MORAES, João Quartim de (orgs.). **História do marxismo no Brasil**, volume V. Campinas: Unicamp, 2002.

_____; **"O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maóismo"**. Chicago: Lasa, 1992.

SÁ, Karolina Kneip de. "Ação Popular do Brasil: Da JUC ao racha de 1968". **Mestrado em História**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

SALES, Jean Rodrigues. "A influência da Revolução Cubana na história da Ação Popular nos anos de 1960". **Antíteses**, vol.11, nº21, pág.345-367, 2018.

SANFELICE, José Luís. "Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 64: antecedentes". **Reflexão**, Campinas, v.10, Nº31, janeiro de 1985, pág:146-167.

SCARPELLI, Carolina Dellamore Batista; SILVA, Débora Raiza Carolina Rocha. **Narrativas femininas e ditadura militar: a atuação das mulheres na greve operária de 1968 em Contagem/MG**. S/D

SEMERARO, Giovanni. **A primavera dos anos 60 - A geração de Betinho**. Rio de Janeiro: Loyola, 1994.

SILVA, Lídia Monteiro Monteiro Rodrigues da. "Aproximação do Serviço Social à tradição marxista: caminhos e descaminhos". **Doutorado em Serviço Social**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura**. – 7 ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

SILVA, Wellington Teodoro da BAPTISTA, Paulo Agostinho. “A revolução nas origens da esquerda católica brasileira e a Teologia da Libertação”. **Revista Sociedade e Cultura**, v.23. 2020

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo: Cortez; Santa Catarina: UFSC, 1995.

SOUZA, Herbert José de. **No fio da navalha**. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

SOUZA, Miliandre Garcia de. Do arena ao CPC: o debate em torno da arte engajada no Brasil (1959-1964). **Mestrado em História**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2002.

STARLING, Heloísa Maria Miguel. **Os senhores das Gerais: Os Novos Inconfidentes e o golpe militar de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1986.